EM TEMPO
SEMANÁRIO NACIONAL — Cr$ 15,00 — ANO II — DE 12 A 19 DE ABRIL DE 1979

Saiu o PTB!
Pág. 3

LAMARCA

O CAPITÃO DEIXA O QUARTEL, LEVA AS ARMAS E SE ALIA À ESQUERDA.

No dia 24 de janeiro de 1969, o então capitão Carlos Lamarca e seus companheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) realizaram uma das mais espetaculares ações militares da guerrilha urbana no Brasil: levaram armas e munições do Quartel de Quitaúna (IV Regimento de Infantaria, em São Paulo), sem praticamente disparar um só tiro. Aqui está toda a história dessa ação, contada por um dos participantes, o ex-sargento Darcy Rodrigues, hoje no exílio. E mais: um balanço crítico e auto-crítico da esquerda, feito pelo líder operário de Osasco, José Ibrahim, no prefácio ao livro «A Esquerda Armada no Brasil 1967-1971», ainda inédito no País. (Pág. 4)

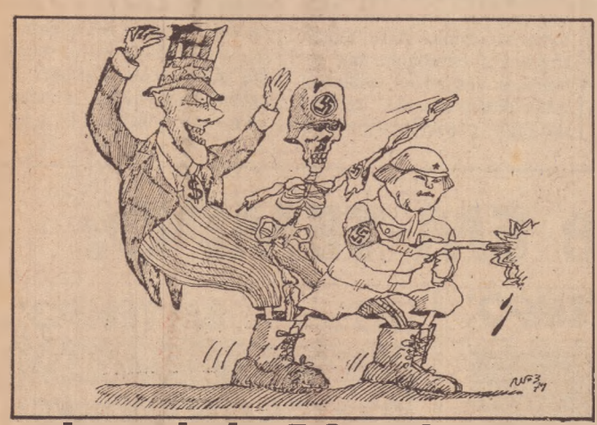
Denúncia vazia

O que mudou com a queda da denúncia vazia? Qual a situação agora dos milhões de inquilinos? O que é a nova política habitacional do governo Figueiredo? Pág. 3

ABC

Leôncio Martins Rodrigues e Eder Sader discutem a greve que abalou o País. Especial para o EM TEMPO. Pág. 7

Eurocomunismo: o Congresso do PCI
Pág. 11



Jornal do PC cubano ataca governo chinês
Pág. 9

O PC prepara novos planos para a segunda metade dos anos 50 na periferia de São Paulo. Memórias de Felix Nunes. Terceira parte.
Pág. 8

A GREVE É PÚBLICA

Por maioria absoluta, os professores gaúchos decidem continuar a greve

Cerca de 350 mil funcionários públicos paulistas e gaúchos já decretaram greve. Em São Paulo, o movimento poderá alastrar-se com a adesão de diversos setores que estão com paralisações marcadas para o dia 17. No Rio Grande do Sul, com pressões, os professores mantêm a luta. Pág. 5

André Borges: preso comum em 58, adere à esquerda em 69 e em seguida foge. Logo depois é novamente preso e hoje cumpre pena no Rio.
Pág. 12

Márcio Moreira Alves conta o que viu em Cuba

Pág. 9

A Calamidade dos flagelados

O ex-prefeito de Belo Horizonte, Luiz Verano, como bom mineiro que é, guardou segredo até o último momento e largou a bomba na mão do sucessor. No último dia dois de abril, quando tomou posse, o novo ungido Maurício Campos foi surpreendido com a publicação no «Minas Gerais», órgão da imprensa oficial, do ato de punição, assinado pelo antigo prefeito, que atingia 19 funcionárias (assistentes sociais), da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social da Prefeitura de Belo Horizonte. Duas assistentes sociais, que exerciam cargos de chefia, foram exoneradas e 17 outras foram severamente repreendidas.

A punição foi motivada pela participação das funcionárias no trabalho de assistência junto à população flagelada e desabrigada pelas enchentes em Minas. As funcionárias, segundo a versão do ex-prefeito, teriam «enfrentado as autoridades» na defesa dos flagelados.

A situação dos flagelados mineiros vêm se arrastando há mais de dois meses, sem que nenhuma medida efetiva tenha sito tomada para dar uma solução definitiva ao problema.

Enquanto isso, vão continuar descontando na fonte 5% dos salários para o trágico «imposto calamidade», que deveria ser usado para o auxílio das vítimas das enchentes e vão continuar pondo na rua todos os funcionários que tentem auxiliar «contra as autoridades» as vitimas das enchentes. Só neste país mesmo! (S.M.)

Brasileiros de volta

Abril foi a época escolhida para o retorno. Chegaram a Belo Horizonte, após 10 anos de exílio, os brasileiros Evandro, Nísia e Aluisio Rodrigues, os dois últimos procedentes da Costa Rica, após passagens pelo Chile e Alemanha Oriental. Em maio será a vez do ex-banido Irani Campos, diretamente de Moçambique.

Todos trazem uma valiosa bagagem: apesar de seus 20 anos de vida, quando foram forçados a sair do país, agora retornam experimentados e com a mesma determinação que há 10 anos atrás os levou à lutar. Enfim, os nossos pais não têm razão quando dizem que «são coisas da juventude isso de lutar pela liberdade». É preciso que eles saibam que certa juventude tem o dom da eterna juventude. (S.M)

O Movimento Contra a Carestia em Belo Horizonte

O Movimento Contra a Carestia teve seu ponto alto no ano passado, com a concentração que reuniu 20 mil pessoas na Catedral da Sé, em São Paulo. A partir daí, o movimento contra a carestia começou a se estender para outros estados.

Em Belo Horizonte, o movimento nasceu a partir de um encontro, em dezembro de 78, com participantes de diversos bairros da área industrial — que contou também com a participação do deputado Aurélio Peres, do Movimento contra a Carestia de SP. Com esse encontro, iniciaram-se os preparativos para uma assembléia do lançamento do movimento, que realizou-se a 20 de janeiro de 79, com a presença de 600 pessoas de diversos bairros da periferia. Desta assembléia, partiu-se para uma pesquisa nos bairros, em torno do problema do custo de vida, bem como para reuniões mensais (atualmente semanais), onde se encontram representantes dos diversos bairros para troca de experiências e encaminhamento das lutas do movimento.

Apoiando a luta dos flagelados de BH, as greves dos trabalhadores do ABC paulista, dos fumageiros de BH, o movimento vem ganhando forma. Aglutinando atualmente em torno de si cerca de 23 bairros, e Movimento Contra a Carestia /BH tem servido como instrumento de educação, estímulo e propaganda da organização dos bairros, seja em associações clubes de mães, grupos de estudos, etc. **(Rita Gomes).**

Vitória na Universidade

No início deste ano, uma surpresa aguardava os estudantes da Universidade Federal da Bahia: 400 deles tiveram sua alimentação gratuita, fornecida pelo Restaurante Universitário, simplesmente cortada. O restaurante da UFBA é um dos poucos do país que ainda mantém refeições gratuitas para os universitários carentes.

A resposta dos estudantes foi imediata: eles entraram no restaurnate na marra, apesar do reforço de policiamento ordenado pelo Superintendente Estudantil, Osmundo Tosca, ex-diretor da Penitenciária Lemos de Brito. Com essa atitude eles conseguiram a alimentação gratuita para todos os 400 cortados que tinham esse direito durante o ano passado e também para todos os que neste ano tinham requerido a alimentação gratuita e que não haviam sido atendidos.

Além disso, foi formada a União Livre dos Residentes e Comensais da UFBA, para centralizar suas lutas por melhores condições de ensino, em expressiva votação em eleições livres e diretas. Os universitários baianos ressaltaram também a sua disposição em sediar e levar adiante o Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes, que deverá se realizar nos dias 29 e 30 de maio, em Salvador. (R.M.)

A censura vai bem, obrigada

Censura postal e telefônica. É a sombra que vem, há algum tempo, devassando a vida e as atividades dos padres da Cidade Industrial de Belo Horizonte. Esta foi a denúncia feita pelo arcebispo metropolitano, D. João Resende Costa e pelo bispo auxiliar, D. Arnaldo Ribeiro, no dia 3 de abril.

Os padres mostram que as cartas recebidas trazem marcas de violação, indicando claramente que foram abertas e, em seguida, fechadas. Receberam informações de fonte segura que se alguma correspondência deles é entregue ao carteiro sem passar pelo crivo dos violadores, estes - os carteiros - são obrigados a devolvê-las aos Correio sob o risco de serem punidos.

Este não é o primeiro problema dessa ordem enfrentado pelos padres da Cidade Industrial. Há cerca de um ano atrás, durante a semana do 1º de maio, a sede da Pastoral Operária foi «assaltada» e os folhetos a serem distribuídos em uma missa para operários foram roubados. Posteriormente, um editorial do Jornal das Indústrias (feito pelos empresários, é lógico) acusou um dos padres da Pastoral de ser simpático à subversão no bairro Barreiro de Cima.

Alex Polari libertado

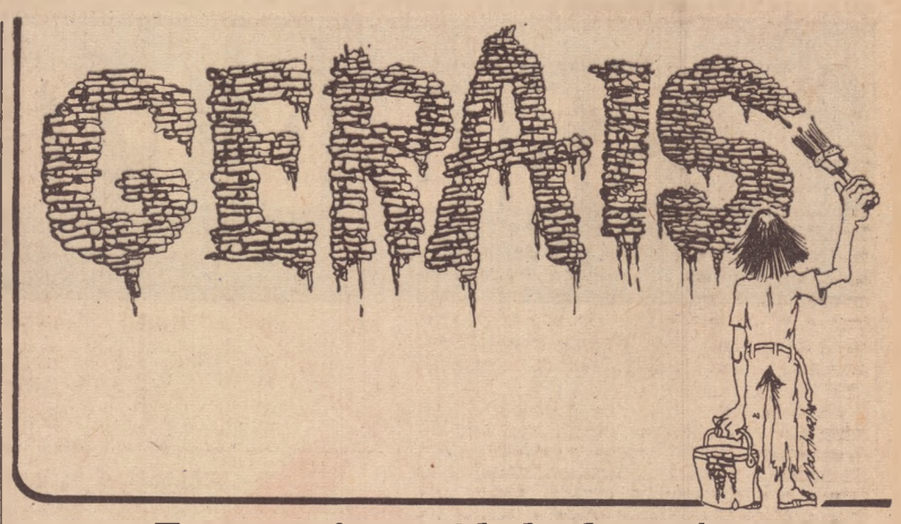
O preso político Alex Polari de Alverga conquistou, na última segunda feira, sua liberdade. Sua pena, que era de 12 anos de prisão, foi reduzida para 2, pela 1ª Auditoria do Exército do Rio, com base na nova Lei de Segurança Nacional. Alex havia sido condenado inicialmente à prisão perpétua, pena que foi posteriormente reduzida, Estava preso desde 1971.

Alex Polari escreveu na prisão um livro de poesias «Inventário de cicatrizes», que há duas semanas teve a sua montagem para teatro proibida em todo território, pela Censura Federal.

Onda de demissões em MG

A «moda» das demissões corre solta em Minas Gerais. Nessa onda já foram atingidos 13 operários da Cia. de Cigarros Souza Cruz, que se destacaram durante o movimento grevista, que parou a poderosa multinacional do fumo durante quase uma semana.

Já na cidade de Coriselheiro Lafaiete, no interior de Minas, a empresa metalúrgica Cia. Industrial Santa Matilde foi mais generosa em suas demissões - riscou de seus quadros nada menos que 230 metalúrgicos. O motivo da dispensa está relacionado com a rotatividade de mão-de-obra, já que no mês de maio haverá aumentos salariais, que, obviamente, deixarão de fora dos demitidos, que posteriormente serão recontratados com salários mais baixos. Lógica patronal é isso aí.



Treme a impunidade do regime

Ao que tudo indica, virá a público brevemente a confirmação de mais um crime da ditadura, que virá se somar aos inúmeros já publicamente comprovados: o de forjar assinaturas de presidente e ministros e de falsear, grosseiramente a história perante os brasileiros.

É o que vem sendo denunciado e provado pelo comandante Dalmo Honaiser, transferido para a reserva da Marinha com base no AI-5 no período conturbado da morte do então presidente Costa e Silva. Ele afirma que a doença que paralisou Costa e Silva teria ocorrido três dias antes da versão oficial e que, nesse período, sua assessoria forjou os atos e atitudes presidenciais. No mesmo dia de sua punição, foram aplicadas mais quatro punições a militares com base no AI-5.

A questão foi recentemente levantada, também pelo ex-reitor da UFMG no período de 22 de fevereiro de 1967 a 12 de dezembro de 1969, Gerson de Britto Mello Boson, também aposentado com base no AI-5. Ele tornou público uma carta do ex-ministro da Educação, Tarso Dutra, na qual este afirma que teria proposto o arquivamento da indicação de aposentadoria do professor Boson e, posteriormente, se recusando a referendar a aposentadoria (legalmente as punições decretadas com base no AI-5 têm que vir assinadas pelo presidente da República e pelo ministro da pasta correspondente ao atingido pelo ato). A única resposta do regime a essas denúncias tem sido o silêncio. Mas sem dúvida a certeza da impunidade que ele sempre cultivou começa a tremer nas bases. (S.M.)

Segurança de quem?

Com o acidente da Usina Atônica nos Estados Unidos, ficou claro que usinas atômicas são perigosas para a população vizinha.

No caso brasileiro, a usina de Angra dos Reis fica em pleno Sudeste, a região mais populosa e de economia mais desenvolvida do país. Se explodir, São Paulo, Rio de Janeiro e muitas outras cidades vão para as cucuias.

Isso significa que quem escolheu aquele lugar escolheu bem, para facilitar praticamente a destruição do país. E, por coincidência, vejam só, o responsável pela Usina e o Ministério das Minas e Energias, que também é responsável pelos contratos de risco, pelo afastamento da Petrobrás das pesquisas de petróleo, pela venda de gasolina caríssima aos brasileiros e baratíssima aos gringos e outras coisas mais, não é sr. Ueki?

Prá isso não tem lei de Segurança Nacional? Onde está a Secretaria da Segurança Pública? (R.V.N.)

O «povo» da Arena

O sr. José Sarney já foi acusado de grilar terras no Maranhão, expulsando os posseiros existentes na área de seu interesse. Como nunca ouvi ou vi nenhum desmentido, continuo acreditando que o sr. Sarney é mesmo um grileiro.

Pois bem, agora o presidente da Arena, que não é outro senão o próprio sr. Sarney, propõe a mudança do nome de seu desmoralizado partido para um pomposo «Partido do Povo Brasileiro».

Será que o tal partido entenderá como povo os posseiros vítimas do sr. Sarney ou os grileiros como ele? Para finalizar, acho que o que está faltando na proposta dele para o nome do partido é uma palavra que o definirá melhor, ficando denominado Partido dos Exploradores do Povo Brasileiro. (R.V.N.)

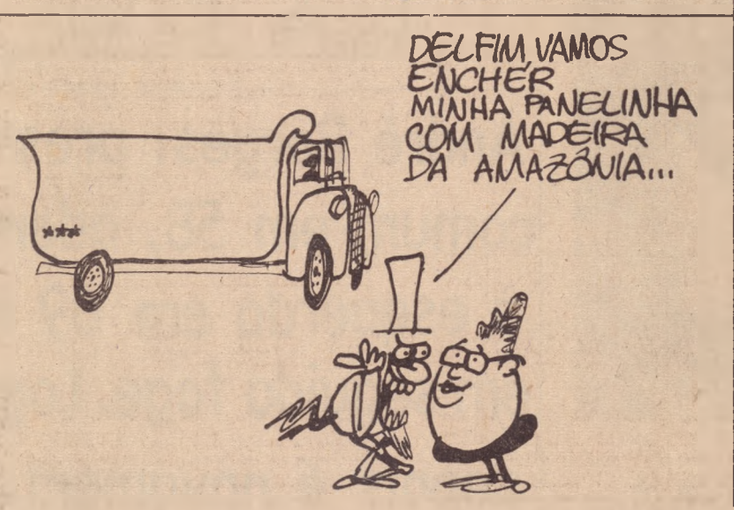
«Remédio para médico é paulada»

A Associação dos Hospitais do Estado de São Paulo resolveu partir para a repressão e a delação descarada. Em uma circular enviada a todos os proprietários de hospitais do estado a AHESP recomenda que não seja permitida a formação de qualquer associação representativa de médicos residentes, que seja enviada à Associação uma lista de todos os estagiários demitidos e a melhor de todas: «comunicar qualquer movimento reivindicatório ao Serviço Nacional de Informações, ao Deops, ao Inamps, ao Sindicato dos Hospitais e à AHESP».

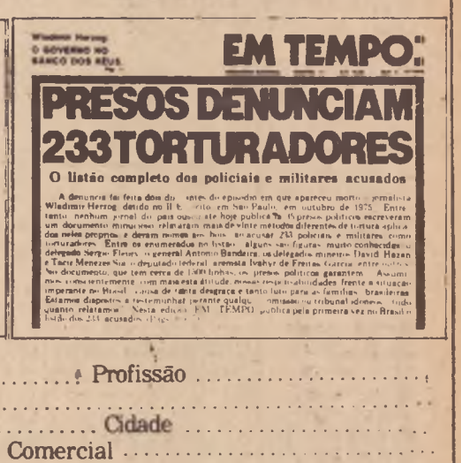
Os proprietários dos hospitais estão se preparando com todas as armas para tentar reprimir a campanha que os médicos residentes paulistas estão desenvolvendo, reivindicando principalmente o reconhecimento do vínculo empregatício e registro em carteira. O trabalho dos residentes é explorado pelos hospitais como mão-de-obra barata e rentável, pois eles acabam trabalhando mais que os médicos contratados e recebem menos que a metade do salário deles. Normalmente eles trabalham 12 horas por dia e recebem «bolsas de estudo» que nunca ultrapassam 7 mil cruzeiros. (S.A.)

Figueiredo manda Delfim encher as "panelas dos pobres"

Cláudio NATAL



Assine EM TEMPO:



Nome ..... Profissão .....
Idade ..... Endereço .....
Bairro ..... Fone ..... Cidade .....
Estado ..... CEP ..... End. Comercial .....
Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque nº .....
do Banco ..... em nome da Editora. Aparte S/A.

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG. CEP 30.000. Em São Paulo. Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP) CEP 05415, fone: 853-6680.

Anual: Cr$ 600,00
Semestral: Cr$ 350,00

Exterior
Anual: US$ 90,00
Semestral: US$ 50,00

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flamínio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). **Suplentes:** Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.

Secretário de Redação: José Luiz Nadai

Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAS: Nacional: Flamínio Fantini, Tibério Canuto, Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sergio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Candida, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira. **Internacional:** Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecilia Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorin.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sergio Papi e Fábio Prado; Ilustração; Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza. **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valderez Amorim.

SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lelio Santos Maizé Trindade, Mauridio Godinho, Paula Régis Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sergio Aspahan (redação); Mariza Araujo (administração). Porto Alegre. (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Rio de Janeiro** (r. da Lapa 200, sala 408) Adauto Novaes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Orlando Guilhon Braga, Sergio Sbragio.
Salvador:(Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelmo Oliveira, João Henrique Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITORIOS – Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira: **Aracajú:** David Dantas. **Campinas:** Rinaldo Barros, Maria Alice. **Fortaleza:** Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (redação), Daniel Santos, José Saraiva, Vinivio de Araujo (administração) e distribuição). **João Pessoa:** Aurélio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. **Natal:** Cicero Correia, Francisco de Assis. **Maceió:** Régis Cavalcanti. **Campina Grande:** Jonas Araújo.

ADMINISTRAÇÃO: (São Paulo) Isasc Barbosa da Silva, Aparecida da Silva, João Carlos, Samira Zaidan, Edward Silva: Monéya Brauns. **Assessoria Jurídica:** Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelmo Oliveira (Salvador).

Diretor - Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernando Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). **Redação:** Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6680 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas.

Racha! No PTB ou no MDB?

A decisão de vários trabalhistas em pedir registro do PTB no Superior Tribunal Eleitoral, antecipando-se assim às manobras da ala direita de Ivete Vargas, não se esgota em si mesma. Ela reflete grau já bastante desenvolvido das várias articulações partidárias em curso dentro e fora do MDB e que breve virão também a público.

Por Flávio Andrade

O PTB rachou? «Nada disto, na verdade é o MDB que começa a desmanchar-se, como frente de oposições que ele nunca foi». Este comentário se escutava na 3ª feira, quando um grupo de antigos trabalhistas deu entrada no Tribunal Superior Eleitoral em Brasília, com um pedido de registro do Partido Trabalhista Brasileiro. Nas declarações públicas de Doutel de Andrade, Cibilis da Rocha Vianna e outros signatários do pedido de registro, no entanto, todos eles deixavam claro que não se tratava de dividir o MDB, mas sim de impedir que a ex-deputada Ivete Vargas, de São Paulo, avançasse o sinal apoderando-se da legenda do PTB.

Constava que ela iria no próximo dia 19, aniversário de Getúlio, dar entrada com um pedido semelhante no TSE, buscando garantir para a ala direita do trabalhismo incompatibilizada com Brizola e a esquerda, a legenda histórica. E Brizola, desde Nova York, ratificou a decisão dos que agiram primeiro. «Apoio a atitude dos 109 companheiros que deram entrada no pedido de registro. Era a única posição coerente dos trabalhistas, em face de forças estranhas ao trabalhismo tentando se apoderar da legenda», afirmava por telefone.

Há muito que a divergência já vinha se avolumando. Segundo o professor Moniz Bandeira, também signatário, desde o ano passado, quando Ivete esteve no exterior com Brizola ele percebeu claro as dificuldades de caminhar junto com ela.

No entanto, ainda na época, julgou possível evitar uma atitude pública que viesse conturbar a rearticulação do partido.

Agora, surpresa com a atitude dos rivais, Ivete pôs as manguinhas de fora: «Brizola ultimamente vinha sendo muito mal assessorado; o que está por trás desta precipitação dos cariocas (os signatários) é uma ambição ditatorial, um verdadeiro putsch pela legenda», afirmava a EM TEMPO. E continuava: «trata-se do lançamento do petebezinho, por um grupo de pessoas que moram no Rio e que não têm nenhuma representatividade nacional. Qualquer um consegue 100 assinaturas na esquina, fazendo como eles, que puseram mãe, pai, filha e empregada na lista de última hora».

A coisa pode não terminar já, pois Ivete promete brigar pela legenda entrando também nos próximos dias com o pedido de registro, e tentando resolver a contenda na Justiça. Já do lado contrário, apesar das declarações do caráter estritamente emergencial da medida — «continuaremos dentro do MDB preservando-o como frente», afirmavam muitos dos signatários — a realidade não é bem assim.

MDB: UMA FRENTE PARA QUEM?

Há muito que o MDB não vem cumprindo a contento o seu propalado caráter de «federação das oposições». Na verdade o partido na sua composição e direção atuais vem sendo muito mais um verdadeiro «partido da ordem» para seus dirigentes, e «tão somente para nós é que este caráter frentista é acenado», vêm reclamando vários oposicionistas mais à esquerda. O coro, até bem pouco tempo ufanista, em que se cantava a unidade das oposições, veio arrefecendo, e na semana passada, quase ninguém se surpreendeu quando da notícia dos conchavos entre o Ministro da Justiça, Petrônio Portela e dirigentes do MDB como Thales Ramalho e Tancredo Neves. Ao que tudo indica as conversas giraram em torno do acordo que o partido da oposição poderia empreender com o regime com vistas a «avançar as reformas políticas». Estariam em pauta vários temas, principalmente a troca das eleições municipais de 80, adiando-as para 82, por uma anistia parcial imediata.

E diante do silêncio de Ulisses Guimarães, presidente do MDB, denotando quem sabe cumplicidade, começaram a surgir vozes dentro do partido reclamando a substituição da direção e lançando já candidaturas alternativas ao continuísmo.

AUTÊNTICOS QUEREM O MDB

Se em meio a isto tudo, novos partidos não aparecem já, legalmente tentando preencher os restritivos critérios para sua constituição, isto se deve a dois problemas. De um lado, o governo anuncia para já, através da reformulação da Lei Orgânica dos Partidos a ser brevemente encaminhada ao Congresso, algumas alterações na legislação, abrandando os requisitos para criação de partidos. Em função disto, a atitude de muitos é de aguardar para ver claro o espaço próprio que terão ou não. De outro lado, vários autênticos dentro do MDB calculam e investem na perspectiva de que o MDB pode e deve ficar é com as oposições populares, configurando assim uma frente real e num patamar mais avançado. Os moderados e a direita é que bandeariam em direção a novos partidos. Para Jarbas Vasconcellos, por exemplo, depois das eleições de 78, os autênticos cresceram muito em número e força política e hoje, são claramente vencedores numa disputa pela legenda. O líder Freitas Nobre também já há muito vem afirmando categoricamente que, no futuro breve, a máquina partidária tenderia ficar com os elementos mais combativos da oposição.

Poucos, contudo, dentro ou fora do MDB, acreditam neste cálculo. Mas o fato é que ninguém quer arriscar, consumando um fato talvez irreversível. Neste quadro ainda incerto, o que é certo, contudo, é que todos substituiram a questão de «como entrar ou fortalecer o MDB» pela questão de «como preparar já a saída do partido». Pois todas as oposições já se encontram objetivamente no MDB. Uns mais, outros menos, uns permanentemente, outros só nas eleições, mas todos de alguma maneira participando do único canal de expressão institucional oposicionista. Trata-se, portanto, não de entrar, mas de como sair.

Assim, a questão de reorganização partidária vai chegando na reta final. Os núcleos pré-partidários na cena já são muitos. O PTB largou primeiro em virtude do racha interno com Ivete, mas seguramente aproveitará ainda mais esta baixa, para dar passos mais concretos no nível da formalização. É claro que o programa enviado ao STE decepcionou a muitos, principalmente na sua chamada ala esquerda, dado o tom moderadão e nada renovador de suas propostas. E, se a alegada urgência diante da ameaça de Ivete pode ser argumentada em defesa da pressa e do caráter nada democrático da definição, no entanto para muitos potenciais, interessados no PTB, ela servirá como sinal de caudilhismo na vida interna. É claro que poderá haver correções no futuro, mas já serão correções. E alguém perguntará um partido que quer comportar gente como Ivete e outros, não viverá de eternas correções?

«POPULAR, DEMOCRÁTICO E SOCIALISTA»

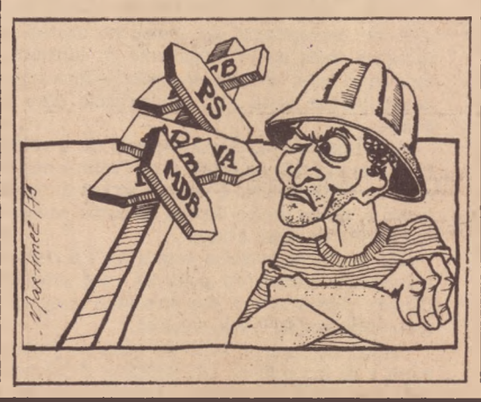
Numa outra faixa, correm, agora também mais rápido, os socialistas. Depois de uma temporada de relativo marca passo, o núcleo de São Paulo liderado por Almino Affonso resolveu sair a público com várias propostas, o que deve ocorrer já logo depois da semana santa. Propondo aglutinar todos aqueles que se batem por um partido popular abarcando não somente operários mas o conjunto dos assalariados que formam as camadas populares, democrático na sua estrutura interna e nos seus valores básicos e que vise à construção do socialismo. A idéia contudo é de imediato não lançar o partido, mas sim a proposta, e começar a trabalhar para a formação propriamente dita uma oportunidade a ser avalida posteriormente. E ao que tudo indica a articulação tem ampliado consideravelmente, integrando lideranças de trabalhadores e começando a gozar de uma grande simpatia por parte dos sindicalistas autênticos proponentes do Partido dos Trabalhadores.

E O P. T.?

Estes últimos também estão agilizando a discussão do P.T. Reuniões têm ocorrido em vários pontos do País e já se tem uma carta de princípios e um anteprojeto de plataforma circulando em busca da ampliação das adesões. Na próxima semana deverá ocorrer uma reunião de todos os estados e segundo Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e um dos articuladores da proposta, o lançamento deverá se dar dentro de 15 dias. Ele adianta que o conteúdo da proposta está na linha do que já se tem declarado: um partido de assalariados, englobando em suas reivindicações todas as lutas atuais dos trabalhadores e apontando para uma transformação socialista da sociedade brasileira.

«Também de imediato não se trata da criação do partido mas de lançar um movimento pela sua constituição futura» adianta Jacó. «Quanto a outras articulações, estamos discutindo com os socialistas e até agora de acordo. Vamos ver quando se abrir o jogo como a coisa evolui. Já com os trabalhistas as discussões são mais precárias e só se deram a nível das bases» conclui o dirigente sindical.

No plano das propostas de caráter explicitamente frentista há também novidades. Com nuances em relação à proposta da Frente Popular lançada há mais tempo por Arraes e engrossada por alguns setores da esquerda está em curso agora a proposta de um Bloco Popular de Oposição, a se desenvolver dentro e fora do MDB em torno de uma plataforma de luta contra a ditadura. Lysâneas Maciel, ex-deputado cassado e outros parlamentares estão em articulação a nível federal, mas principalemnte nas bancadas estaduais buscando conformar um núcleo de autênticos mais ligados às oposições populares extraparlamentares.



ENTRAR OU SAIR DO MDB?

Enfim, todos estão preparando sua saída do MDB desde dentro do próprio partido, embora num compassso de espera, tanto em função dos cálculos otimistas de que a legenda ficará com a oposição popular como das incertezas quanto ao que pode vir de novidade do lado das mudanças legais que o regime anuncia.

Posto nestes termos o problema, de fato não é o PTB quem está rachando agora, mas sim o MDB quem já não se aguenta mais como «federação das oposições».

Do lado das classes dominantes também a reorganização avança. Na ARENA avança simplesmente a idéia de mudança, de nome, na idiotice de achar que a imagem pode melhorar pela simples alteração da sigla. O presidente do partido, senador José Sarney anunciou que doravante o partido se chamará Partido do Povo Brasileiro. Quanta pretensão... Mas o significado é o relançamento da Frente Nacional de Redemocratização por Magalhães e outros a ser realizado breve como tentativa de capitalizar os feitos da Frente alcançados no ano passado como embrião de um futuro partido de centro.

Não há dúvida portanto que chegou a hora dos partidos surgirem. E a questão não é como muitos dizem do simples interesse do regime. O pluripartidarismo hoje, passadas as eleições e o impacto da vitória plebiscitária que ela trouxe, para a oposição é, no fundamental, uma exigência do próprio avanço das oposições. Mesmo levando-se em conta que o possível agora será tão somente um pluripartidarismo restrito, relativo, como tudo mais nesta «democracia». Mas mesmo assim ele ensejará o desenvolvimento de agremiações mais ou menos frentistas, bem mais reais do que tentou ser o MDB. E se neste quadro vier a surgir alguma agremiação do tipo proposto pelos socialistas e pelos sindicalistas autênticos — popular (excluindo a burguesia) democrática internamente e apontado para o socialismo — muito ganhará a oposição popular nesta conjuntura que se abre com o tumultuado e indeciso governo Figueiredo.

Denúncia vazia

O que está por trás da jogada

A decisão de Figueiredo em eliminar a denúncia vazia pegou muita gente de surpresa, pelo caráter popular da medida. Mas nem a denúncia caiu inteiramente, nem os empresários do setor vão entrar em crise. Pois o governo anuncia uma ousada política habitacional que propõe expandir o setor de construção civil exatamente dentro da faixa popular. Se vai funcionar ou não é a questão.

A decisão da Câmara de Deputados referente à eliminação da denúncia vazia deixou muita gente surpresa. Afinal quais as razões que teriam levado os senhores deputados da ARENA e o governo a modificarem suas posições? Estariam eles, agora, de repente preocupados com as agruras e desventuras do inquilinato brasileiro?

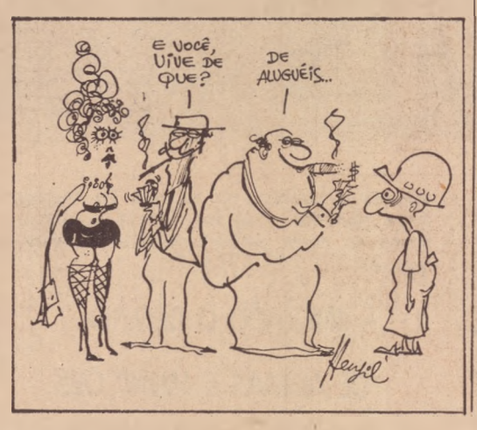
Sem dúvida a regulamentação da denúncia vazia no início de 1974 agudizou a já explosiva situação do inquilinato e criou tensões sociais que chegaram a preocupar os detentores do poder. Esta, no entanto, não é uma situação nova como podem fazer crer aqueles que vêem no trágico suicídio do casal de velhinhos cariocas o estopim dos protestos e a queda da denúncia vazia. Desde sua implantação há cinco anos, os inquilinos — que correspondem a uma parcela da população bem mais considerável que os proprietários de imóveis — estão submetidos aos caprichos e imposições dos proprietários. Como resultados concretos: o despejo, aumentos despropositados nos aluguéis, novas locações. Enfim, uma ciranda que muito interessa às empresas construtoras e imobiliárias.

Quando de sua implantação, a denúncia vazia teve como objetivo ampliar o mercado da construção civil dando enormes garantias e condições à chamada indústria do aluguel. Novos investidores se dirigiram ao lucrativo negócio aplicando seu capital em casas para alugar, fazendo com que mais de um terço das novas construções urbanas não fossem destinadas à moradia de seus proprietários, mas sim utilizadas como fonte de renda capitalista. E tudo isto financiado pelo BNH que é, por sua vez, financiado pelo FGTS de todos nós.

A CASA CAIU DE VEZ

Mas esta engrenagem paradisíaca para a indústria da construção civil, imobiliárias e investidores, mas infernal para grandes parcelas da população começou a emperrar. Na fase de crise econômica e de crescente inflação que atravessamos, já não interessa às classes dominantes, nem mesmo à Câmara Brasileira da Construção Civil, a manutenção deste esquema tal qual. O limite relativo do mercado das altas rendas (faixas superiores da pequena burguesia e a burguesia) para a construção destinada a moradia e o aqueciento artificial e inflacionário criado pela denúncia vazia criaram as próprias condições de seu emperramento. Notemos como o nível da inflação de março foi consideravelmente ampliado pelo custo da construção (8,1%), que liderou a alta.

Desta maneira, para o casuísmo anti-inflacionário dos tecnocratas do regime militar, torna-se importante o desaquecimento do setor da construção, eliminando ou limitando a denúncia vazia e redimensionando as prioridades do BNH, como acaba de propor o ministro Andreazza. Os setores mais representativos do lobby da construção civil, representados pela Câmara Brasileira da Construção Civil, aprovaram a reestruturação proposta para o BNH (moradias populares, introdução do FGTS no campo, materiais de construção pré-fabricados, etc) fazendo apenas alguns retoques menores. Quanto à denúncia vazia, **tentaram e continuarão tentando** limitar sua extensão apenas aos prédios residenciais, mas aprovaram com alegria a vinculação dos preços dos aluguéis às variações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Apenas os setores mais parasitários, mas também menos representativos, como o Sindicato das Empresas Imobiliárias de São Paulo, lançaram-se contra a eliminação da denúncia vazia, pois, para eles, será sempre melhor a manutenção daquela ciranda: contrato, aumento, despejo... (J.M.)



Uma nova política habitacional?

Por Maurício Lemos

No texto da lei que em 1964 introduziu a denúncia vazia encontra-se a sua verdadeira essência: foi criada, «entre outros fins» com o intuito de «incentivar a indústria da construção civil», que na época passava por uma melancólica crise. E a razão para tal despropósito — que levou à rua da amargura milhares de pessoas, os inquilinos — é bastante simples. Introduzido em lei o princípio da denúncia vazia, passou a ser extremamente vantajoso comprar imóveis para alugar, o que resultou em aumento imediato da demanda fornecida por este tipo especial de comprador.

Não é de se espantar, portanto, que a partir dessa época a indústria da construção civil tenha passado por um grande surto de crescimento que percorreu todo o período «milagroso», de 1968 a 1973, e que deve sua explicação sobretudo à política econômico-financeira do BNH.

E NO TEMPO DAS VACAS MAGRAS?

Mas agora que o milagre já se foi e a economia brasileira anda num período de «vacas magras», as coisas não caminham lá muito bem para os empreiteiros. E, pelo menos aparentemente, a queda da denúncia vazia sugere que os negócios da indústria da construção civil vão atingir uma etapa de crise, quebras, falências, etc. É nessa direção que vai, por exemplo, a declaração de Mauro Magalhães, presidente da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI): «os mecanismos a serem acionados para a decretação do fim da denúncia têm de ser bem pensados, já que o assunto envolve uma série de aspectos importantes para o País, tais como o mercado de trabalho para milhões de pessoas». É ele também quem informa que 35% dos imóveis hoje existentes no País são de aluguel e que, caso esse tipo de negócio não seja mais rentável, principalmente para o pequeno investidor, ele abandonará o mercado, «provocando sérios problemas sociais». Como sempre, em lugar de falar daquilo que ele teme como empresário (a queda dos lucros), Mauro Magalhães — muito vivo — dá uma de bonzinho, como se sua preocupação real fosse com os trabalhadores.

Opinião semelhante à do presidente da ADEMI é expressa pelo Jornal do Brasil que, em editorial, conclui que «o preço desta tentação eleitoral (da Arena e do MDB) é a desativação do mercado imobiliário e da construção civil, com repercussões sinistras sobre o nível de preços, da economia e, tão importante, sobre o nível de emprego».

Embora se reconheça o zelo com que os empresários defendem o seu, deve ser reconhecido também que muitas dúvidas pairam no ar e toda essa história da extinção da denúncia vazia soa como algo mal contado. A principal dúvida (ou paradoxo) reside na atitude do Governo que de repente se mostra favorável à sua queda. Afinal de contas, o Governo (este e os anteriores) nunca deixou de ser um cioso, às vezes sereno mas sempre responsável, defensor dos interesses do capital. Como entender que ele agora se disponha a fazer algo contra os empresários?

A EXPLICAÇÃO DO PARADOXO

Uma primeira explicação para este estranho paradoxo encontra-se na prometida política de «abertura» do general Figueiredo, já que a extinção da denúncia vazia, além de seu notório apelo popular (com o que o General espera obter maiores bases sociais), contribuiria para combater a inflação através de um controle sobre os aluguéis. É bem provável que tal explicação tenha seu fundamento, embora não resolva o paradoxo.

Por coincidência — ou não? — na mesma página dos jornais que noticiaram o fim da denúncia vazia encontram-se as declarações do ministro do Interior, Mário Andreazza, sobre as medidas a serem adotadas pelo BNH. Segundo o que anunciou o Ministro, entre as principais medidas, estaria o fim da poupança obrigatória para aquisição da casa própria, a possibilidade de reduzir a correção monetária dos preços das residências, aumento dos prazos de financiamento e redução dos juros.

Este rol de medidas, se efetivadas, contribuiria para resolver de um só golpe quatro problemas, de forma que no melhor estilo do final feliz das novelas da Globo, entre gregos e troianos todos sairiam satisfeitos. Primeiro, os inquilinos que além da garantia do aluguel barato teriam à mão a possibilidade de aquisição da casa própria. Segundo, os empreiteiros que além de não passarem pela catástrofe prevista por alguns, aumentariam sensivelmente as suas vendas. Terceiro, os desempregados encontrariam emprego, tendo em vista a possibilidade de um inesperado «boom» da indústria de construção civil. E, finalmente, o conjunto da economia brasileira ver-se-ia compensado pelas medidas monetaristas de contenção de gastos do ministro Simonsen, estando afastada — a curto e médio prazo — a ameaça de recessão. Em resumo, na medida em que se considera o fim da denúncia vazia e as alterações no BNH como partes de um mesmo «pacote», acredita-se que de uma só estocada o Governo estaria resolvendo vários problemas e tomando de quebra algumas medidas «populares».

E tem mais: as mudanças nas diretrizes do BNH resultariam numa concentração da construção de moradias em grandes projetos habitacionais, tipo cooperativas e outros patrocinados pelo próprio banco. Isto implicaria, é claro, na concentração de capitais no setor da construção civil, coisa em que o ministro Andreazza é mestre. Afinal de contas, de sua gestão como ministro dos Transportes (1967-1974) para sua gestão agora como Ministro do Interior só mudaria o tipo de mercadoria negociada. Enquanto naquele tempo se mexia com estradas, pontes Rio-Niterói etc, agora se mexe com projetos habitacionais.

Os custos dessa nova política ficariam por conta do abandono de alguns sócios menores do antigo modelo — os proprietários de imóveis e as pequenas e médias empresas de construção civil.

Ainda assim resta uma última dificuldade, já que tão miraculoso projeto deverá necessitar de uma vultosa soma de dinheiro. Como financiá-lo?

Todos sabem que os empresários e financiamentos do BNH dependem da arrecadação do FGTS, que em épocas de crise como agora anda em baixa. A arrecadação bruta pouco cresce porque o emprego (e a massa de salários) pouco tem crescido, ao passo que a arrecadação líquida (arrecadação bruta menos retiradas) tende a ser reduzida, na medida em que são aumentadas as dispensas de trabalhadores e as retiradas do FGTS daí decorrentes.

Esta é ainda a principal pedra que se encontra no caminho do sr. Mário Andreazza e de seus planos mirabolantes.

As alterações da lei

No Congresso, o projeto de nova lei do inquilinato, acabando com a denúncia vazia já foi aprovado. Mas o presidente da República ainda pode modificá-lo em parte ou totalmente, porque esse é o caminho que deve percorrer uma lei até entrar em vigor no Brasil. A julgar pelo que se comenta, Figueiredo não vai mexer no projeto. Em todo caso há ainda que esperar até que os inquilinos possam respirar aliviados e deixar de ter toda noite o mesmo pesadelo: o de ser posto pra fora do imóvel que alugou. Se Figueiredo vetar alguma parte, o drama vai ter outros capítulos porque o Congresso terá de examinar o veto num prazo de 45 dias. E tome espera!

Dizem os entendidos que a nova lei traz algumas vantagens, mas ainda aperta o inquilino em vários pontos. O caso pior é quando ela estipula que fica «a critério das partes» estabelecer por exemplo quem arca com os impostos relativos ao imóvel, ou com as chamadas despesas extraordinárias de condomínio. Acontece que sempre, quando há essa brecha, quem paga o pato é a parte mais fraca, ou mais dependente ou mais necessitada. Logo, acaba o inquilino tendo de fazer tais despesas — do contrário, o locador não aluga a casa. Por isso os modelos de contrato que se compra em qualquer livraria já trazem impresso esse tipo de cláusula, ou seja, «cabe ao locatário pagar tais e tais impostos ou tais e tais taxas».

Quanto ao despejo propriamente dito, se as hipóteses pro locador usar e abusar de seu direito de proprietário estão agora mais fechadas, permanece ainda o velho sentido (nem podia ser de outra forma) de protegê-lo bastante e aí é que vem uma exceção de lascar contra o inquilino: se o imóvel for vendido, o adquirente pode denunciar a locação. Ou em português alto e sonoro: o inquilino vai pro olho da rua como ia ao tempo da denúncia vazia. Isso está no artigo 6º do projeto. E o que a nova lei prevê contra isso pouco resguarda o inquilino, ela faculta a ele até 6 meses depois depositar em juízo o dinheiro correspondente à venda feita e assim comprar o imóvel. O grilo é que, via de regra — esquecem-se os legisladores — o inquilino não compra casa porque não quer mas porque não pode. Daí ser muito raro que um inquilino possa valer-se desse tipo de «proteção».

Inédito no Brasil

Companheiro de Lamarca conta a ação no Quartel de Quitaúna

A história das ações armadas realizadas por parte significativa da esquerda brasileira, no período que vai do final dos anos 60 ao início desta década, ainda está por ser contada. Uma contribuição importante, contudo, já existe. É um livro de testemunhos de estudantes, operários e militares que se engajaram nas organizações de tendência político-militar, mas que até hoje ainda está inédito em nosso país: «A Esquerda Armada no Brasil 1967-1971». Editado originalmente com o título **Los Subversivos,** *ele recebe o Prêmio Testemunho-1973, da Casa de Las Américas, de Cuba. A primeira edição em língua portuguesa surgiu em Lisboa, em 1976. Dela, retiramos depoimentos que contam toda a história de uma das mais espetaculares ações militares do período: a retirada de armas e munições do IV Regimento de Infantaria (Quartel de Quitaúna) em São Paulo, no dia 24 de janeiro de 1969, pelo então capitão Carlos Lamarca e seus companheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Um dos companheiros de Lamarca, o ex-sargento Darcy Rodrigues, é o autor dos testemunhos.*

O tom geral do livro é o da época em que as ações estavam sendo realizadas, sem questionamentos. Por isso mesmo, é importante que se conheça também o balanço crítico e auto-crítico da esquerda armada, feito por um dos seus integrantes, o líder operário José Ibrahim, no prefácio da edição portuguesa.

Depoimento do ex-sargento DARCY RODRIGUES

A crítica ao reformismo, antes de 64

Conheci Carlos Lamarca em 1962, quando cheguei ao IV Regimento de Infantaria, procedente da Escola de sargentos das armas. Lamarca já era tenente numa das companhias do regimento e desde então estive muito ligado a ele.

Desde aquela época a nossa relação foi fundamentalmente política. Ambos participávamos de um círculo de estudos políticos, integrado por oficiais e suboficiais do regimento.

Pelo conhecimento que tínhamos da capacidade repressiva das forças armadas brasileiras e das verdadeiras intenções dos que as comandavam, Lamarca e eu nunca estivemos de acordo com os partidários de aproveitar a legalidade burguesa para chegar ao poder, nem tão pouco com os que acreditavam na tão celebrada «tradição democrática» dos institutos militares do Brasil. Por isso mesmo, as nossas discussões giravam em torno da luta armada, embora ainda, naquela época, com posições espontaneístas.

O exemplo da Revolução cubana provocou grandes discussões no seio das Forças Armadas brasileiras e fez com que muitos oficiais e sargentos progressistas se interessassem por tais questões.

Em Setembro de 1962 o companheiro Lamarca foi recrutado para integrar o contingente militar da Organização das Nações Unidas (ONU) e esteve destacado, durante quase um ano, na zona de Gaza, perto do canal de Suez.

Quando voltou ao Brasil foi designado para servir num batalhão da Polícia do Exército (PE), na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Ali solicitou inscrição no Partido Comunista Brasileiro, mas o seu pedido nunca chegou a formalizar-se.

Quando regressou a São Paulo, já depois do golpe, o companheiro Lamarca, que também ainda não estava organizado, procurou entrar em contacto comigo. Ele conhecia bem a minha posição política e então discutimos as perspectivas que tínhamos em relação à luta armada no Brasil. Lembro-me de que lhe dei uma breve informação sobre a esquerda em geral. E revelei-lhe, nessa mesma ocasião, que mantinha contatos com um grupo, que encaminhava algumas tarefas revolucionárias concretas com a perspectiva da luta armada na região de São Paulo. Ele por sua parte, informou-me que mantinha também alguns contatos dentro do Exército e que pretendia continuar a doutriná-los até poder integrá-los na célula que eu organizava no regimento.

Como conjunto da esquerda brasileira, chegamos ao ano de 1967 esforçando-nos por conseguir estruturar algo de concreto em termos de teoria e prática revolucionárias. Em condições bem difíceis, decidimo-nos a ativar o trabalho político dentro do Exército. Mas não conseguimos ir mais além de um trabalho isolado, a partir das nossas possibilidades individuais de politização de elementos com os quais tínhamos ligações.

OS CONTATOS COM A VPR E COM A ALN

Em 1967 já estava organizado o grupo de Carlos Marighella, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e havia também um grupo de ex-militares, expulsos que mantinha ligações com operários metalúrgicos de Osasco e outros setores proletários da região industrial de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, em São Paulo. Este grupo de ex-sargentos esteve inicialmente vinculado ao Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), dirigido pelo ex-governador e deputado Leonel Brizola. Mas depois da dissolução do MNR, o grupo uniu-se a um setor dissidente da POLOP e deu origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Por essa época eu já mantinha contato, a nível de simpatizante ou de aliado, com esse grupo de ex-militares e tinha a intenção de integrar a célula do IV Regimento.

Lamarca acompanhou com grande interesse todo aquele processo e tratou de fortalecer os vínculos com os companheiros ligados a ele. A perspectiva de Lamarca, naquele momento, era a de entrar em contato com algum grupo da esquerda armada brasileira que nos aceitasse como simples militantes e oferecer de imediato a essa organização a possibilidade de realizar uma ação de expropriação de armas no quartel de Quitaúna, sede do IV Regimento de Infantaria. Esta ação teria uma repercussão política muito ampla porque seria algo inteiramente novo no Brasil.

Aprofundamos as discussões com ele a respeito da sua inclusão na célula que já estava organizada no IV Regimento e da qual eu era o coordenador e, pouco tempo depois, Lamarca passou a fazer parte do nosso grupo.

Ele mantinha contatos com a ALN e realizou numerosas discussões políticas com Joaquim Câmara Ferreira, um dos principais dirigentes desta organização revolucionária.

Depois de superar algumas questões preliminares e de um mínimo indispensável de necessárias discussões políticas, Lamarca chegou à conclusão de que a linha política da VPR estava mais próxima da sua posição e passou a integrar a célula do IV Regimento de Infantaria.

Por sua parte os companheiros ex-militares expuseram-nos a necessidade de apoio logístico à sua organização dos elementos que ainda continuavam dentro do Exército.

Necessitavam de armas, munições, explosivos e de todo o material que pudesse ser utilizado em ações armadas. Nós tínhamos possibilidade de subministrar-lhes algum material desse tipo porque a minha função no quartel era a de auxiliar do supervisor administrativo (IV Seção) do regimento. Isto é, trabalhava no processo administrativo de solicitar material bélico para a unidade e também na retirada ou destruição desse material e só me faltava encontrar a forma de poder retirá-lo clandestinamente do quartel.

INICIADO O DESVIO DE ARMAS E MUNIÇÕES

Logo verifiquei ser relativamente fácil alterar os números dos documentos e ficarmos com uma parte desse material bélico. Em todos os exercícios de tiro que se realizavam no regimento, para dar um exemplo, eu fazia constar dos documentos um gasto de munições superior ao real, e o que correspondia à diferença era entregue à organização revolucionária. Da mesma forma, quando chegava à seção algum tipo de explosivo para ser destruído, em vez de cumprir as ordens, guardava-o e acabava por chegar às mãos da organização. Desta maneira entregamos à VPR munições, mechas lentas, cápsulas detonantes e muitos outros materiais que os companheiros utilizavam em ações armadas da guerrilha urbana. Também lhe fornecemos granadas, para servir de modelo, já que naquela época a organização pretendia iniciar a fabricação de armas.

Imediatamente após o ingresso da nossa célula na VPR, discutiu-se com Lamarca a projetada expropriação de armas e a organização concluiu que era válida politicamente, além do objetivo logístico que se perseguia com a ação. Esta discussão teve lugar, eu acho, em Outubro de 1968.

Foi então que, por iniciativa de Carlos Lamarca, se preparou a ação do IV Regimento da Infantaria, que consistiria na expropriação de uma boa quantidade de armas e munições e o imediato ingresso de todos nós na guerrilha urbana, desertando do Exército da ditadura.

A ação realizou-se em 24 de Janeiro de 1969.

O plano, a execução, os imprevistos.

De Outubro a Dezembro de 1968 ultimaram-se as discussões e os preparativos para a ação no IV Regimento de Infantaria. A ação foi marcada para o dia 26 de Janeiro de 1969.

O plano original do capitão Carlos Lamarca consistia na expropriação de todos os fuzis, metralhadoras e armas curtas da companhia sob o seu comando, que passariam a engrossar o arsenal da VPR.

A minha opinião era a de que existiam condições para ampliar o plano, e montar ainda outra ação, que seria levada a efeito no dia seguinte, e que consistiria na expropriação de material bélico do depósito geral do quartel e do paiol. Neste depósito geral guardavam-se as chamadas reservas de guerra armamento novo a ser utilizado somente em caso de mobilização dos efeitos da reserva do regimento.

Eu tinha acesso a essas dependências porque todos os depósitos de material bélico estavam sob controle da IV Seção do Regimento, na qual eu servia. Mandei fazer então cópia das chaves, não somente das do depósito de armas como também das do paiol e de outras subseções das quais poderíamos retirar material bélico no dia da ação.

O esquema da ação era muito complexo, e por essa razão não vou entrar em detalhes. O plano final seria o seguinte: no dia 25 de janeiro o companheiro Lamarca, utilizando uma **Kombi**, retiraria da sua companhia uns sessenta fuzis automáticos ligeiros e dois morteiros de 60 melímetros com todos os seus assessórios. No dia 26 seria levada a cabo a ação mais complexa: retirar dos depósitos do quartel uns quinhentos fuzis e respectivas balas. Além disso, expropriaríamos qualquer outro tipo de armamento e toda a munição que pudesse ser transportada na **Kombi**.

No dia 26 de janeiro, eu estaria de serviço como chefe da guarda do regimento. De sargento de dia, teríamos um companheiro o cabo Mariani; e outro companheiro, o soldado Carlos Roberto Zanirato, encarregar-se-ia de preparar as condições para a rápida retirada das armas e das munições do depósito.

CADA COMPANHEIRO TINHA UMA TAREFA

Nesse dia, como chefe da guarda, eu facilitaria a entrada na unidade militar de um caminhão que seria carregado com as armas e munições. O companheiro Zanirato entraria no depósito de madrugada, quatro ou cinco horas, e ali permaneceria até as 15,30, hora em que se iniciaria a operação de carregar o caminhão. Durante todo esse tempo, Zanirato estaria a preparar fardos de cinco fuzis cada um para facilitar o carregamento das armas.

Além de autorizar a entrada do caminhão na unidade militar, eu teria também nesse dia, a missão de controlar as sentinelas e permitir o acesso ao quartel de um grupo de companheiros da organização, que chegariam num Volkswagen e entrariam antes do caminhão. Este grupo, estacionado perto do corpo da guarda teria a missão de dar cobertura armada à operação de carregar o caminhão.

Cada um dos componentes do grupo tinha uma tarefa específica a realizar. O grupo penetraria no quartel com o pretexto de falar com um soldado e contaria com o meu consentimento como chefe da guarda. Não haveria portanto dificuldades na sua entrada e permanência dentro da unidade militar. Um daqueles companheiros deixaria o automóvel e ficaria perto do cabo de guarda, com ordens para atuar com rapidez no caso de qualquer alarme, imobilizando o cabo.

Pouco antes da hora prevista para a ação eu ordenaria a retirada das munições de todos os postos de guarda, alegando uma inspeção geral. Dessa maneira deixaria toda a guarda com as armas descarregadas e sem condições de reagir. Imediatamente depois reuniria a tropa que não estava nos postos de guarda, isto é, os que descansavam, a pretexto de transmitir-lhes uma orientação de serviço. Isso também seria viável porque existia uma instrução a respeito da Seção do Pessoal do regimento que recomendava ao chefe da guarda a utilização das horas livres do pessoa da guarda para transmitir-lhes conhecimentos sobre vigilância e outros aspectos gerais do serviço.

Outro dos companheiros a chegar no Volkswagen deveria permanecer no interior do automóvel. Em caso de alarme, esse companheiro correria até ao local onde eu estaria reunido com a tropa e, os dois, nos encarregaríamos de prender o oficial da guarda e destruir todos os meios de comunicação do Regimento com o exterior. Isto seria relativamente fácil, porque o oficial de guarda estaria próximo do centro telefônico e no mesmo edifício funcionavam também o posto de rádio e um sistema VHF de transmissão de alta freqüência, de grande eficiência em distâncias curtas. De modo que, numa rápida operação os dois poderíamos imobilizar o oficial e destruir os meios de comunicação.

Outro dos companheiros do grupo ajudaria o capitão Lamarca que ordenaria a abertura dos depósitos e o carregamento das armas e munições na Kombi.

Nesse mesmo momento, dos demais companheiros do caminhão estariam carregando os fuzis e as munições do depósito geral do regimento.

Fora do quartel, na rua estariam outros três grupos armados. Um deles com a missão de aniquilar as sentinelas da guarda em caso de resistência e, se fosse necessário, levantar uma linha de defesa contra qualquer reforço que pudesse vir do II Grupo de Canhões antiaéreos de 90 milímetros, cujo quartel fica perto do IV Regimento de Infantaria de Quitaúna.

Os outros dois grupos, na rua atuariam na contenção de outros possíveis reforços que tentassem aproximar-se do quartel de Quitaúna. Um desses grupos permaneceria nas proximidades da Vila Militar, zona residencial onde vivem os oficias e sargentos do Regimento e o outro obstruiria a via de acesso da cidade ao quartel.

IMPREVISTO: CAI O CAMINHÃO VERDE-OLIVA

Em linhas gerais, este era o nosso plano. Mas no dia 23 de janeiro ocorreu algo inesperado. Nesse dia registrou-se um incidente em Itapecerica da Serra de que resultou a prisão de quatro companheiros participantes da ação. Juntamente com eles, caiu em poder da repressão parte da infra-estrutura inclusive o caminhão que seria utilizado no transporte do armamento expropriado.

No dia seguinte, 24 de janeiro, todos nós, companheiros do IV Regimento de Infantaria comprometidos na ação saímos do quartel de Quitaúna à hora do almoço com o pretexto de irmos a um banco de Osasco receber os nossos soldos. Em vez disso, fomos ao encontro de um companheiro da VPR.

Este companheiro informou-nos que em Itapecerica da Serra havia sido descoberto o local onde o caminhão estava a ser pintado com as cores do Exército e que quatro companheiros foram capturados.

A partir daquele episódio inesperado, os acontecimentos precipitaram-se. A nossa permanência no quartel, isto é na legalidade significava correr um risco muito grande. Era preciso atuar com rapidez, pois existia a possibilidade de que algum dos companheiros presos não resistisse às torturas e desse alguma informação à repressão sobre a existência de uma célula revolucionária dentro do IV Regimento de Infantaria.

Naquela época a polícia da ditadura não dispunha ainda de muita informação a respeito das organizaçãoes revolucionárias armadas já em atividade, principalmente em São Paulo. As ações de guerrilha urbana, entre as quais algumas importantes como justiçamento do capitão norte-americano Charles Chandler, a expropriação de armas no hospital militar de Cambuci, a explosão de um carro-bomba em frente do quartel-general do II Exército, em São Paulo, expropriações de armas e explosivos no armeiro «Diana» e em várias pedreiras — levaram a repressão a prever dias tempestuosos e, por isso, qualquer, elemento revolucionário que lhe caísse nas mãos seria submetido às mais ferozes torturas para fornecer informações sobre as organizações armadas.

Era muito arriscado portanto contar naquele momento só com a coragem e a valentia dos companheiros presos. E decidimos regressar imediatamente ao quartel de Quitaúna e executar rapidamente a primeira parte do plano, ou seja a parte da ação prevista para o dia 25.

Resolvemos executar a expropriação de armas na Companhia do capitão Lamarca nessa mesma tarde de 24 de janeiro de 1969. Em virtude da sua condição de chefe da subunidade, Lamarca teria facilidade de ordenar aos subordinados que carregassem a **Kombi** com as armas da companhia sem despertar grandes suspeitas. O capitão Carlos Lamarca gozava então da confiança total dos altos chefes militares, não apenas do IV Regimento de Infantaria, mas também do II Exército. Ele fora inclusive designado, um mês antes para ministrar instrução militar a um grupo de assalariados que seriam empregados no sistema de segurança dos bancos do grupo financeiro BRADESCO, inicialmente de capital brasileiro, mas que, após o golpe passou às mãos do grupo norte-americano Rockfeller.

Quando Lamarca iniciou a operação de carregar a **Kombi** com as armas da Companhia, deu-se um fato curioso. Dois sargentos alheios à ação aproximaram-se e perguntaram-lhe em tom amigável: «Vamos a ver o que está a acontecer aqui?» Houve um instante de tensão. Mas Lamarca reagiu rapidamente e respondeu-lhes tranquilamente: «É o armamento que vai ser utilizado numa inspeção do Tiro de Guerra», e os dois sargentos, satisfeitos com a resposta, seguiram o seu caminho.

O chamado Tiro de Guerra era uma unidade militar próxima do quartel de Quitaúna, centro de formação de reservistas de segunda categoria e a operação de levar armas para lá era normal. Por isso os sargentos de nada suspeitaram.

MESMO PRECIPITADA, A AÇÃO SAI VITORIOSA

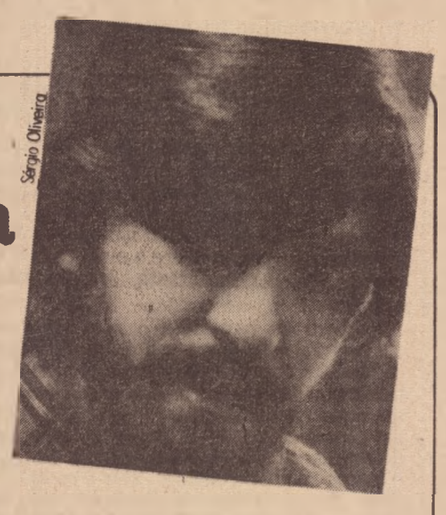
Apesar do imprevisto a ação foi executada com êxito sob o comando do companheiro Lamarca, que retirou do quartel sessenta e três fuzis automáticos ligeiros, e, se não me equivoco, cinco pistolas-metralhadoras INA, revólveres e munições. Todo este material foi destinado à VPR.

A partir desse momento os quatro companheiros que constituíamos a célula revolucionária dentro do quartel e que participamos diretamente da ação de expropriação passamos imediatamente à mais rigorosa clandestinidade.

O destino dos quatro veio a ser bem diferente. O companheiro Zanirato foi o primeiro a cair. Preso em junho de 1969, preferiu suicidar-se, temeroso de ceder informações à polícia a meio das torturas a que foi submetido. O companheiro Mariani ainda continua na prisão e Carlos Lamarca continua lutando contra a ditadura no Brasil. Eu fui preso a 27 de abril de 1970, no Vale da Ribeira, e posteriormente trocado, com mais trinta e nove companheiros presos, pelo embaixador da República Federal da Alemanha sequestrado no Rio de Janeiro. Sai da prisão para a Argélia no dia 15 de junho de 1970.

Os erros da esquerda armada

Balanço crítico e auto-crítico de José Ibrahim


Sérgio Oliveira

«O livro, porque não dá uma visão crítica da prática da esquerda brasileira durante aquele período que vai até 1971, acaba por fazer tão somente a apologia das ações armadas. É uma limitação grave, porque retira ao leitor a possibilidade (mesmo aos mais atentos) de perceber ou desconfiar que toda aquela prática, depois do balanço geral, à qual foi submetida, teve um saldo negativo. » Este é um dos trechos mais contundentes do balanço que José Ibrahim faz do militarismo no prefácio ao livro «A Esquerda Armada no Brasil».

Segundo Ibrahim, sua introdução «não deve ser entendida nem como aquelas que se fazem para ressaltar aspectos positivos de determinado livro, nem pretende servir como indicadora da leitura». O seu objetivo é apenas enquadrar politicamente o que foi a experiência de luta armada no Brasil.

Eis alguns trechos do balanço feito em 1976 pelo líder sindical exilado: «A esquerda revolucionária brasileira nasce após o golpe militar de 1964 que derrubou João Goulart e como resultado da falência do projeto reformista do Partido Comunista Brasileiro e das alternativas apresentadas pelo populismo de esquerda».

«Depois da acefalia dos primeiros anos do pós-golpe, o movimento de massas conseguira gerar uma nova liderança que começava a afirmar-se. No movimento operário procurava-se aprofundar-se a autocrítica dos erros do passado, contestando-se as intervenções sindicais, o burocatismo do aparato oficial, e tratava-se de organizar uma oposição sindical com a criação de comitês de fábrica e dirigindo as lutas da classe contra a política antioperária dos militares. Esta tendência revolucionária dentro do movimento operário estava, contudo, diluída no seio da classe. Não havia um partido que a aglutinasse e lhe desse viabilidade, tarefa para a qual as organizações armadas não mostravam o menor empenho».

«As organizações armadas tinham os olhos voltados para outro lado, acenavam para outro caminho. No seu isolamento consciente acabaram por constituir-se na negação do movimento de massas. Era a incapacidade política que levava a confundir a mobilização e organização revolucionária do proletariado com o trabalho tradicional, eleitoreiro e pacifista desenvolvido pelo reformismo e que devia, este sim, ser negado. O baixo nível político e a imaturidade política da esquerda armada levou-a a confundir o caráter reboquista da linha política do PCB com a própria negação da necessidade da construção do partido revolucionário do proletariado».

«A nossa esquerda não conseguiu dar esse salto de qualidade apesar de, potencialmente, haver tido condições para tanto. A sua prática, desligada da realidade objetiva da luta de classes e baseada numa incorreta avaliação da correlação de forças naquele período, levou-a a um isolamento cada vez mais profundo das massas populares».

Funcionários

Na Sé, piquete dos municipais.

Os lixeiros agora não estão mais isolados. Com piquetes, 65 mil funcionários municipais entraram em greve. Com esse apoio, os coletores enfrentaram até o raivoso administrador da Regional Sé.

Por Sebastião Santos Jr.

Os lixeiros atribuíram o esvaziamento da greve, levada a cabo pela categoria, à falta de apoio de outras camadas sociais, principalmente seus companheiros do funcionalismo público municipal. Agora eles não estão mais sozinhos. Em assembléia realizada dia 10, às 15 horas, na sede da UNSP (União Nacional dos Servidores Públicos), os funcionários municipais decretaram greve geral em torno da reivindicação salarial de 70% de aumento, mais Cr$ 2.000,00 fixos. Cerca de 600 pessoas, representando os 17 setores das Secretarias Municipais e 65 mil funcionários da Prefeitura superlotaram o salão de reuniões da UNSP. No transcorrer da assembléia, um lixeiro reclamou do insuficiente aumento de 40% dado pela Prefeitura, alegando «não estar ninguém satisfeito, é preciso haver pressão para pararmos novamente».

Os representantes presentes discorreram sobre o dia em seus relativos setores, a preparação e a mobilização em torno da greve.

Vários deles alegaram já ter havido paralisação parcial em várias Secretarias, mesmo com a ameaça impetrada pelas chefias e a proibição de participarem de assembléias. Assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, advogados, médicos, enfermeiros, auxiliares de escritório, lixeiros, sociólogos e estagiários, todos lotados nas Secretarias Municipais de São Paulo, eram unânimes quanto a afirmação de que esperavam a palavra de ordem final, dada pela coordenação: greve geral.

Como medidas organizativas da greve foram deliberadas as seguintes: 1) formar o Comando Geral da Greve - 2) Início de piquetes imediatamente - 3) organizar comissões para o fundo de greve e 4) todos se dirigirem às regionais imediatamente após o término da assembléia. os funcionários dirijam-se a Administração Regional da Sé, para através de piquetes, impedirem a entrada dos lixeiros do turno das 19:00 horas.

PIQUETE NA SÉ

Quando, às 18.30, os primeiros lixeiros chegavam a Regional da Sé, na rua Francisco Borges, para início de seu turno, não imaginavam os acontecimentos que se sucederiam e os tumultos provocados. Às 19:00 horas, a primeira fila humana, com 30 pessoas, começa a se formar, tentando impedir a entrada dos trabalhadores. Alguns relutam, mas ante a insistência dos componentes do piquete, que gritavam «nossa luta se unifica agora por salário melhor», «vocês não estão fartos de comer feijão com arroz?», aderem, engrossando a corrente. Os que já haviam entrado encaminham-se ao portão para tomar conhecimento do que ocorria. Reclamavam, os lixeiros, de não haverem recebido apoio no momento necessário.

Não tardou, para o primeiro carro da polícia, com 4 PMs, acercar-se dos grevistas. Um dos soldados deixou escapar uma frase, que animou os presentes: «o negócio é lutar por um salário melhor». Diante do aumento de indivíduos no piquete, um capitão da PM chegou ao local, dispersando, sem qualquer uso de violência, os grevistas, não sem antes ouvir uma pergunta de um lixeiro», quando vocês irão entrar em greve também?» — Dispersados, os piqueteiros foram reorganizar-se a 200 metros do local, esquina da rua Francisco Borges, com Av. Santos Dumont.

TEMPO QUENTE

Dentro da Regional, o ambiente esquentava. Os lixeiros que lá se encontravam não subiam nos caminhões coletores de lixo, apesar da insistência de seus chefes. Alegavam não ter condições de trabalho, pois poderiam ser agredidos pelos companheiros grevistas. Quando tudo fazia crer que os lixeiros não trabalhariam naquela noite, surge Victor David, administrador regional da Sé. Furioso, gesticulando muito, ameaçando agredir os que se negavam a trabalhar, gritava «vou exonerar todos os encarregados, por agitação». Obrigava os motoristas a subirem nos carros, mas os coletores teimavam em não obedecê-lo. Acompanhado de um major, membro de sua segurança e, contando com apoio de duas viaturas da PM, Victor esbravejava ruidosamente.

De repente, adentra no local um caminhão conduzido pelo motorista Adriano, que foi impedido de sair pelo piquete, que se avolumava na Av. Santos Dumont. Após várias cenas cômicas e teatrais, Victor David ameaça espancar o motorista, gritando «vou manda-lo embora amanhã». Em seguida, ele sobe numa perua da PM e dirige-se ao local do novo piquete. Chegando, tenta com a ajuda da polícia e do «fiel» major dispersar a multidão. Aos gritos de «pára, pára, pára», os piqueteiros saudaram a chegada do administrador, que, ofendido, atraca-se com um lixeiro, agredindo-o com uma bofetada. Não conseguindo acabar com o piquete, retorna ao pátio da Regional, onde agora parte para tentativas moderadas e conciliatórias.

Nesse momento chega ao local o secretário das Administrações Regionais, Celso Hahne, e com ajuda do major intimida os trabalhadores. Para minimizar o piquete, o major grita: «só uma mulher segurava a saída dos lixeiros», enquanto Victor David dizia «se não quiserem trabalhar, a empresa particular resolve o problema», «a, greve agora, já virou baderna», «São Paulo não pára, só vocês pararn».

Apesar da relutância e do medo de serem agredidos ao passarem pelo piquete, os lixeiros calmamente foram subindo nos caminhões coletores, enquanto sussurravam «vai aparecer alguém ferido, quero ver quem se responsabilizará». Às 21:45 hs. restavam somente seis caminhões no pátio, o restante, com um ou dois ajudantes voltavam para a rua e iniciavam seu turno de trabalho, em média de dez horas diárias.

Os lixeiros...

Agora, a greve é pública.

Contra o patrão — Estado, funcionários públicos encenam uma das maiores greves da categoria. Além dos professores estaduais e funcionários municipais, a paralisação promete se alastrar até aos postos de saúde.

Por Cândida Vieira

Nos próximos dias os Governos municipal e estadual de São Paulo deverão se defrontar com uma das maiores greves do funcionalismo já ocorrida no Estado, caso não resolvam conceder aumentos mais significativos para os trabalhadores, que reivindicam 70% de aumento e mais Cr$ 2.000,00 fixos. A greve inicialmente estava prevista para a terça-feira, dia 17, por causa dos feriados da Semana Santa; entretanto estava aberta aos diversos setores, em função da mobilização de cada categoria, que ela poderia se antecipar.

Já no domingo, o Comando Geral de Greve dos professores estaduais decretou a greve a partir de segunda-feira e os funcionários do Hospital dos Servidores paralisaram suas atividades como forma de protesto contra os baixos salários. Na terça-feira foi a vez do funcionalismo municipal parar, inclusive com os lixeiros voltando novamente à greve, depois que os aumentos da Prefeitura não satisfizeram praticamente em nada as reivindicações exigidas.

Para o dia 17, já está certo que os professores da Universidade de São Paulo e de Campinas decretarão paralisação das atividades. Ao que tudo indica eles serão seguidos pelos funcionários das universidades na luta por melhores salários. A greve também poderá estourar entre os médicos do Hospital das Clínicas e dos Servidores — dois dos maiores hospitais de São Paulo — e a maioria dos 300 Postos de Saúde além de todo o funcionalismo público, com isso o número de grevistas totalizaria cerca de 400 mil pessoas.

ACIRRAMENTO

Os aumentos oferecidos aos lixeiros, que estavam em greve na semana passada, funcionou como uma ducha fria para os funcionários. Embora as manchetes dos grandes jornais anunciassem que eles receberiam um aumento de 112%, a coisa não é bem assim. Segundo nota da Coordenadoria Geral Permanente da Campanha Salarial dos Servidores Públicos, que aglutina 26 associações de classe, esclarecia o funcionalismo, mostrando as falácias do aumento dado pelo prefeito Olavo Setúbal. O aumento de 60% sobre os salários de março de 78 não levava em conta os 20% conquistados no ano passado e «pagos em módicas prestações. Na verdade o reajuste proposto é de 33%». Quanto aos Cr$ 1.000,00 de adicional de insalubridade, esta quantia não pode ser considerada no salário, já que a insalubridade normalmente é paga na maioria das empresas privadas.

Um outro fator que acirrou o ânimo do funcionalismo público é que a Prefeitura, ao anunciar o aumento salarial, disse que ele seria igual ao decretado pelo Estado, ainda não anunciado na quarta-feira. Ficava para os servidores que só a greve poderia levar à conquista de aumentos salariais mais significativos.

ESTÃO ENROLANDO

O argumento da Prefeitura e do Estado quanto às reivindicações salariais são de que o índice pedido arrombaria a situação econômica do Governo. No encontro entre os representantes das 26 associações e os secretários de Planejamento, Rubens Vaz da Costa, Administração, Wadih Helou e da Fazenda, Celso Pastore, os argumentos apresentados foram de que a despesa do Estado para este ano é Cr$ 166 bilhões, enquanto a receita orçada é de Cr$ 145 bilhões. Sem o aumento salarial pedido já haveria um déficit de Cr$ 21 bilhões.

Segundo o secretário da Fazenda, Celso Pastore, a folha de pagamento dos funcionários no ano passado era de Cr$ 40 bilhões e aumentou para Cr$ 63 bilhões este ano, sem nenhum aumento de salários. Caso as reivindicações de aumento de 70%, mais os Cr$ 2.000,00 fixos fossem atendidos, a folha se elevaria para Cr$ 122 bilhões. A esses dados os representantes dos funcionários respondem que é um problema do Governo. Para uma representante dos médicos sanitaristas «essa situação deverá ser resolvida entre o Governo estadual e o federal. Os funcionários precisam do aumento salarial porque mais de 80% recebem até 5 salários mínimos. Os que recebem essa quantia, de acordo com a proposta municipal, haveria o aumento de 40%, mas descontados os 20% conquistados no ano passado, a conta-gotas, o aumento na verdade seria entre 15% e 16%.

CRESCE A REVOLTA

A revolta do funcionalismo público é notória. Uma funcionária de um posto de saúde na grande São Paulo, que prefere não ter seu nome divulgado, dizia: «eu recebo um salário miserável e já trabalho há 10 anos. E agora eles vêm com isso de não considerar os 20% do aumento que a gente conseguiu no ano passado. Não dá mesmo, só a greve pode aumentar os salários».

O mesmo tom também era usado por um gari, na sede da Associação dos Funcionários de Hospital das Clínicas, onde se realizava uma reunião do Conselho Permanente: «O pessoal está disposto a parar, ninguém aceitou o aumento. Inclusive tem chefe de seção perguntando por que vocês não pararn, por que essa merda não pára». E acrescentou: «Eu não sou agitador, eu sou funcionário municipal e estou defendendo o pão da minha família».

Em alguns setores do funcionalismo já se discutia, no início da semana, a possibilidade da greve se estender por períodos longos. Para isso também se iniciavam as discussões da necessidade da criação de um fundo de greve para todo o Estado de São Paulo, que poderia contar, inclusive, com a participação da Igreja, porém, de concreto mesmo ficou acertado que se criaria um fundo de greve dos servidores.

... e os professores

Ninguém agüenta mais...

Para servir de subsídio para a Campanha Salarial de 1979 dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, a União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil (UNSP) solicitou ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) um estudo que mostrasse a situação dos funcionários públicos no Estado de São Paulo. Concluído em dezembro de 1978, o trabalho mostra dados muitas vezes escandalosos, principalmente quando comparados com o ano de 1964, tomado como ano-base.

No quadro 1, pode-se observar que os bens de primeira necessidade dos assalariados (custo de vida) cresceu 65 vezes no período de julho de 1964 a dezembro de 1978, enquanto que os salários nominais (o valor que aparece nas folhas de pagamento) cresceu apenas 19 vezes. Como os preços subiram mais que os salários, o salário real (o poder de compra do salário nominal) teve uma queda de 100 para 29, o que em outras palavras significa que o funcionário público consegue comprar, hoje, menos da metade dos bens que consumia em 1964. Contra essa perda de poder de compra, o índice de produtividade aumentou: cada trabalhador brasileiro produz hoje, em média, 102% a mais que 1964. Assim, quanto mais trabalha, menos ganha.

Segundo o DIEESE, para que o funcionário público volte a comprar a mesma quantidade de gêneros de primeira necessidade que em 1964, o reajuste salarial de 1979, deveria ser de 242%. Isto, entretanto, sem se considerar o aumento da produtividade (que foi de 102%), caso contrário, esse reajuste deveria ser de 597%.

Outro dado interessante revelado pelo DIEESE é que de 1964 a 31 de dezembro de 1978, com os reajustes salariais sempre abaixo do índice de custo de vida, o funcionário que ganhava naquele ano Cr$ 63,00 (1,5 vezes do salário mínimo), deixou de receber Cr$ 319.600,13.

No segundo quadro, vemos a evolução do salário mínimo real, salário do servidor público e o crescimento econômico da economia, no período de 1964 a 1977. A partir do índice 100 no ano base (1964), percebemos que enquanto o salário mínimo real caiu para 63, o salário real do servidor foi para 39 no mesmo período. Enquanto isso, o crescimento econômico foi de 98% (de 100 para 198).

Muito significativo o quadro 3 mostra os salários dos funcionários públicos. A imensa maioria dos trabalhadores (80,9%) recebem salários entre 1 a 5 salários mínimos. Entre os que recebem de 1 a 2 salários mínimos estão 46,5% dos funcionários, seguindo-se 18,5% dos que percebem de 2 a 3 salários mínimos. De um total de 400 mil servidores, apenas 6,3% têm sua remuneração acima de 10 salários mínimos.

A vida sobe...

DATA BASE	SALÁRIO NOMINAL	CUSTO DE VIDA	SALÁRIO REAL	PRODUTIVIDADE
01.07.1964	100	100	100	100
01.01.1965	135	199	68	100
01.07.1965	140	264	53	100
01.10.1965	147	279	53	100
01.01.1967	184	298	62	101
01.01.1968	221	375	59	103
01.01.1969	285	474	56	111
01.02.1970	318	563	55	119
01.03.1971	352	716	53	125
01.03.1972	436	855	52	138
01.03.1973	527	1.062	50	150
01.03.1974	632	1.357	46	167
01.12.1974	695	1.729	40	167
01.03.1975	820	1.854	44	178
01.03.1976	1.066	2.519	42	183
01.03.1977	1.396	3.524	39	194
01.03.1978	1.913	4.955	39	198
31.12.1978	1.913	6.543 (+)	29	202

(+) — estimativa Fonte: DIEESE

Os salários caem...

ANO	SALÁRIO REAL	SALÁRIO DO SERVIDOR	CRESCIMENTO ECONÔMICO
1964	100	100	100,00
1965	96	68	99,81
1966	82	53	100,66
1967	77	62	102,61
1968	76	59	110,88
1969	73	56	118,47
1970	74	55	125,29
1971	71	53	138,11
1972	70	52	150,10
1973	64	50	166,34
1974	58	40	177,68
1975	61	44	182,70
1976	61	42	194,12
1977	63	39	198,00

Fonte: DIEESE, Banco Central e Fundação Getúlio Vargas

O quadro é este

SALÁRIO MÍNIMO	NÚMERO DE SERVIDORES	PORCENTUAL
menos de 1 salário mínimo	0	0,0%
de 1 a 2 salários mínimos	186.000	46,5%
de 2 a 3 salários mínimos	74.000	18,5%
de 3 a 5 salários mínimos	63.600	15,9%
de 5 a 7 salários mínimos	27.200	6,8%
de 7 a 10 salários mínimos	24.000	6,0%
de 10 a 15 salários mínimos	14.800	3,7%
de 15 a 20 salários mínimos	9.600	2,4%
mais de 20 salários mínimos	800	0,2%
TOTAL	400.00	100,0%

Fonte: Jornal Movimento nº 122 — 31/10/77 — Jornal Folha de São Paulo — 19.07.1978.

Fim de greve, o papo é outro

Com as mais justas reservas, muita gente ficou preocupada com os termos do acordo que interrompeu a greve dos metalúrgicos do ABC. A não ser a palavra do Lula, acreditando firmemente no que foi prometido à CNBB pelo Ministério do Trabalho, nada há de concreto. Em Tempo mostra por que não se deve acreditar em patrão, que até hoje, em matéria de acordo, é como a Conceição do Caubi, «se cumpriu, ninguém sabe, ninguém viu». E que nem mesmo com papel assinado há para se confiar nas promessas, geralmente descumpridas quando as máquinas voltam a funcionar.

Por Vilma Amaro

Nenhum trabalhador será punido pela greve», prometia o anúncio publicado pela FIESP no dia 24 de março em jornais da capital e do ABC. No dia 28 ao regressar a seus postos de trabalho, em cumprimento ao acordo assumido pela liderança sindical, cerca de 500 metalúrgicos foram premiados com a demissão. Era a primeira constatação na prática, de como os patrões pretendiam cumprir o acordo. Enquanto isso, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo e o da Comunicação Social, Said Farah faziam apelos às empresas para que honrassem o compromisso assumido.

Mas o próprio Murilo Macedo dizia sorridente, em uma entrevista à Rede Globo, no dia 30 de março, que o fim da intervenção, prometido pelas autoridades, não implicava autematicamente na volta dos líderes cassados (Lula, Marcilio e Lins). Dessa forma, governo e empresas pareciam mesmo dispostos a manipular a seu favor o compromisso sem garantias aceito pelos operários, para tentar uma saída para o impasse criado com a intervenção.

Sem entrar no mérito das boas ou más intenções do governo e dos patrões é interessante refrescar a memória dos que ainda mantêm ilusões sobre a legimitidade de tais acordos, quando o que está em jogo é simplesmente o Poder.

Uma tradição histórica

Os governos e os patrões, no Brasil, têm uma tradição histórica de não respeitar acordos assinados com os trabalhadores. Ou seja, quando estão com a corda no pescoço, encurralados pelos trabalhadores em greve, topam qualquer acordo. No dia seguinte, cabeça fresca, máquinas em funcionamento, operários batendo cartão, o papo é outro. Porque, é evidente que a legitimidade, as instituições e as leis só tem coerência quando servem ao sistema ou não são absorvidos por este. Caso contrário, justifica-se qualquer arbitrariedade.

Os governos de Rodrigues Alves e Epitácio Pessoa, ainda na Primeira República utilizaram-se dessa arma até a exaustão. Quando os espancamentos e as prisões não faziam ceder o espírito de luta dos trabalhadores, tentavam um acordo que era desrespeitado no momento em que os operários retornavam ao trabalho. Quando os trabalhadores não mais se deixaram enganar por acordos duvidosos, a repressão era brutal. Foi o que aconteceu, por exemplo, no Governo de Artur Bernardes, que liquidou em grande parte o sindicalismo livre no Brasil.

Nem mesmo Getúlio Vargas que atrelou os sindicatos ao Ministério do Trabalho, conseguia fazer valer os acordos que assinava. Ele próprio, confessava em um discurso pronunciado no Dia do Trabalho, em 1952, que «tais esforços eram entorpecidos pela máquina burocrática» e verdadeiros líderes das classes trabalhadoras eram injustamente acusados e perseguidos como extremistas, enquanto o Ministério do Trabalho dificultava a sindicalização e afastava dos sindicatos os dirigentes sinceros».

Nas duas primeiras décadas deste século, a principal reivindicação dos operários consistia em fixar a jornada de oito horas de trabalho, já que o normal eram jornadas de 14 horas diárias, inclusive para mulheres e crianças. Forçados pelas greves e pelas enérgicas ações dos trabalhadores, muitos patrões cediam num primeiro momento, para em seguida voltar atrás e reprimir violentamente os grevistas.

Edgar Rodrigues e Hermínio Linhares descrevem em suas obras alguns desses acordos que nunca foram cumpridos («Trabalho e Conflito» e «Contribuição à história das lutas operárias no Brasil»).

Em 1907, no Rio de Janeiro, operários carvoeiros declaram-se em greve para forçar seus patrões a cumprirem o acordo assinado anteriormente. O compromisso previa jornada de 12 horas de trabalho, mas os negociantes exigiam que os carvoeiros passassem a trabalhar 13 horas. Nova greve e o acordo passou a ser respeitado.

Em junho do mesmo ano, operários tecelões decretam greve na localidade de Pau Grande, no Rio de Janeiro, para exigir melhorias nas condições do serviço. O patrão cedeu inicialmente, mas depois retomou o fôlego com a volta dos tecelões ao trabalho e chamou a guarnição local do Exército para intimidar os operários, invadindo suas residências e espancando-os.

Nos anos de 1906 e 1907 são realizados grandes manifestações pela jornada de oito horas. O movimento é iniciado em São Paulo pelos metalúrgicos, seguidos dos operários da construção civil, carpinteiros, serradores, pintores, operários em fábricas de pregos, em lavanderias, marmoristas, sapateiros, ceramistas, jardineiros, varredores, trabalhadores em fábricas de curtumes, ourives, costureiras, garçons, tecelões, chapeleiros e gráficos. Em resposta, a polícia invade sedes de entidades operárias e justifica as prisões e violências contra os trabalhadores, afirmando que a greve foi provocada por agitadores de ofício, pagos por governos estrangeiros.

A disposição de luta dos operários leva os patrões a aceitarem a jornada de oito horas proposta e vários acordos são assinados entre os operários e as empresas.

No entanto, essas jornadas de 1906 e 1907, apesar de vitoriosas, não tiveram efeito duradouro porque, em seguida, os patrões rompiam os acordos, obrigando os trabalhadores a jornadas de 14 horas. Depois de assinados por escrito os compromissos, os industriais passavam a demitir os empregados mais combativos filiados às direções sindicais. Liquidado o grupo ativista, exigiam que os acordos voltassem à estaca zero. Mas a reação dos operários vinha em seguida e novas greves surgiam para exigir o cumprimento dos acordos desrespeitados.

A PRIMEIRA GREVE GERAL

Em 1911, novos movimentos são realizados para obrigar os patrões a respeitarem os acordos fixados em torno da jornada de oito horas. No Rio Grande do Sul, pedreiros e carpinteiros reiniciam a greve para exigir o cumprimento do compromisso, conseguido depois de 21 dias de paralisação. As novas negociações duram três dias e no final os trabalhadores saem vitoriosos. Em 1912, os operários do Lloyd Brasileiro decidem entrar em greve pelo não cumprimento do artigo 15 de seu regulamento. Esse artigo estebelecia o pagamento semanal aos trabalhadores. No documento que divulgam, estes operários afirmam «que o pessoal trabalhador tem cumprido fielmente todos os demais artigos desse regulamento» e insistem em sua disposição «de lutar pelo seu pão quotidiano, não se acovardando ante à Empresa desumana».

Em 1917, explode em São Paulo, a primeira greve geral no Brasil. Os grevistas controlam a cidade durante vários dias, enquanto as autoridades fogem da Capital. O Governo de Rodrigues Alves não conseguindo dominar os trabalhadores propõe um acordo. As reivindicações foram aceitas, mas o governo agiu com incrível má fé. Terminada a greve, prendeu, espancou e expulsou vários líderes do movimento (na época vigorava uma lei que estabelecia deportações de grevistas para outros Estados e países).

Em 1929, em São Paulo agitam-se os ferroviários da Companhia Mogiana, exigindo o cumprimento da jornada de oito horas, seguidos por seus companheiros da Leopoldina, no Rio. O Governo de Epitácio Pessoa manda tropas da Polícia e do Exército para defender os interesses da companhia britânica. A greve recrudesce em violência e o ministro da Viação, Pires da Mota intervém como mediador. Depois de colocar dois mil ferroviários na cadeia, inicia conversações com a comissão de greve. A Leopoldina e o Governo se comprometem a não demitir nenhum operário e atender suas reivindicações, prometendo soltar todos os presos e reabrir as entidades sindicais.

Os trabalhadores cumpriram fielmente o acordo, mas a Leopoldina e o Governo de Epitácio Pessoa manteve a demissão de vários grevistas, não deu aumento aos operários, manteve nas prisões dezenas de ferroviários e expulsou 13 trabalhadores estrangeiros.

A atitude de Epitácio Pessoa causou violento protesto e chegou-se a dilvugar discursos liberais onde se dizia que «o governo brasileiro para defender os capitalistas ingleses, mandou fuzilar operários brasileiros».

Lock-out dos patrões

Outra forma de pressão dos empresários para não respeitar os acordos nesse período, foi o lock-out. Depois de uma greve de tecelões em São Paulo, os patrões resolveram fechar as fábricas, lançando ao desespero milhares de famílias. Os operários iniciam manifestações nas ruas e depois de vários choques com a Policia, que não diminuiram o ânimo dos trabalhadores, os patrões resolveram ceder. Assim que voltaram ao trabalho, os acordos, no entanto, foram desfeitos.

A greve mais importante, realizada em 1920, foi a da Companhia Docas de Santos, por aumento de salário e jornada de oito horas. A Polícia, em resposta, sai caçando operários pelas ruas, os sindicatos são fechados e navios de guerra, enviados ao porto. Depois de vários dias de violências policiais e, enquanto crescia a solidariedade em todos os Estados, o governo de Epitácio Pessoa resolveu propor um acordo. Mas o preço desse acordo foi uma brutal repressão que levou o governo a ser qualificado de ditadura.

APÓS, 1930, NADA MUDA

O período mais repressivo na Primeira República vem em seguida com Arthur Bernardes que transforma acordos em massacres liquidando o sindicalismo no país.

O governo de Getúlio Vargas, saído da Revolução de 1930, prometia muito aos operários (dentro da nova visão da burguesia de colocar sob controle os sindicatos). Para pôr à prova as promessas dos revolucionários, os operários da Ligth, em São Paulo, enviam um memorial de doze itens ao interventor João Alberto, que promete atendê-los. Esgotado o prazo dado pelos trabalhadores, estes comprovaram que o governo não tinha o menor interesse em cumprir os acordos verbais anteriores e a situação fica como estava.

Em 1933, os estivadores da Companhia Docas de Santos voltam a fazer reivindicações, dentro daquilo que prometia o governo. O ministro do Trabalho em vez de negociar, ameaçou cassar o título da entidade sindical dos estivadores, mas os trabalhadores não se intimidaram e continuaram a greve.

Nesse mesmo ano, Curitiba ficou às escuras depois que a Companhia de Luz e Força, ao violar acordos feitos, demitiu grevistas.

A partir de 1950, os movimentos operários aumentam de intensidade e em 1955, o governo de Café Filho, veta um acordo para aposentar operários com 55 anos de idade e 35 anos de serviço. Nesse mesmo ano, apesar das promessas em contrário intervém no Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, determina a anulação das eleições no Sindicato dos Trabalhadores têxteis de São Paulo e proibe comissões intersindicais.

COM A «REDENTORA» SEGUE IGUAL

Na década de 60, enquanto o governo anuncia que pretende ajudar os trabalhadores, os empresários estrangeiros conspiram abertamente contra o direito da estabilidade, adquirido pelos operários em 1942, depois de grandes lutas. O governo de João Goulart assistiu às conspirações das multinacionais contra o cumprimento da legislação trabalhista e os objetivos da política salarial que pretendia um aumento de 100% no salário mínimo.

Em 1965, em pleno período da «revolução», o Wall Street Journal exige o fim da estabilidade no Brasil, o que consegue um ano depois com a lei 5107 que instituiu o Fundo de Garantia. Ao mesmo tempo, a lei 4330 torna praticamente ilegais as greves.

Finalmente, no governo de Geisel, além de repressão aos trabalhadores, novas promessas não cumpridas. O II Plano Nacional de Desenvolvimento afirmava entre seus objetivos que pretendia garantir aos assalariados aumentos reais em sua remuneração, proporcionalmente à produtividade.. O objetivo não foi cumprido. Enquanto os trabalhadores cumpriram sua parte, o governo usou taxas irreais de produtividade para fixar os reajustes em torno de 41%. O governo Geisel voltou a acentuar assim a política do arrocho, típica da época do falso milagre de Delfim.

Enfim, virifica-se que em mais de meio século, o governo brasileiro e os patrões ainda não mudaram sua vocação autoritária em relação aos trabalhadores.

«Para onde vamos com estas violências? Estamos por acaso na Rússia (czarista)? Não: estamos num regime chamado republicano... mas estamos em pleno regime capitalista em que o dinheiro guia e a espada comanda». Esta advertência foi divulgada pelo «Jornal Operário», em 23 de setembro de 1905. Hoje, 74 anos depois, conserva toda a sua atualidade.

No RS, os professores param..

Por Airton Ortiz

Os professores gaúchos receberam uma reposição salarial de 40%, ou seja, abaixo do índice oficial da inflação. Não aceitaram e apresentaram suas reivindicações: 70% de aumento, nomeação imediata dos 21 mil professores que estão lecionando a título precário e um piso de três salários mínimos. O Governo apenas prometeu estudar a questão, o que levou a categoria a decidir pela greve, numa assembléia-geral com 5.000 presentes. A greve recebeu o apoio total do professorado e da opinião pública gaúcha, obrigando o Governo a iniciar um diálogo com os 70 mil grevistas, quase a totalidade dos profissionais do Estado.

Na primeira assembléia a decisão foi unânime: greve dentro de 48 horas, prazo para os professores do interior voltarem às suas cidades e organizarem os que não participaram da assembléia e, para os da capital explicarem aos alunos as razões que os levaram a este caminho na defesa de seus direitos. O Comando Geral da Greve conseguiu a adesão em massa de todas as cidades do Rio Grande do Sul. Na data estipulada, 70 mil mestres estavam de braços cruzados.

Imediatamente começaram a surgir as manifestações de apoio. O MDB distribuiu uma nota de solidariedade e a própria Arena não se arriscou a repudiar o ato. Nos discursos na Assembléia Legislativa, os parlamentares dos dois partidos consideraram a greve legítima. A única diferença era que a Arena, apesar de considerá-la legítima, dizia que era ilegal. O governador do Estado, Amaral de Souza, também reconheceu que os professores ganhavam pouco.

Mas alegou que o aumento pedido não poderia ser atendido, porque o Rio Grande do Sul teria uma diminuição nos investimentos previstos para este ano.

Os pais dos alunos, através dos Círculos de Pais e Mestres, se mostraram solidários à greve, chegando a acontecer de cidades em que a adesão era pequena, não haver aulas por falta de alunos. «Os professores nas escolas e os alunos em casa» chegou a ser um dos lemas da campanha.

Diante da posição firme dos professores, o Governo apresentou uma contra proposta de 15% acima dos 40% decretados, a partir de julho. As outras exigências não foram mencionadas. Uma nova assembléia com 8.000 professores rejeitou a proposta do Governo. Nem mesmo o aumento de pressões das Delegacias de Ensino do interior abalou os mestres.

Novamente o Governo apresentou uma nova contra proposta: nomeação de 2.000 professores por mês, a partir de julho, aumento geral de 55% e um salário de Cr$ 4.000,00 para os professores que não alcançassem esse salário, apesar da reposição.

Para estudar a proposta, nova assembléia foi convocada. Desta vez 12 mil professores lotavam o auditório municipal Araújo Vianna. Desde o início, qualquer manifestação a favor da oferta governamental era rigorosamente vaiada. A proposta foi rejeitada por maioria...

Na noite de terça-feira, o governador Amaral de Souza, em cadeia pelo rádio e televisão, ameaçou os professores se a greve não terminasse. O Comando Geral da Greve informou estar disposto a recomeçar o diálogo, mas a disposição dos mestres é de continuar a greve. Como forma de restabelecer o diálogo, os professores aceitam a proposta do Governo de contratação de 2.000 por mês, a partir de julho e o piso salarial de Cr$ 4.000,00. Mas não abrem mão do aumento de 70%, pois os mais antigos ficariam com seus salários rebaixados.

Em apoio aos grevistas vários setores como o Movimento Custo de Vida, setor jovem do MDB, a Tendência Socialista do RS, o Comitê de Anistia e outros iniciavam uma campanha de solidariedade aos professores.

Professores gaúchos recebem ajuda de pais e alunos

... E em São Paulo também

Por Jesus Varela

Em assembléia que contou com a presença de 1500 pessoas, o professorado paulista da rede estadual de 1º e 2º graus, decretou greve geral da categoria, enquanto não se atenderem suas reivindicações de 70% de reajuste, mais Cr$ 2.000,00 fixos, além da não reposição das aulas, a não punição dos grevistas e o pagamento dos dias parados.

Logo no primeiro dia a paralisação atingiu 30% das escolas na capital, alcançando 60% no segundo. O interior, pego um pouco de surpresa, está acelerando o ritmo de suas discussões, uma vez que poucas foram as escolas que conseguiram parar e apenas em grandes cidades como Santos, Campinas, Piracicaba.

A deflagração do movimento, segundo avaliação inicial do Comando Geral da Greve (C.G.G.), se deu de maneira satisfatória, uma vez que desde a greve de agosto de 1978, os professores contam com as regionais (comandos regionais de greve, de onde saem representantes para compor o C.G.G.), que estão funcionando como forum de debates e pelo organizador do professorado. O Comando Geral de Greve, inclusive, está recebendo apoio de algumas cidades do interior, descontentes com a APEOESP, considerada imobilista.

Na assembléia que decidiu pela greve, os debates foram acalorados em função das formas de encaminhamento, havendo consenso, entretanto, quanto a necessidade da greve como forma de luta, já que o aumento dado aos funcionários municipais não agradou a ninguém e havia informações de que os índices a serem fixados para os estaduais não estariam longe disso — aumento escalonado de 40% a 60% sobre os salários de março de 1978. Isto implicaria em perder a antecipação de 20%, conseguida a duras penas na mobilização de 1978, com o que boa parte dos professores teriam reajustes abaixo dos índices oficiais. Além do que, a protelação do anúncio dos índices de reajuste deste ano, pelo governador, foi visto como uma tentativa de esvaziar o movimento.

A greve, entretanto, segundo os professores, não quer dizer que o diálogo acabou. Eles afirmam que os 180 mil professores estão dispostos a conversar, porém parados, por acreditarem que só assim a categoria chegará a bom termo nesta campanha salarial.

Do ponto de vista organizativo, os componentes do Comando Geral de Greve, avaliam que houve um grande avanço, com relação a 1978. Isto por que a receptividade da greve por parte dos professores é grande, devido ao aumento do nível de consciência da categoria.

Do mesmo modo, o C.G.G., também aprendeu muito, inclusive com a última greve dos metalúrgicos e por isso mudou algumas orientações. Em lugar dos professores assinarem o ponto a ficarem na escola, hoje eles se dirigem direto para as regionais. Isto é visto como um salto em termos de qualidade, pois se de um lado não permite a descaracterização da greve (como se tentou em 1978), de outro lado, evita que o professor se mantenha isolado.

Frente a possibilidade do Estado acenar com um aumento escalonado, da mesma forma que a Prefeitura, o C.G.G., não vê possibilidades de acordo, por acreditar que não é dessa forma que se faz a distribuição da renda. Esta deve ser feita a partir do lucro (no caso do funcionalismo, a partir de uma melhor distribuição das verbas em setores fundamentais como a Saúde e a Educação).

Enquanto isso, os professores das universidades estaduais encontram-se mobilizados através de Assembléias e reuniões, estando marcado o dia 17, como o início da greve. Isto porque devido a Semana Santa, as aulas são paralisadas normalmente, não havendo condições de greve.

Em Campinas, além dos professores, as assembléias estão contando com a participação massiva dos funcionários da universidade e de várias outras repartições públicas.

Greve do ABC: o debate continua.

Amaior greve dos 15 anos de ditadura militar continua sendo assunto obrigatório em todas as rodas. Recentemente, num debate promovido, via Televisão Executiva, entre empresários de 10 capitais e sete ministros de Figueiredo, só se falava em metalúrgicos do ABC. EM TEMPO continua o balanço com os próprios grevistas — Lula à frente. Leôncio Martins Rodrigues e Eder Sader dão também o seu recado.

Brincando com fogo

Por Eder Sader

Demissões em massa, declarações patronais ignorando o protocolo de acordo, pressões nas fábricas para que os operários façam horas extras e aumentem o ritmo de trabalho: os patrões pensam estarem jogando de espertos no ABC. Mas pode ser que estejam é apenas brincando com fogo.

Lula e seus companheiros já deixaram claro: se voltaram ao trabalho após 15 dias de greve não foi para creditarem piamente na boa fé dos patrões. Foi simplesmente porque avaliaram que as condições da luta exigiam essa trégua, sobretudo com a intervenção nos sindicatos. E se tinham a convicção de que obteriam os 11%, o pagamento dos dias parados, a não demissão dos grevistas e a devolução dos sindicatos aos dirigentes eleitos e reconhecidos pelas bases, não foi tampouco por esperarem o cumprimento da palavra de quem já mostrou que, quando pode, ignora até firma autenticada. Essa convicção se apóia na confiança de que, se passados os 45 dias, os patrões e o Governo continuarem brincando, os metalúrgicos pararão outra vez e com força redobrada.

O GOVERNO OS EMPRESÁRIOS E OS SINDICATOS

Não há dúvida que o Governo e vários empresários vêm mudando de tática na relação com o movimento operário. Quando se convenceram de que seria necessária uma relativa «abertura política», tiveram que definir quem poderiam ser seus «interlocutores». Sabe-se que houve uma enorme desorientação nos escritórios das grandes empresas, na greve do ano passado — a primeira dessa onda — porque os empresários nem sabiam com quem negociar. Para manter um regime político mais estável era preciso — entre outras coisas — desamarrar um pouco os sindicatos. Foi nessa folga que cresceram dirigentes como o Lula. Não há dúvida também que muita gente do Governo e dos patrões pensou que Lula poderia ser a imagem de um novo tipo de pelego, adaptado aos novos tempos, capaz de falar em nome de suas bases e colaborar assim na manutenção do regime que os explora.

Mas Lula não foi isso. Sustentado por bases combativas e cada vez mais conscientes, ele assumiu e dirigiu com garra a luta de seus liderados.

Assim, durante esta última greve, os homens do Planalto e das metalúrgicas do ABC adotaram uma tática dúplice. De um lado, reconhecer a liderança de Lula, Marilho e Lins e procurar negociar com eles. Mas ao mesmo tempo manter a intransigência ante as reivindicações dos grevistas para abater o prestígio e a combatividade desses dirigentes. E como a greve não se esgotava ao nível do enfrentamento normal entre patrões e empregados o Governo interveio para quebrar a resistência destes. O cálculo era de que os dirigentes voltariam acabrunhados e dispostos a capitular, parcialmente desmoralizados ante suas bases. Entre estas haveria também desmoralização, insatisfação, divisões. Os dirigentes se manteriam à testa dos sindicatos, representando os trabalhadores e sendo os interlocutores privilegiados, já que ainda teriam muito apoio da base. Mas como haveriam perdido parte de sua força, seriam negociadores mais «razoáveis». Mas isso também não se deu.

E foi na situação de empate que sobreveio o estranho acordo pelo qual dois empresários, sob o aval do ministro de um lado e da Igreja do outro, se comprometeram a não descontarem os dias de greve, a negociarem os 11% pendentes, a findar a intervenção nos sindicatos, em troca da volta imediata ao trabalho, assumida por Lula. Estranho acordo porque feito fora de qualquer canal legal e ainda mais com um dirigente operário «cassado» e impedido segundo essas leis absurdas a assumir qualquer posto na estrutura sindical brasileira.

O FIM DA TRÉGUA

Mas é que o Governo e patrões sabiam que qualquer negociação com os operários teria que passar por suas lideranças legítimas e não por seus paus-mandados. E temiam que levar a prova de força mais longe poderia ser mais desgastante ainda para eles que para os metalúrgicos.

Os operários voltaram ao trabalho. Os patrões começaram as demissões. E voltaram à sua prepotência habitual no trato interno com seus empregados. O ministro põe delongas para finalizar a intervenção, como se seu ato fosse um presente generoso a ser concedido num 1º de maio.

Os patrões e o Governo contam desorganizar o movimento operário do ABC e abatê-lo, despedir os mais visíveis militantes sindicais em cada empresa, desprestigiar as lideranças. Tudo isso para que, chegando o fim da trégua — dia 10 — os sindicatos não tenham força para exigir seus direitos.

Mas é bem possível que se enganem, que desconheçam a força, a consciência e a disposição dos operários. E estes também aproveitam a trégua para tentar cobrir seus pontos fracos.

De um lado no campo da mobilização dos recursos provenientes da ampla e ativa solidariedade despertada por sua luta. Nos dias de greve assistimos a uma impressionante mobilização de forças para apoiar materialmente os grevistas.

Mas foi algo de certo modo improvisado e seus resultados não tiveram a agilidade necessária. Na medida em que agora um amplo movimento pode já organizar um fundo de greve e outras medidas concretas, os metalúrgicos em luta poderão contar com melhor «retaguarda».

De outro lado no campo da organização pela base. A última greve teve sua centralização e articulação asseguradas pelas direções sindicais. As qualidades de Lula asseguraram a unidade do movimento. Mas em prejuízo das organizações de base e isso ficou patente no momento da intervenção. A retomada das comissões de fábrica neste momento aparece assim como a grande tarefa assumida hoje no interior das metalúrgicas do ABC.

Sinal dos tempos: um operário é lider político.

Por Leôncio Martins Rodrigues

Na avaliação do movimento do ABC, a questão principal reside em saber se a greve deveria ou não continuar. Mais concretamente: teria o Lula agido corretamente ao conseguir que a assembléia aprovasse o retorno ao trabalho nas condições oferecidas pelo governo? Se os grevistas — como afirmam alguns — teriam forças para resistir por mais tempo e tentar negociar um acordo melhor, a volta ao trabalho teria sido um erro. Se, pelo contrário, a greve marchava para seu esvaziamento, a ordem de retorno ao trabalho teria sido correta, porque evitou uma debandada e permitiu uma retirada organizada que poupou forças para um próximo combate.

Pessoalmente, acho que a decisão do Lula, na famosa assembléia da terça-feira, foi correta. Surpreendeu-me o grande número de operários presentes no estádio e o excelente estado de ânimo depois de quinze dias de paralisação. É possível que a greve pudesse ser estendida por mais alguns dias. Aceitar a proposta governamental (ou patronal) teve um sabor amargo, não há dúvida. Porém, tudo indicava que o governo iria endurecer. Uma análise fria dos acontecimentos mostra claramente que apesar da violência policial e da intervenção, o governo ainda não recorrera a todo seu potencial repressivo. Neste caso, apesar do desgaste que a intensificação da repressão acarretaria para os proclamados propósitos de «abertura», os prejuízos para o movimento sindical seriam maiores. Pensando a questão do ângulo de um eventual «desmascaramento» do governo, talvez tivesse sido mais adequado continuar a greve, não importa as conseqüências. Porém, do ângulo da consolidação do sindicato, inclino-me a considerar que a decisão de retornar ao trabalho não foi um erro. Talvez a falha do movimento grevista esteja não no momento do retorno ao trabalho mas no momento da decretação da greve. Talvez tivesse sido melhor a paralisação do trabalho por um dia como uma demonstração de força para se continuar a negociar, **deixando-se uma porta aberta para uma eventual retirada**. Digo «talvez» porque possivelmente não haveria mesmo possibilidade de negociação depois que o patronato decidiu «acabar com a empáfia do Lula» e não mais permitir que os sindicatos obtivessem qualquer outra vitória, material ou simbólica. Não sabemos exatamente como as coisas se passaram, entre a diretoria do sindicato, e depois nas negociações com o patronato, a decisão de partir para a greve, a afirmação do delegado sindical como «ponto de honra», etc. Não quero dizer que os sindicatos entraram precipitadamente na greve mas o fato é que acabaram ficando num beco sem saída, a não ser o combate até o fim ou o recuo desmoralizador. Trata-se de uma situação que cumpre evitar. É preferível contentar-se com uma pequena vitória do que arriscar-se a uma grande derrota. Os sindicatos não estavam preparados para um combate prolongado contra essa formidável coligação das multinacionais, do grande patronato nacional e do governo. Não havia fundo de greve, comissões de empresa e outras formas de organização capazes de manter a comunicação entre a liderança e a massa nas condições de repressão e intervenção nos sindicatos (hipóteses de que não poderiam ser descartadas desde o começo). As gigantescas concentrações de grevistas — embora criem um entusiasmo, uma impressão de força, e permitam a comunicação direta da liderança com a grande massa — são extremamente vulneráveis à repressão. No futuro, é preciso pensar em outras modalidades organizatórias alternativas.

FORÇA QUE NÃO PODE SER IGNORADA

Avaliando a greve em termos de seus **resultados imediatos**, e considerando que os operários voltaram ao trabalho sem que vissem atendidas as reivindicações pelas quais a greve tinha continuado, tende-se a falar numa vitória do patronato. Entretanto, considerando o conjunto do movimento e seus efeitos na vida nacional, não se pode falar numa derrota dos trabalhadores. Ocorre que certas questões foram colocadas como ponto de honra e adquiriram uma dimensão simbólica. O resultado da greve passou a ser medido através destas questões. Assim, se os sindicatos conseguissem, a partir de certo momento, mais 1% de aumento além do que o patronato oferecia, isto seria considerado uma vitória. Como este 1% não foi obtido e finalmente os grevistas voltaram ao trabalho para conseguir a **promessa** de liberalização dos seus sindicatos, a avaliação do resultado do movimento tende a ser negativa.

No entanto, considerando a greve de uma maneira mais ampla, e pensando nos seus efeitos a médio prazo, de modo geral, os resultados foram amplamente positivos. Em primeiro lugar, acordo firmado (que os sindicatos do ABC rejeitaram) se não era bom tampouco era péssimo. Porém, mais importante do que isso, é que a massa operária não saiu desmoralizada depois de quinze dias de luta. Contando fundamentalmente com o entusiasmo da massa operária, com a iniciativa de uma liderança intermediária e com o indiscutível carisma do Lula, os sindicatos demonstraram que podem ocasionar grandes prejuízos aos empregadores. Não tenhamos dúvidas que os efeitos dessa greve não serão esquecidos pelo patronato nas próximas discussões salariais. Além disso, se as lideranças sindicais tiveram que negociar numa situação de inferioridade com o Ministério do Trabalho, este também teve que continuar a negociar com uma liderança que inicialmente pretendera destruir e que posteriormente foi obrigado a reconhecer como representante legítima dos trabalhadores.

Assim, ainda que grande parte das reivindicações não tivesse sido alcançada, a recente greve mostrou que, daqui para o futuro, os sindicatos se transformaram numa das forças da política nacional que não mais pode ser ignorada.

Em relação a este aspecto, cumpre observar a ascenção do Lula como um dos mais importantes líderes **políticos** do momento. Temos a impressão de que não há atualmente outra figura com o mesmo carisma, capaz de mobilizar e aglutinar em torno de si tantos grupos e correntes de opinião. Num país em que os grandes líderes com penetração popular vieram das classes médias e altas, não deixa de ser um sinal de novos tempos que um dirigente sindical, ex-torneiro mecânico, com ginásio incompleto possa ter chegado a essa posição. E isto em grande parte reflete a crescente importância dos trabalhadores industriais na vida política nacional.

EDITORIAL

Na volta, um novo Sindicato.

Depois de 1 anos de muitas derrotas até que este empate teve sabor de vitória. Coletivamente, 250 mil trabalhadores metalúrgicos o ABC paulista pararam durante 15 dias as máquinas, saindo do confinamento a que estão relegados na fábrica, do ostracismo e do segundo plano a que foram jogados — juntamente com a imensa maioria do povo brasileiro — pelo regime militar, para ocupar não só as ruas e as praças de Santo André, São Bernardo e São Caetano como também o legítimo lugar que lhes cabe na vida política do País.

Os trabalhadores do ABC que já em 1978 estiveram na vanguarda do movimento social, começaram o ano influindo decisivamente na conjuntura, dando uma qualidade nova ao quadro político nacional.

A evolução do regime não pode mais passar apenas pelo «diálogo» das cúpulas, pelas transações feitas nos gabinetes ou nos corredores dos ministérios e do Congresso, sob a batuta do Planalto, restrita a uma elite privilegiada e onisciente.

Como força social os trabalhadores passam a agir, mostrando que são capazes de lutar eles mesmos por suas reivindicações, seja exigindo melhores condições salariais, seja passando por cima da legislação trabalhista vigente, ao promoverem a greve através dos seus sindicatos até aqui controlados pelo Ministério do Trabalho».

O aumento do nível de consciência e a continuidade da combatividade, mesmo com uma volta ao trabalho sem ganhos aparentes com todas as cargas de ameaças e represálias que pairam sob suas cabeças (bem exemplificadas pelas centenas de grevistas já demitidos), com as sequelas da repressão policial que se abateu às portas da fábrica, nos piquetes, nas concentrações e nas ruas do ABC, é sem dúvida um dos grandes saldos dessa greve.

E que, inegavelmente deve ser somado um crescimento da organização dos trabalhadores nas bases, não só a partir do trabalho promovido durante a campanha salarial nas fábricas, mas pela atividade nos piquetes, nas discussões e reuniões feitas no Sindicato. É mais do que certo que terão desdobramentos bem palpáveis nesse período de recuo, propiciando uma rearticulação mais sólida pela base, capaz de opor uma resistência melhor articulada e forte aos patrões e ao governo, caso seja necessário recorrer à greve, vencidos os 45 dias de trégua.

Esse recuo tático é, também, oportuno para que se faça um balancete do que foi o movimento até aqui. Para que se pense o que foram os acertos e, sobretudo os erros cometidos, criando-se as condições para a sua superação. Como Lula já apontou a necessidade de criação de um Fundo de Greve sólido e capaz de sustentar os grevistas por um período longo, foi um dos maiores ensinamentos dos 15 dias que abalaram não só, o ABC, mas todo o País.

Por outro lado, a greve mostrou a falta de uma liderança intermediária e de estruturas alternativas de comando do movimento, capazes de fazê-lo seguir adiante mesmo com a repressão às lideranças mais visíveis, e que ficou mais do que comprovado nos dois dias subsequentes à intervenção. Mas uma coisa é preciso ter-se claro: uma liderança carismática não é facilmente substituível, diante dos olhos das massas, a toque de caixa; lideranças intermediárias não são fabricadas, não há fórmula biônica capaz de conseguir isso, Comandos de Greve com autoridade sobre o conjunto dos trabalhadores não nascem apenas com profissão de fé e auto-proclamação, não são palavras mágicas, modernos «shazans» capazes de enfrentar com sucesso o dr. Silvana patronal.

Outro dado a ser resgatado do movimento grevista é, sem dúvida o forte abalo que provocou na carcomida e enferma estrutura sindical brasileira, caduca de mais de 40 anos. De fato, seu anacronismo foi demonstrado fartamente, mesmo aos empresários mais reacionários ou aos militares mais «linhas-duras».

Num momento em que os setores populares ganham cada vez mais espaço na vida da sociedade brasileira e fazem a ditadura recuar, a greve do ABC mostrou que a atual CLT não serve mais, nem mesmo para garantir a tranqüilidade e o bom sono dos exploradores.

O governo tomou o sindicato atrelado, é inegável, como sempre o fez em todos os tempos. Mas é bem provável — e isso vai depender não só da boa vontade (duvidosa é mais do que claro) dos Murilo Macedo da vida, dos projetos de abertura de Figueiredo, Golbery & Portela —, mas principalmente dos trabalhadores de todo o País — que vai ter que repor em seu lugar um sindicato mais livre, menos cerceado e independente. Que fique com o primeiro, que já vai tarde, que o segundo os trabalhadores construirão em sua organização celular nas fábricas através das comissões com sua luta pelo fim da intervenção e massificação dos seus atuais sindicatos a conquista da estabilidade para os delegados sindicais pela criação dos seus organismos intersindicais e pela sua Central Única.

Mesmo temporariamente sem os seus sindicatos, os trabalhadores saem fortalecidos, porque a volta será feita em melhores condições. Exigir a volta das atuais diretorias é um ponto de honra — não só pelo valor demonstrado por algumas delas, mas principalmente pela desmoralização que representará para a ditadura, obrigada a voltar atrás de um ato de força. Os patrões e o governo saem desgastados por sua instransigência, inabilidade e truculência perante a totalidade da opinião pública. A greve não pode ser atribuida aos «baderneiros, aos agitadores» como se pretendeu ao tentar transformar a Convergência Socialista em bode expiatório. A nação inteira sabia quem eram os verdadeiros «insufladores»: a fome e a miséria crescente dos trabalhadores. E que não são comum apenas a eles, referendados, agora em sua ação exemplar, tal como já ocorreu no ano passado, pelo movimento grevista dos funcionários públicos em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

1º de maio

150 mil no dia do trabalhador

Na certa, o governo vai tentar repetir o espetáculo do ano passado, quando realizou uma «magna festa» de comemoração ao 1º de Maio, em São Paulo, promovendo um monumental «show», com artistas e tudo, no Centro Esportivo dos Trabalhadores (CERET). Não importa, porque os trabalhadores já tem o lugar onde comemorar, e, mais do que tudo, reafirmar sua disposição de luta, mostrar ao governo que chega de festa, o circo acabou, o povão quer pão mesmo. Anotem bem gente: no dia 1º de Maio, o encontro é no Estádio Baeta Neves, o «Baetão», em São Bernardo do Campo. E artista por artista o povão mais consciente já tem um assegurado: nada menos que a Elis Regina.

Sim, em São Bernardo do Campo, palco, juntamente com Santo André e São Caetano, do mais importante acontecimento grevista dos últimos 20 anos. É lá que mais de 36 sindicatos e federações de Trabalhadores, sem falar em um número muito grande de entidades, como o Movimento do Custo de Vida, Comitê Brasileira Pela Anistia, União Estadual de Estudantes, e outros mais, vão registrar a passagem do Dia do Trabalhador (e não do Trabalho, como costuma querer o governo e os patrões).

Muita coisa já está alinhavada, vem aí um segundo número do jornal «Unidade Sindical» — lançado por ocasião da intervenção nos sindicatos do ABC —, as entidades organizadoras têm se reunido duas a três vezes por semana para encaminhar a mobilização conjunta. E não é para menos: segundo Hugo Peres, presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo, são esperados mais de 150 mil trabalhadores no «Baetão».

DOCUMENTO

No segundo número do «Unidade Sindical» que já deverá estar circulando no dia 17 de abril, os 36 sindicatos e federações (a dos Trabalhadores Urbanos, Gráficos e Químicos) vão divulgar um manifesto dirigido aos «trabalhadores e ao povo brasileiro». Nele as lideranças sindicais exigem a suspensão imediata da intervenção nos sindicatos metalúrgicos do ABC, repudiam a «instransigência, a convivência e a intervenção», conclamando a todos os «Trabalhadores a unirem-se nessa campanha pelo fim da intervenção, pela venda de bônus de Fundo de Greve e pela coleta de alimentos até a vitória dos metalúrgicos».

VEM AÍ O BÔNUS

Com ilustrações de Henfil reclamando a solidariedade de todo mundo, será lançado nos próximos dias o bônus, em «favor dos metalúrgicos do ABCD», sob a responsabilidade das entidades sindicais. Numerado, será vendido a Cr$ 5,00 cada um, através das entidades e setores interessados, com a finalidade de engrossar o Fundo de Greve do pessoal do metal, porque até o dia 10 de maio ninguém sabe o que pode acontecer.

A "Rosa de Hiroshima" brasileira

O recente acidente da Usina Nuclear de Three Miles Island, Pensilvânia, que colocou em risco toda a população da região vizinha, com a ameaça de morte imediata ou lenta — por câncer — parece ter trazido de volta à tona as preocupações a respeito das vantagens e dos riscos decorrentes da utilização da energia nuclear «para fins pacíficos». Em cidades da Europa como Conpenhagen e Madrid ocorreram na semana passada manifestações de protesto contra a instalação de usinas nucleares, reunindo de quinze a vinte mil pessoas.

Como era inevitável as atenções brasileiras voltaram-se para Angra dos Reis e o acordo nuclear Brasil-Alemanha Ocidental. De fato existem razões de sobra para preocupações nesse sentido. Basta lembrarmos, por exemplo, os sucessivos incêndios ocorridos em Angra, entre junho e setembro de 1978 e a inabilidade de controlá-los. Ou, o que é pior, a constatação de falhas na estrutura de todo o esquema de fundação da usina, até agora contempladas pelo silêncio do governo. Além disto o local escolhido para a construção da usina não é dos mais seguros, está sujeito a abalos sísmicos, é próximo a montanhas onde ocorrem freqüentes deslisamentos de terra e tem formação contra-indicada para suportar o peso dos reatores.

Entretanto, mesmo tendo conhecimento destes dados, que indicam que a Usina Nuclear de Angra dos Reis não tem as mínimas condições de segurança, a CPI nuclear acabou aprovando o relatório do senador Jarbas Passarinho que ignora todas estas questões. Assim a própria CPI encerrou mais uma faceta da obscura trama que envolve não só irregularidades e acordos sigilosos, como também favoritismos e mirabolantes contratos.

Acidentes nucleares estão virando rotina

«Loucura Nuclear», do empresário Kurt Rudolf Mirow, livro editado recentemente pela Editora Civilização Brasileira, procura mostrar porque a utilização da energia nuclear está se tornando um risco cada vez mais concreto à própria sobrevivência da humanidade e principalmente porque os protestos antinucleares começam a ganhar contornos cada vez mais anticapitalistas.

O acidente ocorrido nos EUA não é, como tentam fazer crer as fontes oficiais, algo inusitado e sem perigo real. Os reatores alemães, por exemplo, sofreram 146 acidentes entre 1965 e 1976. Entre eles nove incêndios, além de 13 deslizamentos (paralisação do reator) segundo estatísticas do Ministério do Interior de Bonn. O reator Biblis A, apontado como protótipo daqueles a serem utilizados pelo Brasil, sofreu 24 paralisações em 1977, sendo desligado em média a cada duas semanas. No livro, Mirow descreve vários acidentes, que como o de Three Miles Island, estiveram a ponto de provocar uma catástrofe. Num deles a cidade de Detroit, nos EUA, esteve a ponto de sumir do mapa. A razão para essa seqüência de acidentes advém do fato de que a indústria nuclear está submetida à necessidade de qualquer empresa numa sociedade capitalista: dar lucro. Para isto, não deve gastar muito em «detalhes de segurança». Assim, o vaso de contenção, onde ficam os combustíveis reativos estão sempre sujeito à ruptura, e ao escapamento de radioatividade.

Cientistas de Viena criticaram a KWU (empresa nuclear alemã, fornecedora dos reatores brasileiros) de aplicar soldas justamente nos locais do vaso de contenção onde é maior a possibilidade de ruptura. Essa aparente «despreocupação» das empresas com relação ao seu produto tem, no entanto, explicações bem concretas. Para se tornar rentável uma empresa como a KWU deve vender anualmente pelos menos 6 reatores, o que acaba por tornar o mercado nuclear mundial, já dominado pela hegemonia americana, extremamente saturado. Condições mais vantajosas, preços menores, acabam por eliminar da cabeça dos governantes de países capitalistas dependentes como o Brasil qualquer preocupação com os possíveis riscos de acidente.

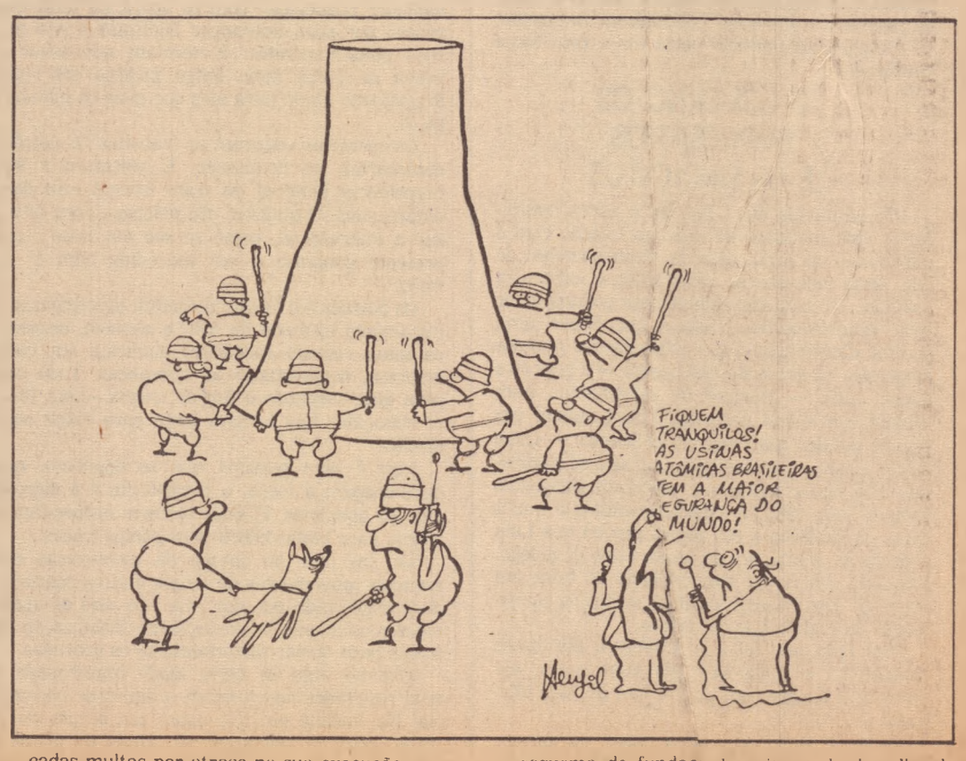
Por outro lado, as empresas nada perdem com esses acidentes. Existe uma jurisprudência internacional, inaugurada em 1957 pelos Estados Unidos, com o Price Anderson Act, através do qual os governos se responsabilizam pelos prejuízos materiais e humanos, mas até um certo teto (No Brasil fixado em 23.883.000 dólares, cabendo a cada acidentado apenas alguns cruzeiros). O fabricante fica isento de qualquer responsabilidade e tem garantido o pagamento de todos os seus prejuízos.

A LOUCURA TROPICAL

Todas essas inconveniências da energia nuclear não assustaram os representantes do regime militar brasileiro quando assinaram o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Evidentemente que assim como lhes interessa muito mais os lucros advindos do rebaixamento dos salários do que as condições de vida para os trabalhadores, também não poderiam se preocupar se os polpudos marcos alemães pudessem trazer embutidos alguns exemplares de destruidora «Rosa de Hiroshima». Kurt Mirow levanta no livro aspectos da construção das usinas nucleares brasileiras que indicam não apenas a possibilidade de repetir aqui um novo Three Miles Island, mas a certeza. E mais: não teremos a técnica , nem os recursos para detê-lo a tempo. Em primeiro lugar o próprio local escolhido, a praia de Itaorna, na baía de Angra dos Reis, tem toda espécie de problemas: é sujeita a abalos sísmicos, é próxima a montanhas onde ocorrem freqüentes deslizamentos e tem formação geológica contra-indicada para suportar o peso dos reatores.

Mas por trás desta aparente loucura, há algo muito simples: ela atende aos interesses do capitalismo, hoje enfronhado numa crise sem perspectivas de solução imediata. Do lado brasileiro o regime aposta na possibilidade de, dotando-se do controle da sofisticada tecnologia nuclear, conseguir um novo surto de desenvolvimento, chegando até mesmo à exportação de reatores. Embora sejam muitas as contradições nesse projeto, uma coisa é certa: diante da crise que se anunciava para a indústria nuclear alemã, o acordo veio evitar o desemprego em massa, o fechamento de fábricas que era então iminente.

Diante da necessidade de encontrar novos mercados, e tendo em vista a oposição crescente em todo o mundo ao desenvolvimento da energia nuclear, o Brasil surgiu como opção ideal. Como diz Kurt Mirow: «Uma ditadura, com censura à imprensa, eficiente sistema de repressão, disposta a ir em busca da auto-afirmação de seus dirigentes e sacrificar por dezenas de anos o bem estar de seu povo, seria, pois o parceiro ideal e a Alemanha o encontrou no Brasil».



As omissões da CPI nuclear

Por Evelyn de O. Pena

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Acordo Nuclear aprovou recentemente um documento apresentado pelo seu relator, o senador Jarbas Passarinho (Arena-PI), concluindo que eram falsas todas as acusações de irregularidades na condução do acordo nuclear — denunciadas pela revista alemã «Der Spiegel» — e considerando justa a entrega da execução das unidades II e III da Central Nuclear de Angra à construtora Norberto Odebrecht sem concorrência pública.

Instalada no dia 4 de outubro do ano passado, a CPI tinha como objetivo principal o debate de três grandes temas: a investigação do acordo nuclear Brasil-Alemanha em sua execução, a questão da localização das três primeiras centrais nucleares e os erros administrativos na contratação da Norberto Odebrecht.

Com a aprovação desse relatório — que recebeu inclusive elogios do MDB — a CPI deu uma prova de sua debilidade e limitação, não conseguindo demonstrar aspectos óbvios como o favoritismo à Odebrecht, e suas conseqüências, e aceitando argumentos claramente contraditórios.

A contradição mais flagrante do relatório diz respeito as razões que levaram à contratação dos serviços da Odebrecht sem que fosse feita uma concorrência pública.

Passarinho, em seu documento, recorre à argumentação do ex-administrador das obras de Angra, o engenheiro Franklin Fernandes, de que a entrega sem concorrência foi feita diante da exiguidade dos terrenos para a instalação de mais um canteiro de obras, uma vez que a Odebrecht já era a responsável por Angra I. Porém, o senador no início de seu trabalho afirma exatamente o contrário, quando, para justificar a escolha do local de construção das usinas, diz que é «tolice» achar que a praia de Itaorna é muito estreita para as três unidades.

A esse respeito, o engenheiro Emilio Cláudio Leme, ex-chefe das obras da usina nuclear de Angra, afirmou, em seu depoimento do dia 28 de novembro de 1978, que não havia necessidade de as usinas serem construidas por uma só empreiteira e acrescentou ainda que a Norberto Odebrecht demonstrava incapacidade técnica, econômica e financeira, não estando em condições de ser contratada para a construção das unidades II e III. Essa preocupação já havia sido exteriorizada através de relatório confidencial enviado ao então diretor técnico de Furnas, Fernando Candeias.

TUDO FEITO A TOQUE DE CAIXA

Segundo Leme, desde 1972, estava prevista a construção de mais centrais nucleares em Angra dos Reis, que deveriam ser feitas através de novas concorrências. Mas isso não aconteceu e houve uma adjudicação a favor da Odebrecht para a construção de Angra II e III. O ex-chefe do escritório de obras de Angra declarou ainda que em 1975 sugeriu a realização de concorrência para as referidas obras e a pré-qualificação das empresas em 1976, com início das obras em janeiro de 1977. Mas o que aconteceu, esclarece ele, foi uma mudança de orientação e «como eu divergia desta nova política de condução dos trabalhos, resolvi pedir demissão do cargo, o que ocorreu em novembro de 1975.»

Além disso, o senador Jarbas Passarinho se esquece do fato de que o ex-diretor de Furnas, Luís Cláudio Magalhães, apresentou em seu relatório ao presidente da Eletrobrás a idéia de que fosse realizado um consórcio com uma administração central a qual se entregariam as obras, já que — segundo salienta — a decisão da adjudicação pura e simples poderia provocar um monopólio na construção de usinas nucleares no Brasil.

Na época da decisão do ministro Ueki, esse assunto foi estudado em quatro escalões: administração de obras, diretoria técnica e diretoria geral de Furnas, e presidência da Eletrobrás, dentre os quais somente o diretor-geral de Furnas, Luís Cláudio Magalhães, apresentava nota discordante. Porém, o presidente da Eletrobrás, ao encaminhar a questão ao ministro das Minas e Energia, ignorou as observações feitas por Magalhães e se baseou somente nos relatórios do diretor técnico e do administrador das obras que falavam na exiguidade do terreno para mais de uma construtora, parecer esse já baseado em estudos realizados pela própria Odebrecht.

Detalhes como esse são totalmente ignorados pelo relatório do senador. Da mesma forma que ele não explica claramente por que não foi aceita a idéia de consórcio defendida por Luís Cláudio Magalhães, o que distribuiria por outras empresas os benefícios que hoje apenas a Norberto Odebrecht recebe.

Porém a questão mais importante a ser esclarecida, e que foi ignorada tanto pelo relatório como pelos senadores emedebistas, é saber o que a construtora Norberto Odebrecht vai fazer com os dois bilhões e 900 milhões de cruzeiros relativos ao contrato nº 3.763, firmado com Furnas Centrais Elétricas S/A para a construção de Angra II e III, se é Furnas quem paga tudo?

Embora essa afirmação, à primeira vista, possa parecer irreal ou precipitada é uma verdade que pode ser facilmente comprovada ao folhear o documento contratual firmado entre as duas empresas. Na sua cláusula 42 estão enumeradas como despesas de responsabilidade de Furnas, dentre outros, os seguintes itens: salários do pessoal empregado na execução das obras, contribuições obrigatórias, INPS, ajuda de custos para viagens, diárias, aluguéis, ferramentas e materiais combustíveis, prêmios de seguro, impostos, estadia do pessoal graduado, transporte, custos com rádio, telex, telefone etc.

UM CONTRATO MILIONÁRIO

A cláusula 32, folha 19, determina, por sua vez, que Furnas deverá executar diretamente, ou por intermédio de terceiros, a coordenação dos trabalhos de construção civil e montagens eletromecânicas, policiamento no canteiro de obras e vilas residenciais, fornecimento de energia elétrica, operação de setores de laboratório de controle de qualidade etc.

Como se isso não fosse o bastante, existem ainda formas de pagamento denominadas «remuneração por quantia fixa» e «remuneração por quantia vinculada», estabelecidas pela cláusula 46. A primeira forma de remuneração existe para fazer face às despesas com escritórios da Odebrecht situados fora do local das obras, observando um escalonamento mensal progressivo (1º mês: Cr$ 2.000.000,00; 2º mês; Cr$ 2.200.000,00; 3º mês; Cr$ 2.400.000,00; e assim por diante). Já a quantia vinculada é paga por metro escavado, na área do canteiro ou fora dele, e obedece a uma tabela que funciona de acordo com o tipo de solo, rocha, areia etc.

Outra cláusula, a de nº 54, sobre penalidades por atraso e prêmios por antecipação, é a mais desastrosa. Ela estabelece que a Odebrecht receberá 75 mil cruzeiros por dia de redução na entrega das obras de fundação da unidade III e 15 mil na da unidade II, mas que não serão aplicadas multas por atraso na sua execução.

Indagado a respeito da finalidade de tão vultosa quantia num contrato por administração, o senador Jarbas Passarinho respondeu simplesmente que «a imprensa gosta mesmo é de malhar, mas vocês não imaginam o quanto esse contrato é lesivo à Odebrecht».

SEGURANÇA AMEAÇADA

A respeito da segurança do local escolhido para a construção das usinas, o relatório de Passarinho aponta a praia de Itaorna como o melhor possível e afirma que «bastaria a enumeração das investigações e estudos realizados para provar, se fosse necessário, que não se deu a assunto de tal magnitude um tratamento leviano, próprio de irresponsáveis».

Sobre isso, o senador Dirceu Cardoso lembra que uma das maiores falhas da CPI é não ter ainda recebido, apesar de ter solicitado desde novembro à presidência da mesa, os relatórios confidenciais da D'Apolonia Consulting Engineers Ind. — uma das mais conceituadas empresas de consultoria do mundo — contratada por Furnas para fiscalizar os serviços de concretagem das estacas feitas pela Norberto Odebrecht. Esses relatórios apontam falhas de estrutura em todo o esquema de fundação da usina e desde julho do ano passado Furnas vem sendo alertada sobre a ameaça que pesa sobre a segurança de Angra, mas até agora nada foi feito.

Como se vê, tanto as afirmações dúbias e irônicas por parte dos depoentes — que atribuíam sempre a outros a responsabilidade de seus atos —, como a precariedade de sua própria instalação, sem nem mesmo possuir a assessoria de técnicos especializados, a CPI tem demonstrado uma total ineficiência para tratar a questão.

O senador Dirceu Cardoso (MDB-ES), principal interrogador da CPI, pede-se constantemente no emaranhado de papéis (consultas durante os depoimentos, deixando muitas vezes de formular questões importantes. A deficiência, no entanto, não é só dele. Também os senadores Roberto Saturnino (MDB-RJ) — que é engenheiro — e Itamar Franco (MDB), presidente da CPI, pouco se preocupam com os depoimentos, não se preparando previamente para argüir os depoentes e perdendo-se em questões banais.

E como se isso não fosse bastante, na sessão em que foi aprovado o documento, os senadores Dirceu Cardoso e Itamar Franco teceram repetidos elogios à pessoa e ao relatório do senador Jarbas Passarinho.

Luta operária na Zona Leste de São Paulo (3)

O informe do camarada Jota

Por Antonio Carlos Felix Nunes

Passada a euforia das grandes mobilizações de protesto diante da morte de Getúlio, uma tarefa se colocava para o PC: organizar as massas trabalhadoras para superar o espontaneísmo das mobilizações e consolidar as bases do próprio partido enfrentando a nova conjuntura que se abria. Este, o informe do Comitê Central, escutado atentamente pelo secretário Gentil na reunião plenária do Comitê de Zona.

A reunião plenária do Comitê de Zona, convocada para um balanço da situação 45 dias após o suicídio de Getúlio Vargas, fora marcada pelas novas perspectivas que se abriam ao Partido e por uma efusão de euforia dos seus dirigentes. Euforia decorrente das mudanças que se processaram durante aquele curto período no panorama nacional. Efetivamente, muitas coisas mudaram. O Governo se recompunha do abalo sofrido no decorrer dos seus momentos críticos e, dos conchavos e dos entendimentos que se seguiram a nível militar e político, resultara a garantia à continuidade da normalização democrática, vacilantemente iniciada pelo mandatário desaparecido. No informe do Comitê Central do Partido se assinalava que «os golpistas haviam recuado, ao menos momentaneamente, ante a reação dos militares patriotas e a mobilização popular».

O próprio partido já não era o mesmo de 45 dias atrás. Crescera impressionantemente e se tornara mais aberto, eliminara alguns dos seus vícios, ligando-se mais à massa. Ao calor dos acontecimentos de agosto amadureceram-se muitos membros de base, qualidades importantes foram reveladas. Hoje, numerosos desses militantes, que pareciam fadados a posições simbólicas nas hostes do Partido, ocupam a honrosa função de secretário político de suas respectivas bases. Esta reunião plenária é uma amostra disso: caras jovens enchem o recinto, fazendo inflar de alegria os velhos comunistas — calejados estrategistas da resistência à ditadura e baluartes da reconstrução do Partido que agora se faz presente em todos os núcleos da sociedade.

O CAMARADA JOTA

As representações de dezenas de fábricas e das células de bairro começam a chegar aos poucos, cercadas por todas as medidas de segurança, previamente estabelecidas pelos camaradas encarregados da convocação. A trabalhosa arregimentação, com distribuição de senhas, os minutos rigorosamente contados para a tolerância de espera nos pontos de encontro e tudo o mais que deve ser obedecido para um ajuntamento clandestino, começou numa morna manhã primaveril e, 45 minutos depois, havia se completado. O camarada Jota, representando o Comitê Regional, apresentara-se com sua tradicional pasta de coro marrom, onde carregava informes e planos da atividade do Partido — muitas vezes uns papelórios confundíveis com documentação de imobiliárias e só por ele mesmo decifráveis.

Certa feita, quando a repressão política já não era tão rigorosa, o velho Jota foi detido por um comando da polícia comum, que realizava uma batida geral no bairro periférico onde ele se encontrava. Estava de posse de um plano de construção do Partido, que submeteria aos integrantes da célula. Revistado pelos milicianos, explicou tratar-se de um documento inerente à sua profissão. E, assim, conseguiu passar por construtor civil, sendo imediatamente liberado com pedido de desculpas dos patrulheiros.

Jota trazia o informe do Comitê Central, um documento longo e entremeado de citações de Marx, Lenine e Stalin. Vai lê-lo, pela primeira vez, para uma platéia desabituada a maçante linguagem partidária. Porém, está convicto de que lhe transmitirá ricos ensinamentos filosóficos, capazes de abrir novos horizontes e proporcionar sensacionais descobertas aos noviços militantes. O secretário Gentil, também iniciante nas lides orgânicas como esta (até aqui sua função organizativa se limitara às reuniões de sua base), não se desfizera ainda daquela impressão que lhe deixara a massa, no episódio da chegada da polícia à passeata de protesto pela morte de Getúlio. Tinha consigo que aquele movimento, a despeito do seu evidente resultado prático, fora extremamente frouxo em termos de conteúdo. No seu entender, o Partido não decidira muita coisa, apenas aproveitou-se de um sentimento da massa — exacerbado a ponto de levá-la a protestar com toda aquela veemência — para capitalizar pontos em favor do seu desempenho. Na verdade, o cadáver de Getúlio (que levou multidões a idolatrá-lo mesmo quando era ditador) é que determina o comportamento da massa. Isto ficou-lhe claro a partir do momento em que aqueles operários fugiram da polícia e foram chamados de comunistas covardes. Em resumo, tudo não teria passado de uma simples explosão de sentimentos, sem conotação com qualquer ideal. Coisa assim de um ato impensado, de quem se sente ofendido ao receber um pontapé no traseiro.

O BALUARTISMO DO PARTIDO

Não obstante, Gentil temia que o informe do camarada Jota não analisasse o acontecimento desse ponto de vista. Havia lido outros balanços políticos do Partido, deparando-se com informações e comentários com os quais não concordava. Todas as peças de análise do Partido pareciam caracterizar-se por um exagero quanto ao papel que se lhe atribuía na organização dos trabalhadores. Acrescentavam-se à sua responsabilidade determinados feitos que tinham sido muito pouco influenciados por ele. Igualmente exagerada lhe parecia a previsão da revolução: esta, nos informes do Partido, estava sempre para acontecer, era esperada para todas as manhãs seguintes. Entretanto, pelo que ele observou nestes últimos tempos, demoraria ainda alguns decênios para se realizar.

Uma vez chegou às suas mãos um documento assinado por Prestes, datado de 1940. Lera-o, apesar da advertência do camarada Jota, segundo a qual não passava de um documento superado, sem qualquer validade para o momento. Pois, continha conceitos sobre uma outra época, já enterrada pela própria autocrítica do Partido, que mudara sua estratégia política e sua tática de agitação de massa. Mas estava curioso por conhecer a trajetória do Partido, e leu ali, espantado, o que Prestes dizia: «As massas já não aceitam o domínio do capitalismo. Ao final desta guerra (referia-se à Segunda Guerra Mundial) o socialismo estará implantado no mundo todo. No Brasil, o nosso Partido cresce a cada dia, o povo e os trabalhadores resistem heroicamente à ditadura do fascista Getúlio Vargas, com sabotagem à produção, protestos dos intelectuais. O regime sanguinário não durará muito tempo e, breve, será substituído pela Ditadura do Proletariado».

NOVOS RUMOS

Através do próprio camarada Jota, o secretário Gentil havia conhecido outro lado da história, que contrariava as afirmações de Prestes. Durante a ditadura, o Partido viveu estrangulado, com muitos dirigentes presos e outros perseguidos ferozmente pela polícia. As massas foram encurraladas e colocadas em estado de amorfia pelo tacão do tirano, os protestos dos intelectuais se tornaram bastante escassos, não chegavam a incomodar o Governo. O próprio Prestes estava preso, e fazia suas análises sem base na realidade dos fatos. De maneira que aquele informe era fantasioso.

Surpreendeu-se Gentil, porém, com a alusão do camarada Jota ao comportamento da massa no dia da morte do estadista. O informe dava uma perfeita interpretação aos fatos e chegava quase à mesma conclusão de Gentil. Tão correta a análise que, se não fosse a conhecida rigidez do esquema de segurança individual dos altos dirigentes do Partido, Gentil diria que ela fora elaborada mediante a participação do camarada Jota na passeata. Mas sabia que, naquele momento, ele e outros dirigentes da cúpula estariam em lugar seguro, distantes do palco dos acontecimentos.

Gentil sentiu-se aliviado. Já não precisava soltar as críticas que trazia engatilhadas em seu cérebro. Afinal, poderia gerar algum descrédito ao documento do Comitê Central, decepcionando os jovens membros que cada vez mais se empolgavam com o Partido, quer pelo seu significado na vida do País, quer pela opção que passou a representar à luta dos trabalhadores.

Gentil desejou cumprimentar o camarada Jota, mas se conteve para não interromper a leitura do informe, que todos ouviam concentrados. Limitou-se a sorrir. O dirigente do regional terminou a descrição e interpretação dos acontecimentos de agosto. A seguir passou à última parte do documento: a nova orientação política e o plano de expansão da sua estrutura orgânica. As decisões eram precedidas de justificações, lidas pausadamente pelo camarada Jota:

«A morte de Getúlio encerrou uma etapa do regime. De agora em diante, a democracia burguesa tenderá a desenvolver-se. Serão convocadas eleições e o povo será convidado a escolher seus próximos governantes. A legislação trabalhista sofrerá alguma alteração em sua fachada, teremos alguma liberdade sindical e os trabalhadores, atraídos por tudo isso, ganharão alento para reiniciar suas lutas reivindicatórias. E o nosso partido, para não perder sua condição de vanguarda, deverá se colocar à frente de todos os movimentos. E para isto precisa se ampliar, recrutando novos membros, criando novas bases, atuando nos sindicatos e nas entidades civis de toda espécie. É preciso dar à massa, fundamentalmente, a consciência política que ela não revelou nos acontecimentos de agosto».

Na próxima semana: a descoberta do tira infiltrado.

Márcio Moreira Alves também foi a Cuba

*Marcio Moreira Alves foi a Cuba três vezes. A primeira, em 1960, logo após a Revolução e a **última** na virada do ano de 73 para 74. Ele convenceu-se de que somente os olhos que vêm dos países subdesenvolvidos, famélicos, esfarrapados, ignorantes e doentes são capazes de ver plenamente a grandeza da transformação operada pela Revolução Cubana. Publicamos aqui, uma seleção, feita pelo* **Prof. Edgar da Matta Machado,** *de partes do prefácio do livro que Marcio escreveu: «Suor e Alegria: os trabalhadores em Cuba», que será brevemente lançado pela Editora Vega, de Belo Horizonte.*

Milagre é a palavra exata para qualificar as transformações ocorridas em Cuba a partir do 1º de janeiro de 1959. Quando pela primeira vez desembarquei em La Havana, em 1960, encontrei uma cidade quase igual às brasileiras.

Uns poucos indícios, tênues ainda, assinalavam o processo regenerador em curso. Os sindicatos dos gráficos obtiveram o direito de responder às mentiras dos donos dos jornais. Escreviam «coletillas», que saíam em negrito ao pé dos artigos contestados e faziam do «Diário de la Marina», porta-voz da redação, um dos jornais mais cômicos e interessantes que já li em minha vida de leitor e de andarilho profissional. Um número inusitado de jovens em uniforme — os milicianos — andavam pelas ruas.

Os brasileiros não entenderam nada do que viram

Treze anos mais tarde a Revolução Cubana havia mudado as vidas de todos nós, mesmo as dos que a ela se opuseram. Eu mesmo passara por uma longa evolução, vivera a clandestinidade e o exílio, voltava com olhos novos para uma Havana nova.

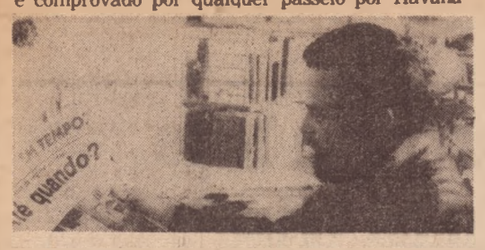
Estou convencido que só os olhos dos subdesenvolvidos — e especialmente dos latino-americanos — são capazes de ver a verdadeira grandeza do milagre cubano. Só quem vem dos nossos países famélicos, esfarrapados, ignorantes e doentes pode realmente perceber o que representa um país onde todos têm como que saciar sua fome, onde há roupa e sapatos para todos, onde toda criança vai à escola e ninguém morre por falta de remédios e de médicos. Para os europeus e norte-americanos ainda que de esquerda, essas necessidades básicas da vida não têm, como para nós, o mesmo valor quase inatingível. Bem ou mal, apesar da pobreza e das injustiças que perduram, a maioria de seus povos já consegue satisfazê-los. É por isso que se deixam impressionar tanto pelo racionamento, pelas filas, pela pobreza das vitrines, por tudo que em Cuba ainda não funciona bem. Apesar do seu engajamento político não podem livrar-se dos seus hábitos de cidadãos de sociedades de desperdício e de consumo.

É por isso, e também por um comportamento de classe, que os intelectuais do mundo desenvolvido preocupam-se mais com os problemas e as neuroses de alguns intelectuais cubanos, que não conseguiram vencer completamente as contradições entre a sua produção solitária e a dinâmica das massas, do que com a integração dos operários e dos camponeses na construção do socialismo. Preferem ressaltar os erros — e erros existem e existirão — a olhar os acertos.

A Havana que encontrei em 1973 tinha o mesmo arcabouço material da antiga. A cidade estava mais feia, mais deteriorada, mas era a mesma. No seu corpo envelhecido o que rejuvenera e embelezara fora a vida.

A transformação nas relações humanas torna-se evidente imediatamente. O carregador do hotel estende a mão ao hóspede não para reclamar uma gorjeta mas para desejar-lhe boa estada em Cuba. O «Chauffer» do taxi sabe alguma coisa do que se passa nos demais países latino-americanos e é capaz de manifestar a sua simpatia ao visitante perseguido por uma ditadura militar. As conversas nascem facilmente nas ruas e até os protestos das mulheres contra os galanteadores são parte de um convívio franco e camarada. A polícia do trânsito e a guarda dos edifícios é feita por voluntários civis.

O cuidado que tem a Revolução em não agredir as crenças populares sobrevivências ou «rezabios», como as chamam os militantes do Partido é comprovado por qualquer passeio por Havana



Velha. Litografias do Sagrado Coração de Jesus e de Santa Bárbara dominam as salas de estar, muitas vezes acompanhadas de fotografias de Fidel, de Camilo Cienfuegos e do Che.

As impressões que trazemos da viagem são como um copião de filme antes de passar pelas mãos do montador: cenas desordenadas, lógicas apenas para quem as viveu.

---

1) O autor esteve em Cuba por três vezes. A viagem de 1960 ele a fez quando Jânio Quadros, então eleito Presidente da República, foi a Havana encontrar-se com Fidel Castro. A comitiva era numerosa e, em grande parte, composta de jornalistas. Até hoje, se recorda de Rubem Braga, Fernando Sabino, o diretor de «O Estado de São Paulo» Luis Carlos de Mesquita, Moniz Bandeira e mais o diretor do «Diário de Notícias, João Dantas, então um dos candidatos ao Ministério do Exterior. A variedade do elenco político era grande: Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso e Juracy Magalhães Júnior (pela UDN); Castilho Cabral das forças janistas de S. Paulo; o deputado estadual (PE-PTB) Murilo Costa Rego e, para dar um toque de «revolucionarismo» Francisco Julião à época no auge da organização das Ligas Camponesas.

A Havana só voltaria de meados de janeiro a fins de fevereiro de 1972, como membro do juri do circuito literário **Casa de las Américas**.

Finalmente viveu na capital cubana de novembro de 1973 a maio de 1974 quando deu aulas na Faculdade de Ciências Políticas e escreveu este livro (EMM).

A família Gutierrez vive lá

Ao pensar num livro sobre Cuba, formulei a tese de que o melhor texto que se poderia produzir não seria escrito por um jornalista ou um professor universitário mas sim pelos próprios interessados no processo de transformação , os operários. A sua linguagem seria a mais comunicativa, o seu depoimento o mais convincente.

Escolhido o caminho, restava delimitá-lo e percorrê-lo. A Universidade de Havana convidou-me a dar um seminário sobre o Brasil durante o trimestre de Inverno de 1973-1974. Aproveitei a oportunidade para propor uma pesquisa sobre a vida quotidiana de uma família operária.

A proposta foi aceita e as minhas dificuldades começaram. Recebi a autorização de procurar através da Central dos Trabalhadores de Cuba, CTC, a família que me conviesse.

Limitei a minha busca ao Sindicato Nacional da Indústria Tabacalera. O fumo, juntamente com o açucar, é a mais velha indústria de Cuba e a que maior tradição de luta operária possui, tradição que começa em princípios do século XIX, atravessa as Guerras da Independência — os charuteiros de Tampa e Cayo Hueso financiaram José Marti — e vem até hoje.

Parti de um retrato falado da família desejada. Algumas características eram obrigatórias: queria uma família de não mais de cinco membros, para que as entrevistas não fossem intermináveis. Deveria compor-se de duas gerações de operários, a fim de que as suas experiências se completassem, dando uma idéia das condições de trabalho antes e depois da Revolução. Nenhum dos seus membros deveria ter tomado armas contra Batista, de vez que as tropas rebeldes eram em número reduzido, relativamente à população. Finalmente , um dos seus membros deveria ser de origem camponesa, para que pudesse transmitir um testemunho sobre a vida nos campos.

Reyneris Perez, secretário de relações internacionais dos tabaqueiros, tem um jeito de caipira bobo mas é um homem de inteligência penetrante e que conhece perfeitamente seus companheiros de profissão. Demonstrou-me a impossiblidade de encontrar a família através da frieza telegráfica das fichas de arquivo, pediu-me paciência e confiança.

Um belo dia de fins de janeiro, convidou-me a almoçar na Bodeguita del Medio, único restaurante de Havana onde se pode comer torresmo, feijão com arroz e o porco tostado por fora e tenro por dentro que são o encanto da cozinha cubana tradicional. Foi assim que conheci Máximo Gutierrez, chefe da «minha família com quem iria viver três meses, que se tornaria meu amigo e professor e que é, juntamente com sua mulher Beatriz, sua enteada Maria e seu genro Pedro, autor do «meu» livro

A família Gutierrez tinha todas as variáveis que eu desejara menos uma — era branca. Os pais de Máximo, metodistas, partiram para o «Norte», como se diz em Cuba, com todos os filhos menos uma, que preferiu ficar com o filho em idade militar. Até mesmo Luis, o irmão mais querido que em tempos da ditadura fora líder sindical e militante do Partido Socialista Popular, embarcou para os EUA, mistério inexplicável que até hoje persegue Máximo e o entristece. Os primeiros sogros de Beatriz eram Testemunhas de Jeová, a seita religiosa que maiores problemas causa ao governo revolucionário. Beatriz é uma verdadeira enciclopédia da vida no campo e, lendo a sua história, pode-se ter uma idéia exata do que sofrem os camponeses em qualquer país latino-americano. Até a componente racial está presente na família, como vim a descobrir mais tarde. Carlos, filho de Máximo, casou-se com uma mulata e teve sérios problemas com o avô que, orgulhoso do seu sangue espanhol dizia: «É nisso que dá o comunismo — branco casando com preta».

A partir do almoço na Bodeguita del Médio a casa de Máximo — um quarto e uma sala em uma vila operária do centro de La Havana — passou a ser um pouco minha.

O essencial do que aprendi passo ao leitor, na palavra de meus co-autores.

A família Gutierrez não é propriamente douta em teoria política. O que sabem do socialismo é o que a vida lhes ensinou e, no caso de Máximo, o que aprendeu em um curso de seis meses na escola básica de marxismo-leninismo do Partido. A visão que eles tem do processo revolucionário é lucida e crítica. Não escondem o que passaram. Falam da desorganização das primeiras milícias revolucionárias, das dificuldades de abastecimento que atravessaram durante os piores anos do bloqueio comercial, da escassez de gêneros alimentícios de 1962, dos erros cometidos pelos dirigentes sindicais, do absenteísmo operário, das vicissitudes do serviço militar, das deficiências do transporte coletivo interprovincial.

Mas falam sobretudo do que devem a Revolução e do que representa hoje ser cubano. A Máximo, a Revolução deu a estabilidade no emprego e o sentimento de participar ativamente da vida do seu povo. A Beatriz deu um destino inteiramente novo — alfabetizou-a e, através de um salário regular, ofereceu-lhe a oportunidade de divorciar-se de um marido que não amava. Maria deve à revolução a educação que teve, o nascimento do filho cercado de todos os cuidados médicos possíveis e a oportunidade de ter uma vida decente. Pedro, finalmente, recebeu uma profissão e a certeza de que não terá jamais que passar pelas angústias que seus pais conheceram para garantir aos filhos o pão de cada dia.

O autor e suas andanças

Marcio foi incluido (não se sabe exatamente por quem) entre os oito brasileiros impedidos de voltarem a nossa pátria, ainda que a Anistia venha a ser votada. A razão (o porquê) talvez resida na circunstância de estar ele entre os exilados que mais têm trabalhado, intelectualmente, no exterior, do Chile a Paris, daí a Lisboa, sem mencionar outras andanças, pelos EUA, a Alemanha e a Bélgica, incluindo Cuba em 1960, depois em 1972 e de novembro de 1973 a maio de 1974. Basta que se considere a sua atividade de escritor. Ainda na carreira jornalística, aos 28 anos (Marcio Moreira Alves nasceu a 14 de julho de 1936) e, ao iniciar-se na política, publicara três livros: **A Velha Classe, Torturas e Torturados** e **O Cristo do Povo.** Asilado (e exilado) em 1968, continuou a trabalhar e das cinco obras divulgadas fora do Brasil, vieram a lume vinte edições em dez linguas diferentes. Eis uma relação completa, citadas as editoras, todas a contar-se entre as mais importantes do mundo:

1) **A VELHA CLASSE** — Editora Idade Nova, Rio, 1964

2) **TORTURA E TORTURADOS** — Ed. Idade Nova, Rio, 1967

3) O CRISTO DO POVO — Ed. Sabiár, Rio, 1968; **em espanhol:** Editorial Ercilla, Santiago do Chile, 1970; **em italiano:** Ed. Arnaldo Mondadori, Milão, 1970; **em polonês:** Instytut Wydawniczy, Varsóvia, 1973.

4) **UM GRÃO DE MOSTARDA — O DESPERTAR DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA** — em **portugues:** Ed. Seara Nova, Lisboa, 1974; em **espanhol:** Ed. Casa de las Américas, Havana, 1972; Editorial Diógenes, México, 1973; em **inglês:** Doubleday; New York, 1973; **em francês:** Desclée de Brouwer, Paris, 1973 **em alemão:** Rowohlt, Hamburgo, 1973; **em holandês:** Bosch & Keunig, Amsterdã, 1973; em **finlandês:** Tammi, Helsinki, 1973; **em sueco:** Prisma, Estocolmo, 1973; **em italiano:** Coines, Roma, 1974.

Nota: Este livro, que também será publicado pela Editora VEGA, de Belo Horizonte, recebeu o Prêmio Testemuno, da Casa de las Américas, de Havana, sendo o autor o primeiro brasileiro premiado neste concurso internacional.

5) **A IGREJA E A POLÍTICA NO BRASIL — em portugués:** Ed. Sá da Costa, Lisboa, 1978; **em francês** (versão reduzida): Ed. du Cerf, Paris, 1974. **Nota:** lOriginariamente o t4xto foi tese apresentada à Universidade de Paris, onde Marcio Moreira Alves conquistou o titulo de doutor em Ciências Políticas.

6) **SUOR E ALEGRIA: OS TRABALHADORES EM CUBA — em português:** Ed. Seara Nova, Lisboa, 1975; **em alemão:** Rowohlt, Hamburgo, 1975.

7) **OS SOCIALISTAS EM PORTUGAL –PORTUGAL — em português:** Iniciativas Editoriais, Lisboa,1976; **em francês:** Ed. Gallimard, Paris, 1975; **em espanhol:** Editorial Euros, Barcelona, 1976; em holandês: Bosch & Keunig, Amsterdam, 1976.

Edgar da Matta Machado

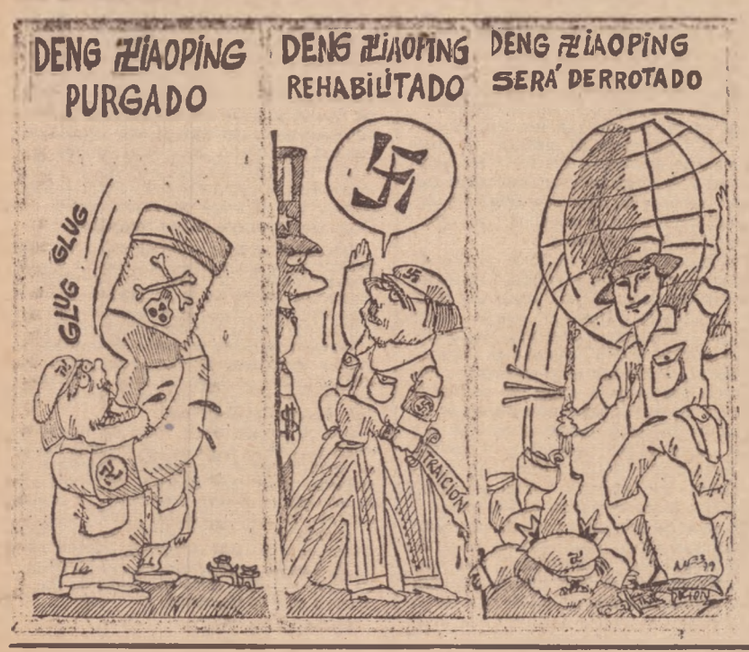
Deng Xiao Ping é Hitler?

22 de fevereiro de 1979

O governo cubano afirma que sim. Fidel, num discurso de improviso diante de uma multidão em Havana, no dia 21 de fevereiro, havia comparado o ataque chinês ao Vietnã à invasão da Polônia em setembro de 1939 por Hitler e caracterizado a atual direção chinesa como uma «clique de fascistas». Mas isso poderia ser apenas um deslize de Fidel num momento de grande e justificada indignação. Ao que parece não é. Todos os Gramma *(órgão oficial do PC Cubano) do período insistem na mesma tecla, às vezes até com um humor de bom nível, como no quadrinho de 26 de fevereiro, conforme demonstram as charges abaixo. É uma pena. Com essa, a direção cubana passa a discutir no mesmo plano que a direção chinesa quando esta classifica a URSS como «o inimigo principal dos povos», uma «potência social imperialista». Se Deng é Hitler, não seria logicamente a China o «inimigo principal?» Enquanto isso, nessa briga de foice o único que não se machuca é o principal inimigo*

26 de fevereiro de 1979

23 de fevereiro de 1979



2 de março de 1979

3 de março de 1979

"O Eurocomunismo nasceu na Primavera de Praga"

Christine Buci-Glucksmann é militante do PCF desde 1966 e tornou-se famosa por seus estudos sobre Gramsci que deram origem ao livro «Gramsci e o Estado», que será brevemente lançado pela editora Paz e Terra. É a ela que se deve também a primeira publicação francesa dos discursos de Fidel Castro, num livro de grande repercussão: «Discursos da Revolução». Mais recentemente participou de duas obras coletivas dirigidas por Poulantzas: «A crise do Estado», já editado no Brasil, e «Críticas de Práticas Políticas».

Além de uma grande atividade interna no PCF ela ensina Filosofia na «École Normale Superieure» de Paris, pertence à direção do CERM (Centro de Estudos e Pesquisas Marxistas) e colabora em diversas revistas políticas e teóricas.

Nessa entrevista exclusiva, *Glucksmann nos fala do significado do internacionalismo hoje, das origens e propostas do eurocomunismo, da crise marxista, da teoria marxista do Estado desde um ponto de vista que ela mesma classifica como «eurocomunista de esquerda».*

Por José da Veiga e Eliezer Rizzo, de Paris

Christine Buci-Glucksmann

em entrevista exclusiva:

Houve um tempo em que o Internacionalismo proletário era entendido da seguinte maneira: «o que é bom para a União Soviética é bom para o socialismo». No entanto, pelo menos desde 1956, muita coisa mudou. Como você vê o Internacionalismo hoje?

— Eu creio que a reafirmação da hipótese eurocomunista pelo PCI, PCF e PCE, isto é, a reafirmação de uma via democrática pluralista para o socialismo e da necessidade da autonomia dos Partidos Comunistas é, de um lado, a manifestação de uma crise de **duas** concepções do Internacionalismo Proletário e, de outro, uma tentativa de reconstruir o que os italianos chamam de um **Novo Internacionalismo.**

Para que isto fique claro, vamos voltar um pouco historicamente. Houve uma primeira forma de Internacionalismo ligada à Revolução de Outubro. Ela pressupunha uma revolução mundial, mesmo reconhecendo um desenvolvimento desigual dessa revolução. Pressupunha, portanto, uma visão da revolução ligada ao desenvolvimento desigual do imperialismo.

Tal concepção entrou em crise a partir do momento em que a revolução de tipo soviética fracassou na Europa. Houve então uma inversão das relações entre a URSS e a Europa. Nos anos 20 a prática do Internacionalismo se apoiava na necessidade da revolução européia para desenvolver inclusive a sociedade socialista na URSS, enquanto que a rápida constituição da III Internacional impôs cada vez mais uma visão centralista do movimento comunista. A defesa da União Soviética passou a ser a viga mestra do Internacionalismo. Mas com a dissolução do **Komintern** e do **Kominform**, e sobretudo a partir de 1956, houve o desenvolvimento a nível mundial daquilo que os italianos chamaram de «unidade na diversidade», ou, para retomar uma fórmula de Togliatti, um **policentrismo.**

Esse policentrismo, bem antes das formulações eurocomunistas, já implicava uma rearticulação bem mais complexa do Internacionalismo. Ou seja, de um lado não se podia mais definir o Internacionalismo a partir de **Estados**, mas se tornava **necessário** defini-lo em termos de **processo histórico**. De outro, ele implicava a participação dos movimentos de libertação nacional que tornava cada vez mais importante o que eu chamaria de «a questão nacional». Com isso, todo um modelo de movimento comunista centralizado em torno de uma «igreja», todo um modelo de subordinação dos Partidos Comunistas à URSS entrou praticamente em crise. E é daí que nasce Eurocomunismo.

— Então, para você, o Eurocomunismo nasce da crise do falso internacionalismo?

— O Eurocomunismo pressupõe não somente o reconhecimento da autonomia como o da diversidade dos modelos de ruptura revolucionária e dos processos democráticos mundiais. Esse é seu dado de fundo. Mas eu diria que ele nasceu de uma dupla crise, que tem que ser entendida para não se cair seja numa visão nacionalista do Eurocomunismo, seja — pior ainda — numa visão europeocentrista do eurocomunismo. Eu queria portanto insistir em dois pressupostos internacionais que marcam precisamente o seu nascimento.

O seu real nascimento político não é o XX Congresso do PCUS, mas, sim, Praga, na recusa da intervenção soviética contra a renovação do socialismo no interior do próprio socialismo. Na recusa da intervenção contra a revolução democrática da Primavera de Praga.

Por outro lado, o Eurocomunismo nasceu e se desenvolveu no interior de uma crise do Imperialismo, marcada pela queda de um certo número de ditaduras em países europeus, assim como pelo sucesso de um certo número de movimentos de libertação nacional. Tais fatos mostraram o quanto a questão nacional é uma questão fundamental na resolução dos conflitos mundiais. Tomemos, por exemplo, o Oriente Médio: malgrado a política de potência de Israel e a política imperialista dos Estados Unidos, malgrado as políticas às vezes cúmplices de certos países árabes, a grande resistência do povo palestino mostra que não se pode resolver o grande conflito sem a resolução dessa questão nacional.

Mas o enunciado eurocomunista data dos anos 75-76, apesar de suas origens históricas virem de 56 e as origens políticas de 68. No fundo, ele nasceu de um agravamento do desenvolvimento desigual entre os países capitalistas e os países do chamado Terceiro mundo.

Esse agravamento exige que se coloque em questão a natureza do desenvolvimento dos países capitalistas e que se procure construir um novo tipo de desenvolvimento que não se fundamente na exploração de uma grande parte do mundo. Esse é o primeiro pressuposto internacional.

Para entender o segundo, é interessante lembrar que as estratégias de frente popular já abriam uma brecha na unicidade de um modelo de revolução que era o modelo de 1917. Isso para dizer que o Eurocomunismo nasceu de uma crise do Stalinismo. Mas também, e com muito mais força, de uma crise da **desestalinização.** E vem daí a minha alusão a Praga. Hoje, não só os países socialistas não são modelos para um desenvolvimento revolucionário, mas podem inclusive ter um papel de freio e explicitamente de anti-modelo. E, portanto, a afirmação da autonomia e da independência é, no fundo, uma recusa de resumir o Internacionalismo Proletário a uma defesa de Estado; a recusa de formas de organização desse Internacionalismo: não só o **Komintern** e o **Kominform** mas também recusa das Conferências Internacionais e luta pelo desenvolvimento das relações bilaterais ou tri-laterais, por exemplo, os acordos de Madri, que ligam o PCI, o PCF e o PCE.

Se eu tivesse que redefinir o Internacionalismo Proletário hoje, eu diria que a estratégia eurocomunista não pode aparecer como um novo centro da revolução. Não pode ser um internacionalismo que suponha a reconstituição de um centro que se oporia aos outros. Também não pode se apoiar numa ruptura histórica radical com os atuais países socialistas. Ele não pode cair naquilo de que é muitas vezes acusado, isto é, um tipo de social-democratização, na medida em que pensamos que a ruptura de Outubro foi decisiva na construção de uma forma de Internacionalismo. Contudo, o Eurocomunismo tem que ser o fim radical do «país-guia», o fim radical da «fidelidade a um centro», o fim radical da subordinação de uma elaboração política às decisões de Estado ou às práticas estatais da URSS. E o fim radical de uma visão centralista, organizada, do Internacionalismo.

— Mas isso é o que ele não deve ser. Enquanto o difícil é entender o que seria esse novo Internacionalismo.

— É fundamental que o Internacionalismo passe por uma redefinição da via de transformação da sociedade que não seja nem stalinista, **nem** neo-stalinista e nem social-democrata. Ou seja, uma via democrática que afirme a necessidade de um desenvolvimento de todas as liberdades individuais e coletivas, que reproponha um pluralismo que não seja um simples pluripartidarismo contra a identificação Estado-Partido, mas que reproponha uma nova visão da dialética social. Isto é, uma dialética entre a democracia de base e a transformação da democracia representativa, ou seja, um novo tipo de desenvolvimento socialista. Essa é uma primeira contribuição, pois me parece que é uma procura que tem por si só efeitos internacionais. Eu sei, por exemplo, que há um grande interesse na América Latina por essa procura e particularmente nos países que vivem o fim de suas ditaduras, onde o tipo de avanço democrático será o determinante de toda a luta futura pelo socialismo. Creio portanto que é uma contribuição fundamental de redefinição.

A segunda contribuição é a procura daquilo que os italianos chamam de uma «nova universalidade», que é mais ampla que uma simples tomada de consciência da importância da questão nacional, não somente de um ponto de vista nacionalista mas com uma dimensão da luta anti-imperialista. Isso implica uma aproximação maior entre os Partidos eurocomunistas e o conjunto das forças democráticas e anti-imperialistas a nível mundial.

Dentro da atual crise do sistema bipolar URSS-EUA, a questão que Togliatti já colocava há dez anos, qual seja, a de uma «unidade da diversidade», está cada vez mais na ordem do dia. A redefinição das relações partidos comunistas/lutas democráticas a nível mundial e luta anti-imperialista implica encontrar novas formas de luta contra a dominação das multinacionais, contra as tendências da guerra, rearticular o problema da coexistência pacífica e da transformação social. A coexistência pacífica não pode ser interpretada como «status quo». Não se deve ver a «détente» como um processo condicionando o desenvolvimento democrático mundial e anti-imperialista. Esse segundo ponto é de suma importância. O Internacionalismo, além de ser proletário no sentido do papel internacional que tem a classe operária, abrange também as forças de transformação democráticas e sociais que vão além da classe operária e é, portanto, um Internacionalismo pluralista ou pluri-polar. Isso apareceu, aliás, em alguns discursos de Berlinguer onde ele insistia nas origens desse Internacionalismo, lembrando que quando o PCI apoiou a guerra de libertação na Argélia ou em Cuba, ele teve uma visão do processo de transformação mundial que implicava que a revolução podia se realizar mesmo que não fossem partidos comunistas a conduzi-la.

O terceiro ponto — que é o mais delicado — é que a partir do momento em que a defesa dos Estados socialistas deixa de ser um critério do Internacionalismo, não pode haver uma forma centralizadora e unificadora. Isso exige que os partidos eurocomunistas sejam capazes de reavaliar o seu passado histórico. Há uma auto-crítica de seu próprio passado, e do peso do stalinismo nesse passado, ainda por ser feita. É necessário denunciar explicitamente as divergências com os países que se dizem socialistas e onde a identificação partido/Estado e a burocratização da vida social; engendraram processos fundamentalmente anti-democráticos. A relação só pode ser de autonomia e de crítica e não de fidelidade como uma Igreja...

"Gramsci: o grande ponto de referência"

— Você não estaria incorrendo numa visão muito européia do Internacionalismo?

— Antes de mais nada, é preciso dizer que o termo eurocomunismo é um termo equivocado. Aliás, não foram os partidos eurocomunistas que o criaram. Ele só dá uma dimensão do eurocomunismo, qual seja, a de repropor uma nova via ao socialismo a partir de uma compreensão da luta de classes na Europa. Mas ele é assim mesmo equivocado, pois contém um sentido imediatamente europeocentrista. No entanto, um Partido Comunista - por exemplo - como o do Japão, se diz eurocomunista na medida em que ele faz uma análise da fase mundial, na qual se coloca a questão da transformação para o socialismo, que converge com um certo número de posições do PCI, PCF e PCE. Isso é já um exemplo que mostra que não são só partidos europeus que são «eurocomunistas».

Mas se pode ir mais longe. Eu participei, no verão passado, de um debate na Cidade do México, sobre Gramsci. Eu fiquei surpresa com o interesse teórico e político manifestado pelos latinoamericanos por esse tipo de reflexão. Esse é um elemento fundamental para elaborar não uma visão liberal do eurocomunismo - muitas vezes dominante na prática dos partidos eurocomunistas e que me parece limitada - mas para elaborar o que eu chamei de eurocomunismo democrático consequente, não reformista, um eurocomunismo que vá até o fim nessa via democrática. Para isso, Gramsci é um ponto de referência. A discussão que surgiu foi a de saber se essa visão de uma nova estratégia política era própria à revolução no Ocidente, ou se ela teria uma dimensão mundial.

O que muitas vezes nós nos perguntamos é até onde vai o eurocomunismo e onde começa a social-democracia?

Do meu ponto de vista, (e eu faço parte dos críticos com relação aos perigos da social-democratização) é necessário, antes de mais nada, um entendimento sobre o que é a social-democracia. E, em seguida, definir o que são os aspectos que a diferenciam do eurocomunismo, inclusive na prática política assim como um certo número de equívocos. Mas uma análise marxista da social-democracia ainda está por ser feita. Eu me explico: a questão da social-democracia, tal como foi colocada por Lenine, implicava uma certa análise do reformismo. Essa análise de Lenine que foi também durante muito tempo a da III Internacional, significava que o reformismo era uma prática política ligada à formação de uma aristocracia operária e, portanto, ligada à uma distribuição da mais-valia no capitalismo das metrópoles, que provinha fundamentalmente do que se chama hoje capitalismo periférico. Ora, essa análise não considerava que a social-democracia tinha raízes internas no desenvolvimento do capitalismo nos seus pontos fortes. No entanto, o reformismo vem do tipo de desenvolvimento interno da dinâmica capitalista. E me parece que foi Gramsci quem colocou essa questão, isto é, da capacidade que tinha o capitalismo de desenvolver a seu modo as forças produtivas, uma certa divisão do trabalho e de realizar o que Gramsci chamou de formas de «revolução passiva».

Nesse sentido eu acho que se tem que fazer uma análise a dois níveis: de um lado, o trabalhismo inglês ou a social-democracia alemã (que tem um peso decisivo na II Internacional atualmente, e num certo tipo de estratégia na América Latina), são, em primeiro lugar, um modo de organização do movimento operário que tem um surpreendente paralelismo ao que se passou na URSS. Ou seja, integração de uma política sindical ao partido, «partido estatal dominante de massa» como diz Poulantzas a propósito do SPD. Nesse tipo de organização, não há autonomia da classe enquanto tal: todas as práticas democráticas correspondem aquilo que eles chama de democracia industrial, práticas de co-gestão. A segunda característica é um certo tipo de política que pode realizar, como no caso sueco, um certo número de transformações e que fica no quadro da reprodução do sistema capitalista. Definida assim, mesmo que de maneira breve, e se a compararmos ao caso italiano nos dez últimos anos, por exemplo, veremos que há elemento completamente diferentes das políticas e dos modelos de desenvolvimento social-democratas.

A idéia fundamental de Togliatti de que não se pode sair do fascismo sem criar uma **democracia de massa**, é absolutamente fundamental. Desde o fim da guerra há uma procura de formas democráticas que não sejam estritamente parlamentares e que coloquem uma relação completamente nova entre as massas e as instituições. Por exemplo, a própria Constituição pós-fascista tem elementos de um quadro institucional muito mais avançado que o quadro simplesmente liberal ou liberal-social-democrata, que é, aliás, bastante autoritário como mostra a Alemanha de hoje. A necessidade da descentralização, da autonomia regional, da necessidade de formas de democracia reconhecidas institucionalmente, como os **conselhos**, etc. Foi nesse quadro que os comunistas italianos viram que era necessário construir um novo tipo de partido que não fosse um partido de «tipo novo» no sentido leninista, mas sim um **partido novo**, isto é, um partido de vanguarda e de massa que pudesse construir uma rede de relações democráticas no conjunto da sociedade civil, de baixo para cima. Essa visão da democracia não podia ser prisioneira da alternativa democracia burguesa ou não, ou seja, de uma visão rigorosamente classista da democracia. Mas via na construção de formas avançadas de democracia uma transição, que não está estritamente no quadro da democracia burguesa clássica e que não é ainda o socialismo. Esse é um ponto fundamental que diferencia a elaboração italiana chamada hoje de eurocomunismo da formulação social-democrata. Se se toma a dinâmica italiana de 68 a 78, pode-se ver um alargamento sem precedentes dos espaços da democracia em formas que dão uma autonomia política cada vez maior à classe operária e aos novos «sujeiros democráticos-populares», isto é, os jovens, as mulheres, os estudantes, enfim, todos esses movimentos que traduzem o alargamento das contradições do capitalismo e dão a nova dinâmica da sociedade.

As novas formas de democracia de base nas empresas, nos bairros, etc., são radicalmente opostos à cogestão e são formas de contra-poder, são elementos democráticos-alternativos que vão muito mais longe que «a democracia-social-democrática-liberal». É uma questão de fundamental importância dado que é a partir dessa situação do movimento operário que se pode elaborar a via democrática.

Isto dito, parece-me que se pensarmos nos últimos dois anos constataremos uma inflexão governamental bem clara da dialética entre democracia de base e quadro parlamentar. Tem havido uma interpretação por demais liberal-governamental do «compromisso histórico», que traz inclusive elementos de crise no interior do próprio PCI.

Assim, as fronteiras entre uma força eurocomunista revolucionária e não-reformista e a social-democracia ainda não estão claramente definidas, e elas o são tanto menos quanto se aceita o quadro limitado da democracia representativa pluralista.

"A Revolução Bolchevique fracassou na Europa"

— Mas, então, você deixa de lado as novas formulações de alguns euro-comunistas, que vão no sentido de afirmar que a transformação das funções do Estado não exigiria a sua destruição para se chegar ao socialismo?

— Não, ao contrário, você tem toda razão em lembrar disso.

Esse é um problema central. Em certas elaborações — em Elleinstein, por exemplo — sente-se a presença de Kautsky ou Bernstein no tipo de revisão que faz da teoria marxista do Estado, e isso é necessário que seja dito. Mas não podemos parar aí. É preciso recolocar, no conjunto dos últimos 60 anos, a questão do Estado. Não podemos ficar num simples debate teórico do tipo ditadura do proletariado **versus** parlamento, e não podemos abandonar, como bem disse Althusser um conceito como o de ditadura do proletariado se não se faz uma discussão teórica fundamental que levaria a uma reelaboração da teoria marxista revolucionária do do Estado de transição. No meu ponto de vista, essa teoria alternativa não existe no Eurocomunismo hoje. As reelaborações sobre a teoria do Estado foram bloqueadas historicamente por uma visão, que Gramsci criticou, como sendo uma visão instrumentalista do Estado. Ela tem duas variantes: uma, é a do Estado-governo, que uma análise de classe e que leva à idéia de que bastaria ocupar o Estado, inclusive democratizando alguns de seus aspectos. Desde que se atingisse economicamente certas frações de poder dos monopólios, não mais seria necessário transformar as estruturas materiais do aparelho de Estado e o conjunto das relações entre o Estado e a Sociedade Civil.

A outra é a concepção que compreende o Estado em termos de vontade, de força, de interesse de classe, de dominação, como uma forma de reducionismo de classe e que diz, pura e simplesmente: «o Estado é um instrumento de classe, portanto, destruamo-lo». Trata-se de uma problemática esquemática. Kautsky desenvolveu bastante essa concepção e é interessante notar que ela tenha vindo de um tipo de resposta «ortodoxa» à tentativa de revisão bernsteineana. Essa visão coloca a questão da democracia em termos puramente estatais, pressupondo uma estratégia revolucionária de tipo outubro-1917, isto é, uma crise com desmoramento do Estado, onde a revolução é um simples problema de substituição de um Estado por um outro com base de classe diferente. Democracia operária dos soviets versus um Estado reduzível unicamente à sua base de classe burguesa, onde a democracia e as liberdades são por essência burguesas.

Depois da revolução vitoriosa de Outubro, esse tipo de processo revolucionário nunca mais se reproduziriam. No entanto, a concepção bolchevique bloqueou durante muito tempo uma estratégia revolucionária na Europa. O verdadeiro problema é que essa visão de Estado-dominação de classe muitas vezes impede o desenvolvimento da análise concreta das estruturas estatais. Ela leva a uma tendência em reduzir as liberdades democráticas à sua simples base estatal-burguesa. Creio que se refletirmos sobre o debate que opôs Lenin a Rosa de Luxemburgo a propósito da dissolução da Constituinte na Rússia, parece-me que quando ela dizia que sem o desenvolvimento de todas as liberdades democráticas não há soviete que possa se desenvolver, isto é, quando ela pensava que a dissolução da Constituinte poderia engendrar o definhamento de formas de democracia alternativa soviéticas, ela talvez tenha se enganado quanto às condições específicas da Rússia naquele momento, mas teoricamente e a longo prazo ela tinha razão. Não devemos, no entanto, simplificar: ela tinha razão e ponto. Fica-se, na verdade, diante do seguinte problema: não se pode manter o Estado tal como ele é ou destruí-lo frontalmente, independentemente de uma análise das contradições que existem no Estado e nos aparelhos de Estado.

Nos trabalhos modernos sobre a teoria do Estado, por exemplo os de Poulantzas, ou no livro que fizemos sobre a crise do Estado, há uma ótica que pensa o Estado em novos termos e não a partir da correspondência única (uma classe/um Estado), mas um Estado que já é a organização de um bloco no poder, como diz Poulantzas retomando Togliatti, ou como dizia Gramsci de uma certa base histórica. Quando as contradições dessa base histórica se desenvolvem, elas atravessam também a estrutura do Estado. E, assim, a definição de Poulantzas do Estado como condensação material nos aparelhos — condensação de uma relação de força que funciona em todos os níveis da sociedade escapa, de um lado, da visão instrumental classista em termos da exterioridade da relação classe/Estado, e, de outro, da visão liberal social-democrata do Estado.

O verdadeiro problema é de recolocar de maneira bem diferente a questão da ruptura revolucionária. Se se interpreta a destruição do Estado como a necessidade de transformar radicalmente as estruturas de poder burguês no Estado, mas também das relações de produção na sociedade, a questão continua em aberto. Pois o problema é saber **como.**

Esse não é só um problema dos partidos eurocomunistas, mas sim o problema do tipo de saída frente ao fascismo, às ditaduras, aos regimes autoritários. Pois poderíamos ter uma saída controlada, sem uma real ruptura democrática a nível do aparelho de Estado, um tipo de «revolução passiva» com direção burguesa, para empregar um termo de Gramsci. Toda a questão é a do processo de saída, ou seja, um processo democrático em que se coloca a questão da ruptura democrática em novos termos.

"O Marxismo hoje vive uma crise"

— Você situou os acontecimentos de Praga, em 1968, como a origem política do eurocomunismo. Mas 1968 também foi o maio francês, e a esse propósito você tem escrito sobre o que tem se chamado a «crise do marxismo». Você poderia explicar o que entende por «crise do marxismo?

— A crise do marxismo é para mim, antes de mais nada, uma crise política. Isto é, uma crise ligada a dois aspectos principais.

— De um lado, o fato de que as sociedades que se dizem socialistas são sociedades que não desenvolvem modelos de emancipação global mas que, ao contrário, produzem efeitos contrários a uma visão marxista revolucionária da emancipação social. Essas sociedades reforçam o Estado enquanto que na visão marxista o socialismo é a procura de formas estatais transitórias que diminuem o poder de Estado permitindo o desenvolvimento do **auto-governo** das massas.

O projeto marxista revolucionário não se resume à expropriação do capital. É muito mais do que isso. Ele supõe uma transformação das relações de poder no conjunto da sociedade que exige novas formas democráticas, por exemplo no interior das empresas. Ora, nos países ditos socialistas assiste-se não só a um definhamento dessas formas de democracia mas também uma perda daquilo que parece ser uma aquisição democrática fundamental: o direito do sindicato de não ser uma mera correia de transmissão do Estado, mas sim de defender os trabalhadores inclusive contra seu próprio governo, como dizia Lênin.

Por outro lado, a visão emancipadora do socialismo não fica só ao nível das estruturas políticas mas abrange também tudo aquilo que habitualmente se chama de «qualidade da vida». Ou seja, a necessidade de uma sociedade que dê todo o peso à emancipação das mulheres, a redefinição das relações entre os homens e as mulheres, etc, etc.

Assim, o problema está no fato das sociedades pós-revolucionárias terem acabado por se auto-bloquear a respeito da questão do Estado e a respeito da questão das liberdades. Crise política, portanto, um marxismo, stalinizado e que se tornou na prática dos países socialistas uma forma a mais de aparelho ideológico do Estado e uma forma de legitimação do que existe e não uma força crítica revolucionária.

Digo isso por não crer que essa crise coloque em xeque o marxismo. Ao contrário, ela pode ser uma crise libertadora. Ela coloca em questão os aspectos autoritários e conservadores que se desenvolveram em nome do marxismo e que deveriam tornar a dar ao marxismo a sua capacidade crítica e revolucionária.

Um segundo aspecto da crise política do marxismo é a crise das estratégias revolucionárias democráticas. E aqui tenho que falar principalmente da França. Há aspectos dessa crise que estão ligados a uma certa incapacidade não somente do PCF, mas de toda a esquerda francesa, de elaborar uma estratégia revolucionária que esteja a altura dos problemas históricos diante dos quais nos encontramos.

Maio de 1968 gerou processos sócio-políticos novos. A meu ver, pelo menos dois: de um lado um movimento anti-institucional, anti-autoritário, anti-estatista. Seus principais promotores foram os jovens, os intelectuais e outras camadas que fazem parte dos aparelhos ideológicos do Estado. Esse fenômeno que desde aí não deixou mais de trabalhar a sociedade, encontrou do lado do PCF não somente um atraso, mas um bloqueio radical do qual ele só tem começado a se recuperar muito recentemente e que criou uma fratura entre as novas exigências dessas camadas e as lutas da classe operária organizada, e isso justamente num momento em que o PS tentava se lançar como «terceira força». Esse é um elemento central daquilo que eu chamo de «crise do marxismo» e, nesse sentido, a derrota eleitoral da esquerda nas últimas eleições vem a ser uma espécie de «atestado».

Em maio de 1968 não estávamos nem numa crise revolucionária clássica, de duplo poder, como chegou a pensar a extrema-esquerda. Mas também não estávamos numa situação em que a única coisa a ser proposta era a «união da esquerda» como fez o PCF. Estávamos numa situação que permitia a construção «na raça», de um bloco histórico novo pelo socialismo.

A origem desse atrazo está não só no peso do estalinismo, mas no peso de um marxismo interpretado de maneira muito **jacobina** e **jurídicista**.

Há uma herança jacobina no movimento operário francês que muitas vezes funciona como um freio. Essa herança é um conjunto de dois ou três elementos: o peso imenso do Estado que modela a organização do movimento operário como um «contra-Estado»; uma concepção da política «de cima para baixo», um modo de organização centralista. É uma interpretação que subestima a política lá onde ela nasce, na sociedade civil. E, por último, o peso de um pensamento «jurídico» que transformou a formação da união da esquerda numa prioridade ao «programa». Essa tradição francesa é totalmente oposta à tradição do movimento operário italiano. Lá a principal herança é o «conselhismo» que se manifestou não só na magnífica experiência dos conselhos, dirigida por Gramsci e Togliattti, mas também durante a resistência anti-fascista.

Outro aspecto da crise do marxismo está na análise totalmente insuficiente que fez o partido da experiência da Primavera de Praga. Condenamos a intervenção, anunciamos as divergências mas não fomos ao fundo do problema. Não nos interrogamos sobre o que pode ser uma revolução política num país socialista que sai do stalinismo. Essa é uma grande questão das liberdades parlamentares, do pluripartidarismo, etc. A questão está na transformação interna que um partido comunista pode fazer, ou seja, na recolocação em questão de seus próprios princípios de organização. É uma questão que continua em aberto. E é bom lembrar que quase não se fala nas formas de auto-organização da classe operária que apareceram durante a Primavera de Praga. Houve em Praga um movimento de tipo **conselhista.**

Finalmente, é preciso que se diga que, antes de saber se a análise marxista contém ou não limites teóricos **internos**, o fundamental é mostrar os **efeitos** da crise **política** sobre a teoria marxista. Essa é uma condição para que se possa em seguida abordar outros problemas.

Também não posso deixar de lembrar que os grandes momentos do marxismo, como por exemplo, Lenine no início do século e Gramsci nos anos trinta, forma momentos de confronto com uma crise do marxismo.

Quando pensamos na crise do marxismo temos que colocar a questão da seguinte maneira: **«pessimismo da inteligência e otimismo da vontade»**, como disse Gramsci. O pessimismo da inteligência, hoje, é desenvolver a análise marxista do autoritarismo, a análise marxista do stalinismo, de saber porque as sociedades pós-revolucionárias se bloqueram sobre a questão do Estado, sobre a questão das liberdades. Ou seja, responder como marxistas ao que se chama a crise do marxismo.

Oposição Polonesa

Soltando as amarras

O texto que se segue, constitui a segunda parte de um documento intitulado Apelo à Sociedade, que circulou pela primeirta vez, no dia 10 de outubro de 1978, em Varsóvia. Ele vem assinado pelo Comitê de Autodefesa Social (kas), mais conhecido pelo nome Kas-Kor, por ser um prolongamento do Comitê de Defesa dos Operários (Kor), criado em setembro de 1976, quando desencadeou-se uma brutal repressão sobre os operários que participaram das importantes greves daquele ano na Polônia.

A primeira parte do documento, publicada em nosso número anterior, fez uma análise da desigualdade social crescente no país, responsabilizando — pela primeira vez nos documentos da oposição até hoje conhecidos — os privilégios exorbitantes da burocracia pela miséria de uma parte da classe operária polonesa. Aqui, as linhas gerais das propostas políticas do movimento de oposição naquele país.

Existe na sociedade polonesa imensas reservas de iniciativa, de vontade de ação e energia capazes de se expandir no final da crise atual. A condição de seu desbloqueio é a possibilidade, para todos os segmentos sociais de colocar em seus devidos lugares seus órgãos próprios de representação. Ao mesmo tempo, é necessário publicar informações verdadeiras sobre a vida econômica e social. Somente quando estas condições forem preenchidas, será possível elaborar um programa detalhado de recuperação do sistema econômico e da situação social. Este programa deverá ser elaborado no bojo da mais ampla discussão, da qual participarão especialistas independentes. Se as condições acima mencionadas não forem cumpridas, toda tentativa de estabelecer contato com a sociedade por parte das autoridades tornar-se-á um diálogo do poder consigo próprio.

As experiências de dezembro de 1970 e de junto de 1976 mostraram que é possível pela pressão social obter concessões do poder. Entretanto, o resultado destas ações revelaram ser de curta duração. A desintegração da sociedade permitiu ao poder recuperar em seu favor as conquistas obtidas. Somente uma contínua pressão, geral, e organizada poderá evitar esta situação.

O final do ano de 1975 viu desenrolar-se uma discussão sobre o projeto de modificações da Constituição, proposta pelas autoridades. As propostas contidas nas cartas e nas petições dos cidadãos podem ser consideradas como uma nova aproximação do que constitui o objetivo da atividade social independente: obter a liberdade de opinião, de palavra e de informação, a liberdade de associação e de reunião, a liberdade de imprensa e a responsabilidade do poder diante da sociedade. A ação que visa este objetivo deve ser acompanhada dos elos sociais destruídos pelo sistema caracterizado pela monopolização e centralização do poder. Esta ação deve ser conduzida independentemente das estruturas organizacionais oficiais.

A LUTA PELOS DIREITOS CIVIS

Assim, longe de se abandonar ao desespero impotente, é exigindo do poder o respeito de seus direitos, de maneira firme, digna e determinada, para que a sociedade possa recuperá-los e abrir caminho para o restabelecimento da República da Polônia É testemunha desta convicção a proposta de programa social intitulada «Declaração do Movimento Democrático», elaborado no quadro do KOR, assinado por mais de 100 pessoas e publicado em outrubro de 1977. Este esboço de programa de auto-organização da sociedade constitui uma alternativa do perigo crescente de uma explosão espontânea que poderia colocar nosso País a beira de uma catástrofe nacional.

O aparecimento, ainda hoje, de uma série de iniciativas independentes confirma a justeza deste programa.

• A defesa dos interesses operários foi assumida pelo semanario Robotnik (o Operário).

• Em julho de 1978 foi criado o comitê temporário de autodefesa camponês da região de Lublin e no inicio de setembro, o Comitê de autodefesa camponês da região de Grojec. Ambos desempenham o papel de órgãos de representação independente de 16 aldeias dos arredores de Lublin e de 20 outros dos arredores de Radom. A problemática do campo encontra seu lugar na publicação quinzenal Gospodarz (O Estancieiro).

• A atividade da Agência de intervenção do comitê de autodefesa social KOR reside na denúncia dos atos de violação da legalidade e na assistência as pessoas atingidas.

Os comitês de solidariedade dos estudantes, criados em inúmeras universidades polonesas tem por finalidade acabar com o monopólio da União socialista dos estudantes poloneses e suscitar o renascimento de um movimento independente capaz de defender os interesses dos estudantes e da Universidade.

Uma resposta à sujeição e ao desvio da ciência foi a criação da Sociedade de cursos científicos que reúne uma dezena de cientistas eminentes. Ela organizou durante o ano passado uma série de cursos seguidos por algumas centenas de estudantes que puderam se entregar ao trabalho em uma atmosfera de verdade e de seriedade que a censura e o emprego cansativo da fraseologia política não vieram perturbar.

• O monopólio do Estado sobre o movimento editorial foi vasado pelo desenvolvimento de uma imprensa independente. Revistas sócio-políticas, o Escritório independente de edição testemunham, por sua existência, o renascimento da vida cultural.

Tudo isto não é muito mas basta para convencer de que é possivel o encaminhamento de atividades sociais independentes, organizadas e eficazes. Quanto mais as organizações independentes forem de massa tanto mais serão eficazes, e menos seus participantes serão alvo das repressões policiais.

POR UMA AÇÃO INDEPENDENTE

A ação social independente que reapareceu na Polônia no curso dos últimos anos consiste em organizar uma verdadeira opinião pública, em desenvolver a defesa contra a repressão, em formular as verdadeiras exigências da sociedade e em abater o monopólio do Estado sobre a difusão da informação. Tais atividades são accessíveis a todos.

• É necessário abrir a mais ampla discussão sobre a situação econômica e social do país. Esta discussão não pode ser realizada pelo poder.

Porém:

— Cada cidadão pode e deve tomar a palavra por ocasião de reuniões públicas para exigir das autoridades que elas informem realmente a Assembléia, para apresentar os fatos que são de seu conhecimento, adiantar reivindicações e fazê-las aprovar pela Assembléia. É assim que em diversas empresas obteve-se, no verão passado o pagamento de salários médios apesar da paralisação da produção ocorrida por responsabilidade da direção. Foi assim que em 1956, a sociedade polonesa participou do debate nacional, arrancando das autoridades importantes concessões;

— cada cidadão pode e deve tomar a iniciativa de discutir em seu meio sobre as condições de vida e de trabalho, como também sobre a situação econômica e política do país. Tais discussões deverão conduzir à formulação das verdadeiras exigências de transformação no meio profissional em questão: devem também desembocar em trabalhos orientados por um programa de recuperação da República da Polônia. Deveriam, por fim, tornar-se um início de ação tanto no interior quanto no exterior das estruturas oficiais.

— É preciso organizar-se para defender seus direitos. As pessoas organizadas são as únicas que podem eleger seus verdadeiros representantes.

Todos os cidadãos membros dos sindicatos e das associações de agricultores correspondentes têm a possibilidade de eleger seus verdadeiros representantes de alto a baixo da escala e de formular um programa de defesa dos interesses dos trabalhadores. Por exemplo, os mineiros que esperam sem serem ouvidos a supressão do trabalho obrigatório no domingo e da jornada de trabalho de 12 horas, poderiam exigí-la nas eleições sindicais, votando nos candidatos que se encarregariam de lutar por sua realização. Os cidadãos que não encontram possibilidade de ação no interior das organizações oficiais, dado que estas perderam, de maneira geral toda credibilidade, podem estabelecer organizações novas, como as que os camponeses se outorgaram nas regiões de Lublin e de Grojec. Esta linha de conduta pode ser realizada em todos os meios sociais.

POR UMA AÇÃO ORGANIZADA E SOLIDÁRIA

Lutar de maneira organizada é sempre mais fácil. Cada greve, cada ação coletiva dos trabalhadores de uma fábrica ou dos habitantes de uma aldeia será eficaz se agirmos de maneira solidária e disciplinada. Isto se torna particularmente importante lá onde a violência das autoridades provoca sentimentos de indignação, de cólera e de desespero. Os participantes das lutas devem ser defendidos ainda mais fortemente do que as reivindicações apresentadas. Nada obteremos sem organização e solidariedade.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem contém os seguintes artigos:

Artigo 19:

Todos os homens têm direito a ter suas próprias opiniões;

Todos os homens têm direito de exprimir livremente suas opiniões, sendo que este direito engloba a liberdade de pesquisa, obtenção e difusão de todas as informações ou idéias, oralmente, por escrito ou impressas, sem restrição das fronteiras nacionais, sob a forma de obra de arte ou sob qualquer outra forma de sua escolha.

Artigo 22:

Todos os homens têm o direito de se associarem livremente aos outros, sendo que este direito inclui o de criar sindicatos e dele participarem visando defender seus interesses.

Esta declaração foi ratificada pelo Conselho de Estado da Polônia em março de 1977 e constitui desde então uma norma jurídica em vigor na Polônia. Organizando-se para defender seus direitos, a sociedade polonesa colocará a caminho o processo que permitirá ultrapassar a crise social, econômica e política cuja causa mais profunda é a expropriação dos direitos dos cidadãos tanto com relação ao Estado quanto à sua soberania.

Varsóvia, 10 de outubro de 1978.

PCI:

Na oposição, mas nada de novo.

Jean Rony, *um dos expoentes da corrente «italiana» do PCF, faz para o EM TEMPO, uma primeira avaliação dos resultados do XV Congresso do Partido Comunista Italiano, chamando a atenção para o fato de que, «no momento mesmo em que ele é forçado a passar para a oposição, define-se mais claramente como Partido de Governo».*

Por Jean Rony, de Paris

O XV° Congresso do PCI não podia ser um congresso de estudo. Quem esperava um aprofundamento da «Terceira Via», frustrou-se. Não podia também ser um Congresso de autocrítica, embora tenha confirmado a polifonia doravante característica desse partido. Foi um congresso sobre o qual pesou uma conjuntura pré-eleitoral, mas que não deixou de dar continuidade à reflexão e precisou bem alguns pontos centrais.

O primeiro desses pontos é o que Berlinguer chamou «a crise da deténte e a deterioração das relações entre as grandes potências». Os comunistas italianos raciocinam menos em função de uma avaliação global de correlação de forças mundiais, do que os perigos ligados à «multiplicação dos focos de tensão e de conflitos», a qual mantém permanente o risco de uma guerra generalizada, seja qual for o projeto político consciente das potências em causa.

E no quadro dessa análise que se deve situar tanto a avaliação positiva sobre a política exterior da União Soviética e o alerta lançado (dirigido também à URSS) contra a lógica dos blocos, e das tendências hegemonistas das grandes potências, quando, por exemplo, Berlinguer afirma: «Seria errado desconhecer o direito da China de se tornar um país moderno e desenvolvido», ou quando ele lança um apelo «China e ao Vietnã», é possível pensar que está recusando todo tipo de maniqueísmo. A presença no Congresso, pela primeira vez em 17 anos, de um representante da embaixada chinesa permite supor que essa linguagem foi entendida.

O EUROPEÍSMO DO PCI

O segundo ponto forte do Congresso foi a Europa Ocidental. A frase mestra do relatório do secretário-geral talvez tenha sido esta: «Nosso engajamento, de grande partido nacional italiano, tem como ponto central de referência a Europa Ocidental, porque nosso País, nós mesmos, somos parte viva dessa realidade que queremos contribuir para transformar na direção de um socialismo baseado na liberdade, na democracia e no pluralismo»: como se sabe, essa escolha européia distingue o PCI do PCF. A esse propósito Berlinguer disse que «expor abertamente os pontos de divergência ao mesmo tempo que aqueles em torno dos quais há convergência, constitui um fator de clareza e honestidade política».

O europeísmo do PCI tem razões históricas que devem ser lembradas. Ele está ligado à Constituição tardia da nação italiana e a sua relativa «subordinação» em relação aos grandes Estados europeus. No que concerne à produção cultural, a Itália sempre se nutriu com as vertentes européias: A relação de Croce, Labriola e Gramsci com Hegel, a Relação de Italo Svevo com Freud, a de Pavese e de Fenoglio com a literatura anglo-americana, como o diálogo privilegiado que entretem Italo Calvino (Genovês) e Leonardo Sciascia (Siciliano) com a cultura francesa, não fatores secundários como também não o foram as intervenções, no congresso, de um delegado da Federação de Frankfurt ou de um outro da Federação de Liege. Para bem ou para mal, o destino da Itália sempre esteve ligado ao da Europa.

Mas a reflexão dos comunistas italianos sobre esse tema não se reduz à singularidade histórica de seu país: Ela está ligada à análise que fazem da crise do capitalismo e da situação internacional. Na medida em que não existe saída nacional à crise de um sistema mundial de dominação e de exploração, não pode existir independência real dos países da Comunidade Econômica Européia — e em particular dos mais fracos — sem o desenvolvimento de um processo de integração européia. Paradoxo? Fuga para a frente? vejamos mais de perto.

O PCI pensa que as instituições européias democratizadas e com poderes alargados podem constituir uma proteção contra as intervenções das multinacionais, da tecno-estrutura de Bruxelas e do FMI; além disso, o PCI acha que a entrada de Portugal, Espanha e Grecia no MCE fará crescer o peso político das nações «mais fracas» da Europa unida e que portanto tal alargamento deve ser apoiado apesar das dificuldades econômicas que trará para a Itália. Evidentemente, depois do voto negativo que os parlamentares comunistas italianos deram ao Sistema Monetário Internacional, pode-se perceber uma atitude mais reservada sobre a integração européia. Um dirigente do PCI me afirmou que a regra da unanimidade não podia ser razoavelmente empreendida antes de um longo período probatório.

A PAZ E A DISTENSÃO

Toda esta polêmica do PCI com relação à Europa tem como eixo central a paz e a distensão que, por sua vez, só podem ser entendidas no quadro do novo internacionalismo do qual o PCI se faz promotor. Há quem diagnostique um recuo do PCI no que concerne à necessária crítica do «real socialismo».

Aqui também é preciso ver mais de perto. Quando Berlinguer fala de Crises do mundo socialista — com um plural diplomático que lhe permite uma oposição bastante «florentina» à crise do capitalismo, ele toma posição sobre um problema fundamental: a volta à guerra fria e a utilização da campanha sobre os direitos do homem para isolar a URSS só podem reforçar as estruturas autoritárias dos países do socialismo existente, suscitando inclusive reflexos de defesa que, por sua vez, alimentam a tensão internacional.

A apreensão sobre o «pós-Brejnev» não está ausente da reflexão dos comunistas italianos. Giuseppe Boffa, intérprete autorizado do PCI sobre a União Soviética, conclui assim a sua «História da URSS» «as mudanças que vão suceder nesse país nascerão no interior da sociedade soviética, no quadro do difícil percurso que tanto a marcou».

Vem daí a valorização, no relatório de Berlinguer, da política conduzida pela República Federal Alemã como fator de «detente» no centro da Europa, e a insistência sobre «as consequências graves que traria, para toda a Europa e para a paz, a subida ao poder de Franz Josef Strass e seus amigos».

Não se poderá separar com facilidade duas componentes dessa análise: o que existe de «realpolitik» e a confiança na capacidade de retomada do movimento operário europeu. A freqüência dessa expressão nas teses aprovadas no cogresso e no relatório de Berlinguer prova que esse é o outro ponto forte da «démarche» do PCI.

AOS SOCIALISTAS, PROPOSTA UNITÁRIA.

Além disso um imenso trabalho e um debate aberto sobre os partidos socialistas e social - democratas está em curso no PCI. Mas, pelo menos um ponto parece já ser uma aquisição: a Social - Democracia é considerada plenamente como uma componente do movimento operário, pois nenhuma graça divina autoriza um partido a se dizer «partido da classe operária»: Ele é ou não é.

É a partir daí que uma luta conseqüente contra o reformismo e contra a gestão do capitalismo pode ser conduzida. O fracasso da operação craxi que visava «desancorar» o PSI do marxismo em favor de uma ressurreição instrumental de Proudhon, deve ser creditado no ativo dos comunistas italianos.

Debate aberto e portanto de grande alcance. Ele incide sobre a «terceira via» ou sobre a «terceira fase». As posições do PCI sobre a Europa são inseparáveis desse reconhecimento do movimento operário e de sua necessária recomposição.

A insistência do Congresso sobre a necessidade de uma unidade programática com o PSI está inteiramente ligada a essa atitude geral. E pode-se dizer que a reafirmação da unidade da esquerda é a condição prévia para qualquer colaboração eficaz com a Democracia Cristã. O relatório de Berlinguer, de uma grande firmeza em relação a orientação «Craxiana», contém ainda assim uma frase que certamente terá algum charme para os socialistas mais unitários. Falando do PSI afirmou: «De nosso lado, devemos estar atentos para não assumirmos atitudes de suficiência ou de intolerância».

CLIMA DE APREENSÃO NO PAÍS

O Congresso do PCI devia também se posicionar sobre a experiência feita desde 20 de junho de 1976, de participação na maioria governamental.

Sobre isso houve um grande debate. Apesar das evidentes prudências que impõe a proximidade das eleições, e apesar do peso ainda considerável da liturgia unanimista que aflige os partidos oriundos da III Internacional, muito do que foi dito contribui para a necessária dessacralização dos orgânismos dirigentes.

Parece-me interessante chamar a atenção para o fato de que o PCI, no momento mesmo em que é forçado a passar para a oposição, define-se ainda mais claramente como partido de governo.

A fórmula «partido de luta ou de governo» foi abandonada pois ela arriscaria introduzir uma distinção, ou sugerir a idéia de duplo poder. Um partido comunista só é partido de governo porque ele é um partido de luta, diferentemente dos partidos sociais-democratas para os quais a legitimidade governativa está com muita freqüência ligada a sua fraca propensão à luta.

O XV Congresso do PCI não escapou ao clima generalizado de apreensão que pesa sobre a Itália. O último filme de Fellini, «A orquestra ensaia», traduz com força e ambigüidade esse clima. Alguns concluirão que **«Ci vuole la baccheta»**, é preciso restabelecer a ordem à prussiana.

Parece-me que o Congresso do PCI situou na extensão da democracia, isto é, no ascenso da classe operária - todas as componentes políticas unidas como força dirigente - o único meio para arrancar a Itália da espiral de violência que parece tragá-la.

União, só como combate.

Com o fracasso do último Gabinete Andreotti a Assembléia Nacional foi dissolvida. Mais uma vez a Itália não cumprira o seu calendário eleitoral. O Presidente da República Sandro Pertini, velho militante socialista e um dos mais eminentes símbolos do antifascismo convocara eleições antecipadas. Estas se realizarão provavelmente no próximo 10 de junho, coincidindo com as eleições para o parlamento europeu. A situação só teria sido evitada se a Democracia Cristã tivesse aceito um acordo com o PCI, garantindo as reformas do programa de unidades nacional. Não o fazendo, a DC enfrentará novas eleições onde a «questão comunista» estará na berlinda. E os comunistas parecem bem preparados para a batalha.

O XV Congresso, teve como ponto central das discussões a «política de unidade nacional».

Qual é o balanço dos últimos dois anos que levaram o PCI à participação governamental? O que significa voltar a oposição sem deixar de ser um partido de governo? A procura de um compromisso com a Democracia Cristã continuaria válida? As respostas diferenciadas expressas na tribuna mostraram que a política de união só pode ser entendida como um combate.

«Nós passamos para a oposição porque a maioria do povo italiano exige outra coisa. O relatório e as intervenções neste congresso mostram que nos sentimos um partido de governo e que queremos participar do governo deste país «declarou Luciano Lama, secretário da CGIL».

Giorgio Napolitano, antigo responsável do setor intelectual e um dos defensores mais entusiastas do «compromisso histórico» lembrou, numa longa e incisiva intervenção, que não haverá mudança na linha geral do partido. «Tivemos uma experiência muito importante, mesmo se ela foi difícil e em certos aspectos ingrata. Mas não devemos ter saudades da oposição.

«Respondendo a certas intervenções que tentavam ressuscitar velhos sectarismos, Napolitano condenou todo tipo de atitude «fechada» em relação aos novos movimentos que se desenvolvem na sociedade italiana. A principal voz discordante foi a de Umberto Terracini, fundador do PCI, companheiro de Gramsci nos tempos do «Ordine Nuovo». Atualmente com oitenta anos e sempre membro da Direção, ele está em inteiro desacordo com a tal «linha geral» do partido. Reafirmou claramente que a seu juízo a DC continua a ser «o partido de grande burguesia» e que a unidade deve ser estabelecida com o PSI e outras forças de esquerda. Foi diversas vezes aplaudido quando atacava a Democracia Cristã. Mas era sobretudo o veterano a quem se deve muito respeito que os delegados aclamavam pois ele não representa uma política alternativa. Ele acaba sendo um franco atirador que canaliza o mau humor e o desgaste sofrido pelos militantes nessa luta inglória por um pacto com os democratas-cristãos. Mas todos afirmam-se conscientes de que não tem escolha.

O XV Congresso mostrou, por outro lado, a vitalidade que caracteriza o Partido Comunista Italiano. Contrariamente ao que acontece durante os congressos de muitos outros PCs, os militantes não iam a tribuna só para ilustrar o relatório de secretario geral. Além disso, a procura de novas respostas que rompam cada vez mais com a camisa de força doutrinarista continua a todo vapor.

Gian Carlo Pajetta, em sua intervenção sobre a situação internacional afirmou enfaticamente a necessidade de se procurar novas vias para o socialismo, a necessidade de ultrapassar a «política de blocos», o respeito total pela soberania nacional e a necessidade de uma nova «ordem econômica internacional».

Não é de estranhar portanto que o Pravda tenha omitido várias passagens do relatório de Berlinguer num artigo publicado dia 31 de março. Os leitores soviéticos não ficaram sabendo por exemplo que o PCI considera existirem «erros e limites na obra de Lênin». Por outro lado, puderam perceber que o jornal não apreciou a passagem do discurso de Berlinguer que faz referências a existências de «certos fatores de crise nos países socialistas». Mas o pior foi a condenação da «intervenção vietnamita no Cambodja». O diário soviético acusa Berlinguer de ter feito coro com uma propaganda bem conhecida e propalada no ocidente».

(Por José da Veiga, de Paris)

De marginal a revolucionário

Desde 1958 cumprindo pena, inicialmente como preso comum, André Borges pouco a pouco foi desenvolvendo sua consciência política e tornou-se militante da esquerda armada dentro da própria cadeia. Em 69 foge, participa de treinamento e ações armadas, mas só por 70 dias. Logo é novamente preso e condenado pela Lei de Segurança Nacional. Hoje, com 47 anos, casado e com uma filha, ele está na ala dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira no Rio, e pelo tempo decorrido já pode obter liberdade condicional. Mas continua preso.

Por Rezende Valadares Netto

O dia 26 de maio de 1969 foi como outro qualquer, na Penitenciária Lemos de Brito no Rio de Janeiro. Mas só até às 5 horas da tarde: nessa hora começou a fuga de dez presos, que com um plano bem montado chegaram até à portaria onde dominaram a guarda e preparavam-se para ultrapassar o último obstáculo. Um guarda, rendido, puxou a arma para azar seu e desgosto dos fugitivos que queriam uma fuga sem vítimas. Um dos fugitivos atingiu mortalmente, com um tiro, o guarda que tentava impedi-los.

Na porta, automóveis já esperavam. Os presos tinham seus contatos externos. Entraram rapidamente e os carros dispararam até um local próximo onde foram trocados por outros. Por muitos dias, a imprensa explorou o assunto e a polícia ficou perdida, não conseguindo prender ninguém e nem sequer seus informantes nos meios marginais tinham notícia dos ex-presos.

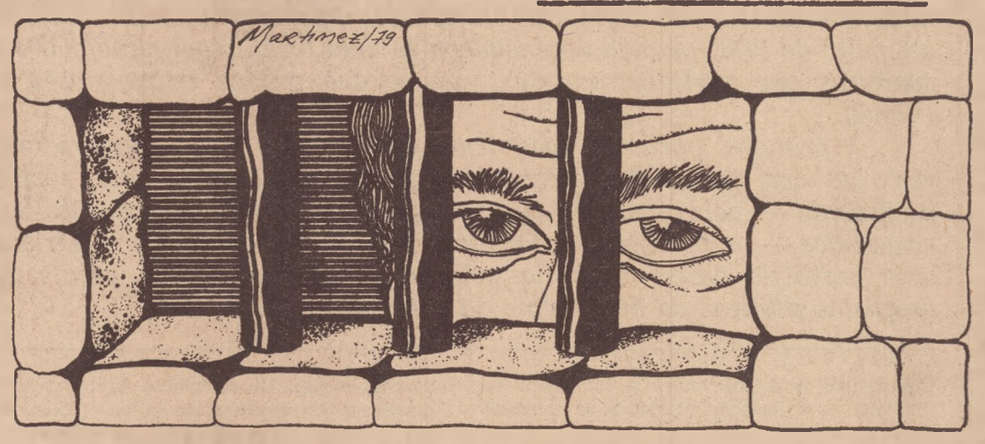
Esta fuga não foi como as outras. Os presos não voltaram aos seus meios de origens e nem tiveram a pretensão de voltar à vida que motivou as suas prisões. Foram para Mangaratiba e daí a São José do Jacareí e embrenharam-se nas matas, onde já existia um acampamento de guerrilha do Movimento de Ação Revolucionária (MAR).

Entre os fugitivos estava José André Borges, preso por furto em 1958, condenado a 29 anos de prisão. A vida de André, paraense que hoje tem 47 anos e está na ala dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, começou a mudar justamente na época de sua prisão, em 1958.

Por sua rebeldia, André não pôde ficar na Penitenciária Lemos de Brito, indo para a Ilha Grande, onde a barra era mais pesada. Mas, quando teve que prestar depoimentos, veio para o Rio de Janeiro para ser interrogado pela Justiça, ficando no Lemos de Brito embora sem poder desfrutar do «convívio». Ou seja, ficou isolado dos demais presos, sem poder participar da vida da comunidade carcerária. Porém, André acabou não voltando para a Ilha Grande, por solicitação de seus colegas presos à direção do presídio. E passou a ser um preso como qualquer outro de Lemos de Brito, agora com acesso à biblioteca, ao equipamento esportivo e, enfim, ao que chamam de «convívio» da penitenciária.

Acontece que pela Lemos de Brito vinham passando, desde a década de 1930, comunistas e presos políticos em geral, o que teve como conseqüência a organização de uma boa biblioteca e resquícios de uma consciência política nos presos comuns.

André foi trabalhar, dentro da cadeia, em encardenação de livros e coisas afins. Como tinha grande interesse pela leitura, começou a ler tudo que havia na biblioteca do presídio e os próprios livros que tinha que encadernar, começando aí a entender melhor o funcionamento da sociedade e a formar sua consciência política. Lá dentro já havia outros presos com uma visão política maior e a conversa com eles ajudou a forjar a consciência de André.



Depois, acabaram indo parar na Lemos de Brito os sargentos que se revoltaram em Brasília e os marinheiros que participaram da revolta havida no Rio de Janeiro. Como militares que eram, viam na ação armada o método de luta política e tiveram grande importância na organização dos demais presos que se opunham ao regime. Mais tarde, foram para lá, também, os participantes da guerrilha da Serra de Caparaó, defensores de teorias (e práticas) foquistas. André se tornou um militante esquerdista dentro da cadeia.

PORQUE A FUGA

Além das discussões políticas, André fez parte de um grupo de teatro, da Liga de Esportes da Penitenciária, ajudou a fazer um jornal interno e a criar cursos de alfabetização. Não raro tinha choques com a administração do presídio.

Outros tiveram o mesmo caminho. Roberto Cieto, por exemplo, que viveu nos meios marginais de São Paulo, muito bem descritos por Hiroíto Joanides em seu livro «Boca de Lixo», acabou virando também um marginal e preso na Lemos de Brito e transformando-se em mais um opositor do regime e do sistema.

Em 1969, o Movimento de Ação Revolucionária estava formado e dentro da penitenciária havia uma cédula dele. Julgando que precisavam ter uma atuação política (e militar) na guerra revolucionária que previam, começaram a preparar a fuga. Presos não podiam fazer nada. Os que tinham suas penas vencidas saíram e prepararam o acampamento de guerrilha em São José do Jacareí, esperando a saída dos companheiros.

André, que nessa época trabalhava na portaria da penitenciária, era peça importante para a fuga, que esperavam ser muito maior. Mas, uma ameaça de tirá-lo da portaria antecipou os planos do grupo, que acabou restrito a dez pessoas.

Enquanto se preparavam no acampamento de guerrilha, a polícia não sabia que fim tinham tomado. Não podia imaginar que eles eram mais do que apenas um tanto rebeldes.

Um dia, a sua organização precisou de gente com experiência em arrombamentos e coisas afins, para atuação na área urbana, e lá se foram André, Cieto, o sargento Prestes (que não é parente de Luís Carlos Prestes, diz André) e outros para um «aparelho» na Ilha do Governador e depois para outro na rua Barata Ribeiro, em Copacabana.

Na primeira ação que foram participar (dia 7 de agosto de 1969), um assalto a uma agência bancária da Zona Norte da Cidade, o grupo caiu. Depois de saírem com o dinheiro do banco, deixaram o gerente em liberdade e foram seguidos por ele até a avenida Brasil, de onde não tinham como escapar, e só aí perceberam que estavam sendo seguidos, mas não tinham saída. O gerente conseguiu avisar a polícia e André e mais cinco membros do grupo foram cercados e presos.

Aí foram dois meses de pau e mais oito isolado com o Godói, companheiro do MAR, na galeria dos presos políticos do Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Como fui o primeiro a ser preso, dos que fugiram da penitenciária, queriam vingar em mim a morte do guarda. Disseram que iam me matar aos poucos, de tortura, e matariam mesmo se houvesse o protesto de outros presos e de gente de fora da cadeia que ficou sabendo — diz André.

O interessante é notar que nessa altura já havia uma galeria para presos políticos, o que não tinha antes, quando todos os presos ficavam juntos. A administração do presídio temia que o processo de esquerdização dos demais presos continuasse.

— Um dia — diz André - quando ia depor num local do PIC, cruzei com o Cieto que acabava de ser preso. Fui o único dos companheiros que o vi, pois nunca mais se teve notícia dele e a polícia não assume até hoje a sua prisão e a sua morte. Ele estava com uma camisa listrada de verde, branco e cinza, tinha o supercílio quebrado e as mãos amarradas. Mais tarde soube que ele foi preso casualmente: tinha «expropriado» um carro e, como estava sem prática de dirigir, deu uma batida e ficou desmaiado. Quando o levaram para o pronto socorro, pelos seus documentos descobriram que era o Cieto, procurado pela polícia, e ele foi preso.

André acha que Cieto morreu por ter sido o último do grupo a ser preso, pois o dinheiro «expropriado» ainda não tinha sido localizado pela polícia e bateram demais em Cieto, na esperança de que ele contasse logo onde estavam o dinheiro e o sargento Prestes, que continuava em liberdade e nunca foi preso.

A VIDA DE PRESO POLÍTICO

Depois de uma temporada na Ilha Grande, André foi para a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, onde casou com uma mulher que conheceu já como preso e com quem tem uma filha de 5 anos, Andréa, que vê nos dias de visita. Fez os cursos supletivos de primeiro e segundo grau e um cursinho de jornalismo, dentro do presídio, e espera dedicar-se a essa profissão quando sair.

Desde 1969, André está preso na ala dos presos políticos, o que em si é um reconhecimento de que ele não é mais um preso comum e faz questão de lembrar isso. Participou de todas as greves de fome e atividades desenvolvidas pelos presos políticos e considera-se pronto para viver em liberdade: «se a função da cadeia é recuperar as pessoas, já estou recuperado há muito».

Enquanto a liberdade não vem, ele estuda, analisa as experiências passadas e escreve. Tem uma peça escrita, que espera ver encenada breve, algumas poesias, análises da sociedade brasileira hoje e prepara-se para escrever algo maior, um livro sobre a sua experiência (para isso procura ler tudo sobre prisões e causas da marginalidade). Recentemente ganhou dos colegas de prisão que lá estavam como participantes do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), o que espera ser seu novo instrumento de trabalho: uma máquina de escrever. Embora tateando ainda em datilografia, já produziu nela alguns textos e poesias.

Pela sua atuação como esquerdista, André pegou três anos de cadeia pela Lei de Segurança Nacional que, somados aos 29 pela Justiça comum, dá 32 anos. Mas, os 29 foram reduzidos para 24 e o total seria, então, 27 anos de cadeia. Porém, como foi preso em flagrante em sua ação classificada como política, a lei prevê que o cumprimento dessa pena seria a partir do momento da prisão, e não depois da outra pena. Portanto, sua prisão política teria encerrado em 1972, mas ele não pode mais ser classificado como preso comum, pois está na ala dos presos políticos e se reconhece como preso político.

E há mais, estando condenado a 24 anos de prisão, por furtos, com dois terços da pena cumprida (16 anos) teria direito a liberdade condicional. Somando-se os 16 anos aos 3 da Lei de Segurança Nacional, com 19 anos poderia pegar liberdade condicional. Mas já está há 21 anos preso, e nada. Um bom advogado poderia pô-lo em liberdade, porém ele está lá, ainda, no Presídio Milton Dias Moreira, com esperança mas sem saber quando finalmente atravessará definitivamente os portões do presídio, para viver com sua mulher, criar sua filha e viver, o que saberá fazer muito bem.

De 1958 para cá tive 70 dias de liberdade (assim mesmo clandestino). Posso acabar até cumprindo o limite máximo de prisão que a lei permite, 30 anos, sem ter cometido nenhum crime horripilante como estupro ou latrocínio — diz ele.

Há ainda outras perguntas que faz para si mesmo — e fez para nós, que também não sabemos como responder — sobre a sua situação: «E se vier a anistia para presos políticos, serei considerado preso político ou preso comum? A minha situação é esdrúxula, a lei não prevê a minha situação, embora considerando que em situações não previstas em lei o preso deve ser beneficiado. Então, devo ser benficiado também, mas serei?»

E se não for beneficiado, André voltará a ser preso comum? Ora, a própria Justiça que o colocou como preso político não poderá reclassificá-lo. Então, continuará como preso político? Nesse caso, a anistia não terá sido verdadeira.

Esperamos, André, que suas dúvidas cheguem, com essa reportagem, à Justiça. E que os advogados se interessem pela sua situação.

Uma poesia de André

Ser nada

Ser preso
é transformar a ilusão
de vida em apenas um sonho
— liberdade.

E tragar horas e dias
o silêncio de frias paredes
contemplar a vida parada
nas páginas de revistas
ou nas imagens sonolentas
do vídeo.

Ser preso
é colecionar sonhos
de meninos
caçar borboletas azuis
por entre vagalhões
tetricamente mergulhados
em nuvens de CINZAS.
Ser preso
é simplesmente NADA

Tripudiando sobre a miséria alheia

A prefeitura de São Luís no Maranhão resolveu cobrar imposto predial dos moradores das palafitas de Vila Sésamo erguidas sobre um brejo de lama e merda. Os moradores revoltaram-se diante de tamanho humor negro e se organizam para derrubar a medida.

Por Nonato Pudim

Morar numa palafita, em cima da lama, em meio ao mau cheiro, sem qualquer infra-estrutura de higiene, tendo que andar por cima de tábuas pendentes, das quais se pode mergulhar na lama (merda e sujeira) ao mais leve descuido — tudo isso é um grande azar, o cúmulo da miséria. Mas ainda ter que pagar «imposto predial» por morar em tais casebres, é, então pior que a pior piada de mau gosto: é tripudiar sobre a desventura. É tão incrível que é bastante difícil de acreditar. Mas é verdade.

A cobrança do imposto predial sobre a miséria acontece, por exemplo, com os desventurados moradores da vila Sésamo (não a da televisão, recriada sobre o fruto da imaginação de Monteiro Lobato) existente numa das tantas áreas palafitadas de São Luís, capital do Maranhão, terra do desbunde de turistas e intelectuais e onde acontece o terceiro maior carnaval do país).

E são os próprios moradores de Vila Sésamo, que mais do que ninguém, acham o maior dos absurdos ter que pagar imposto predial sobre suas miseráveis palafitas. Ali há por exemplo, palafitas avaliadas, para efeito de cobrança do imposto, em 22 mil, 567 cruzeiros, sobre a qual incide uma taxa de 449 cruzeiros e 24 centavos. E os moradores querem saber em que esse imposto os beneficia, já que não contam com nenhuma das comodidades oferecidas a uma coletividade residente numa metrópole.

Morar numa palafita, em cima da lama, em meio ao mau cheiro...

CUIDADO PARA NÃO CAIR NA LAMA

A Vila Sésamo é esse amontoado de palafitas, encravado num trecho de igarapé localizado entre os bairros da Liberdade e Floresta, contando com um pouco mais de cem casebres e que teve o seu nome tirado de empréstimo de um já extinto programa da rede Globo. Só que ao contrário das personagens açucaradas impostas pelo veículo de comunicação massificante, em vila Sésmo você encontra pessoas vivas, cheias de vida, querendo viver melhor.

Para chegar à vila, você tem que entrar naquele beco ali, nada mais que uma passagem com mais ou menos 1 metro e meio de largura, de onde dá pra ver pessoas atravessando de um lado a outro por sobre as pontes feitas com sobras de madeira de construção, crianças com seus ares despreocupados, ao mesmo tempo curiosas que tentam adivinhar as presenças desconhecidas.

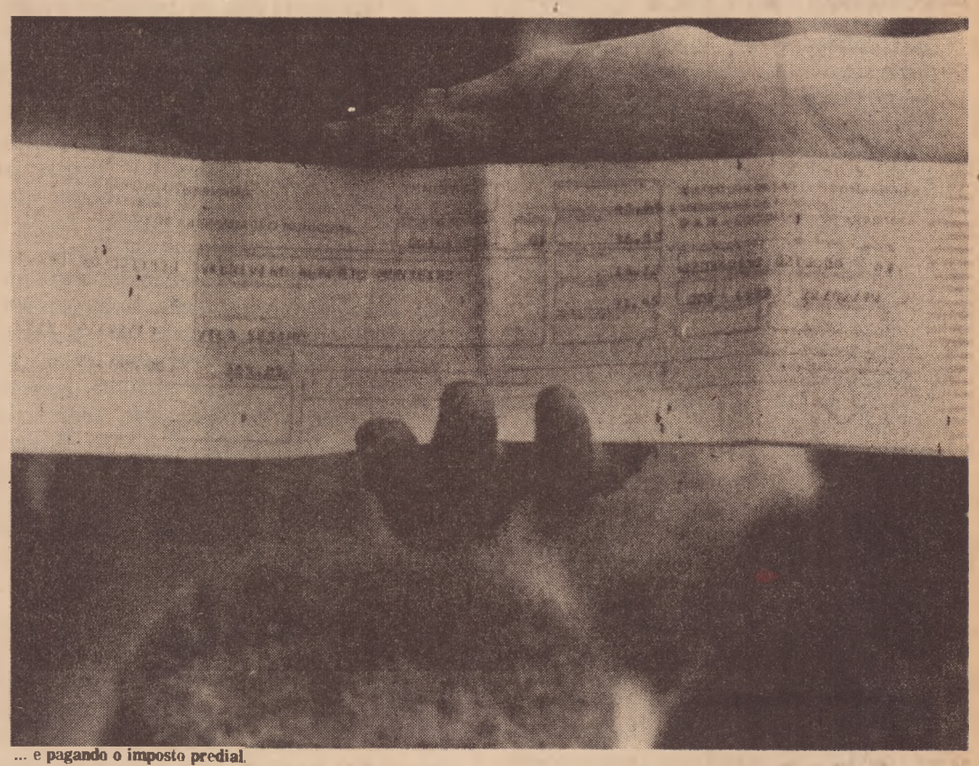
Vamos chegar até la, cuidado, porque qualquer descuido, o menor que seja, você pode ir atolar a cara na lama, na merda ou se espetar num tôco de pau ou num caco de vidro, com já aconteceu muitas e tantas vezes com os moradores da vila.

Dona Raimunda é uma senhora de cor escura, aparentando mais de cinquenta anos de idade, é ela mesma quem diz que é a primeira moradora da vila Sésamo, onde já reside há 13 anos, desde que se mudou de Bequimão para São Luís, para ficar junto do filho que «tava trabalhando aqui, mandou me buscar pra perto dele, mas não tinha condição de fazer uma casinha melhor, num lugar seco, fez esta que nós moramos».

AS MELHORIAS FOMOS NÓS QUE FIZEMOS

Ali está também a residência da dona Joaquina Sales Campos, esposa de um senhor que não está em casa no momento, pois trabalha na Embratel ganhando . 1 mil e 300 cruzeiros por mês, para sustentar a mulher e os cinco filhos menores. Ela diz que não tem as mínimas condições de pagar imposto predial, mesmo porque não goza do menor benefício do poder público. A luz, diz ela, foi puxada por um morador sozinho, depois os outros moradores que foram tendo condição também puxaram para suas casas, mas tem gente que ainda não deu pra botar luz elétrica em casa.

Como tudo que é vivo, vila Sésamo também não deixa de ter as suas surpresas, entre elas está o fato de ser a única área de palafitas em São Luís que tem encanação d'água, que só foi possível porque cada morador contribuiu com a importância de 200 cruzeiros para a compra do cano geral. E para a ligação, os moradores contaram com a participação de um funcionário da CAEMA, mas que cobrou uma certa importância de cada morador.


... e pagando o imposto predial.

Dona Conceição, em cujo casebre os moradores da vila estão fazendo reuniões para buscar soluções a fim de que seja cancelado o imposto das palafitas, vai mostrando os outros casebres.

Dona Conceição disse que foi organizada uma comissão de moradores da vila, que chegou até o prefeito de São Luís, para solicitar o cancelamento do referido imposto, ocasião em que o sr. Lereno Nunes, último prefeito dos cinco que administraram a cidade durante 4 anos, gestão finda a 15 de março, disse que era de lamentar a situação dos moradores de vila Sésamo, mas que nada podia fazer pelos moradores.

Dona Conceição disse ainda que se mudou de Arari, sua cidade natal, para São Luís, por causa das enchentes, e que a palafita foi comprada pelo seu marido, pela importância de 3 mil e 600 cruzeiros, esperando, portanto, como todos os outros moradores da vila Sésamo, que o imposto seja cancelado, pelo menos até que aconteça o beneficiamento. Pois, «a vila necessita além de aterro, todo o saneamento básico para ter habitações com melhores condições de vida».

Quando na solenidade de posse do atual prefeito Mauro Fecury, em seu discurso, o recém-empossado disse que uma das suas maiores preocupações é proporcionar melhores condições de moradias para os palafitados de São Luís. Mas será que a abertura com a mão estendida do Governo será suficientemente capaz de evitar que o homem do campo seja expulso das suas terras, seus meios de produção, proporcionando-lhe assistência necessária? Evitando assim que, em busca de melhores condições de vida, seja obrigado a invadir as periferias das capitais, chegando ao ponto de ser obrigado a «empurrar o mar com as mãos», formando milhares de palafitas que fazem «um verdadeiro colar de misérias» para a ilha de São Luís?

EM TEMPO!